



Universidade Federal de Sergipe
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Psicologia
Mestrado em Psicologia

RAQUEL BARCELOS DE ANDRADE

**ESTEREÓTIPOS E PRECONCEITO CONTRA PESSOAS COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

São Cristóvão – Sergipe

2022

RAQUEL BARCELOS DE ANDRADE

**ESTEREÓTIPOS E PRECONCEITO CONTRA PESSOAS COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

Dissertação Apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Psicologia do Centro de Ciências de Educação e
Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe
como requisito para obtenção do grau de Mestre em
Psicologia.

Orientador: Marcus Eugênio Oliveira Lima

São Cristóvão – Sergipe

2022

COMISSÃO JULGADORA

Dissertação da discente Raquel Barcelos de Andrade, intitulada: **estereótipos e preconceito contra pessoas com transtorno do espectro autista**, defendida e aprovada em 14 de março de 2022, pela banca examinadora constituída pelos professores doutores:

Prof. Dr. Marcus Eugênio Oliveira Lima
(orientador)

Prof. Dr. Joilson Pereira Da Silva (Membro Interno)

Profa. Dra. Maria Vitoria Campos Mamede Maia (Membro Externo)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu forças e me ajudou até aqui na realização desse sonho;

Agradeço aos meus pais por todo apoio e dedicação;

Agradeço ao meu marido que sempre me incentivou e me ajudou muito nessa caminhada;

Agradeço também ao meu orientador, professor doutor Marcus Eugênio Oliveira Lima por todos seus ensinamentos, orientações e apoio nessa jornada acadêmica.

“Faça sua parte. Eu sou daqui, eu não sou de Marte. Vem, cara, me repara. Não vê, tá na cara, sou porta-bandeira de mim. Só não se perca ao entrar. No meu infinito particular. Em alguns instantes Sou pequenina e também gigante.”

(Marisa Monte – Infinito Particular)

RESUMO

A realidade das pessoas com deficiência não é fácil. Elas sofrem diariamente com o preconceito que impacta seu autoconceito, autoestima e a forma como são vistas socialmente. Dessa forma, as pessoas com Transtorno de Espectro Autista (TEA) percebem suas vidas sendo limitadas a categorizações e estereótipos sociais. Estereótipos e preconceitos são temas ainda pouco pesquisados no Brasil, especialmente quando se trata de pessoas com deficiência, sobretudo, aquelas com autismo. Tal realidade, reduz o entendimento ou leva a uma visão distorcida do que é uma pessoa dentro do espectro autista, fazendo com que seja percebida, muitas vezes, como agressiva, isolada socialmente e até mesmo incapaz. Diante desse cenário, o objetivo da presente Dissertação foi investigar a relação entre estereótipos e preconceito sobre o autismo em estudantes de licenciatura. Para tanto, foi realizado um estudo com futuros professores de uma universidade pública, sendo aplicado um questionário e uma escala de preconceito contra pessoas com TEA. A fim de analisar os dados, utilizou-se o software Iramuteq e o SPSS. Os participantes apresentaram incoerências em suas afirmações, ora respondendo de maneira socialmente esperada, ora com vieses de preconceito. Além disso, percebeu-se a importância da proximidade, de alguns participantes, em relação a pessoas autistas e sua influência nas visões de preconceito destes participantes. Outro ponto observado, foi em relação as categorizações e estereótipos voltados ao autismo, que em sua grande maioria se mostraram negativos.

Palavras-chaves: Estereótipos; Preconceito; Pessoas com Deficiência; Transtorno do Espectro Autista

ABSTRACT

The reality of people with disabilities is not easy. They suffer daily from prejudice that impacts their self-concept, self-esteem and the way they are seen socially. In this way, people with Autism Spectrum Disorder (ASD) perceive their lives to be limited to categorizations and social stereotypes. Stereotypes and prejudices are still poorly researched topics in Brazil, especially when it comes to people with disabilities, especially those with autism. Such a reality reduces the understanding or leads to a distorted view of what a person on the autistic spectrum is, causing them to be perceived, many times, as aggressive, socially isolated and even incapable. Given this scenario, the objective of this dissertation was to investigate the relationship between stereotypes and prejudice about autism in undergraduate students. For that, a study was carried out with public university professors, being applied a questionnaire and a scale of prejudice against people with ASD. In order to analyze the data, Iramuteq software and SPSS were used. Participants showed inconsistencies in their statements, sometimes responding in a socially expected manner, sometimes with biases of prejudice. In addition, the importance of proximity to autistic people and its influence on the participants' views of prejudice was perceived. Another point observed was in relation to categorizations and stereotypes in relation to autism, which for the most part were negative.

Keywords: Stereotypes; Prejudice; Disabled people; Autism Spectrum Disorder

Sumário

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I: ENTENDENDO O AUTISMO.....	15
1.1 A pessoa com deficiência.....	19
1.2 Transtorno do Espectro Autista.....	20
1.3 Breve Histórico sobre o Autismo.....	20
CAPÍTULO II: PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO	27
2.1 Os processos de estereotipia e o preconceito.....	27
2.2 O preconceito automático e as medidas de atitudes implícitas.....	29
2.3 O papel dos estereótipos no preconceito contra as pessoas com Autismo.....	30
2.4. O preconceito e suas formas	33
CAPÍTULO III: REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE ESTEREÓTIPOS E PRECONCEITO CONTRA PESSOAS COM AUTISMO PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO	35
CAPÍTULO IV: OS CONTEÚDOS DOS ESTEREÓTIPOS NO AUTISMO ESTUDO.....	59
4.1 Objetivos.....	59
4.2 Participantes	59
4.3 Instrumentos e Procedimentos	61
4.4 Coleta de Dados e Análise.....	63
4.5 Resultados e Discussão	67
CAPÍTULO V: CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS:	101
ANEXOS	111
APÊNDICES	1113

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Fluxograma de seleção dos artigos	39
Figura 2. Alunos por curso	60
Figura 3. Dendograma	84

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Artigos encontrados na revisão sistemática sobre estereótipos e preconceito contra autistas	40
Quadro 2. Análise de correlação 1	93
Quadro 3. Análise de correlação 2	95

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Publicação de artigos por ano	45
Gráfico 2. Análise da “Escala de Atitudes em relação ao autismo (2006)”.....	71
Gráfico 3. Análise da questão “Como você avaliaria o seu conhecimento sobre autismo, de acordo com a escala abaixo?”	81
Gráfico 4. Análise da questão “Alunos autistas são um desafio maior para os professores, do que alunos sem autismo?”	83
Gráfico 5. Análise da questão “De uma forma geral, a maior parte do que você ouviu sobre o autismo são opiniões/impressões/avaliações”	91

INTRODUÇÃO

Imagine que você está em uma caverna. Nessa caverna, você esteve desde o seu nascimento, acorrentado, de costas para a entrada e de frente para a parede do fundo dela. Você não tem acesso ao mundo externo, exceto, através da luz que vem de fora e projeta vultos e sombras da vida do lado de fora. Por mais que você se esforce para conhecer a realidade, ela em nada se compara com os vultos sem forma que você contempla. Essa alegoria, trazida por Platão em sua obra “A República”, busca levar a reflexão acerca de uma visão social, carregada de senso comum e preconceitos, e de como essa visão acaba contaminando a forma como os sujeitos enxergam o mundo (Marcondes, 2000).

Passados muitos séculos, essa alegoria continua atual na sociedade moderna. Percebe-se nos últimos anos o avanço da tecnologia, da informação e a busca pela conscientização sobre o respeito aos direitos e a diversidade. No entanto, a realidade é o dia a dia de pessoas diagnosticadas com autismo parecem permanecer envolta em vultos e sombras, sem ter chegado ao século XXI. A sociedade atual permanece aprisionada na caverna, ensombrada por preconceitos e atitudes discriminatórias contra as pessoas com deficiência, atitudes muitas vezes percebidas como naturais e aceitáveis.

O preconceito é um assunto que tem sido bastante discutido nos últimos anos, e por isso, muitas pesquisas têm sido feitas no Brasil. No entanto, apesar dos avanços na pesquisa, ainda há muito que caminhar. Quando se fala em preconceito, é importante entender que não existe apenas um tipo, mas vários. Fala-se em preconceito racial, sexual, linguístico, entre tantos preconceitos está também o cometido contra as pessoas com deficiência. Na Psicologia Social muitas análises têm sido feitas sobre a temática do preconceito (e.g., Brown, 1995; Lima, 2020; Lima & Vala, 2004; Camino, Silva, Machado, & Pereira, 2001; França & Monteiro, 2002). Entretanto, há ainda pouquíssimos trabalhos de pesquisa que abordem o preconceito sofrido por pessoas com deficiência, sendo ainda mais escassos os que abordam o autismo.

O preconceito na sociedade de hoje é, muitas vezes, um preconceito velado, como afirmam Lima e Vala (2004), que comparam o preconceito a um vírus latente, sendo que ele teria a ação de corroer “os tecidos sociais com violência discreta quando a norma da igualdade está saliente” (p.8). Nesse sentido, pode-se dizer que entender o preconceito sofrido por essas pessoas instrumentaliza a sociedade para combatê-lo e não mais

naturalizá-lo ou legitimá-lo. Sendo assim, o objetivo deste trabalho foi investigar a relação entre estereótipos e preconceito sobre o autismo em estudantes de licenciatura de uma universidade pública.

Em relação ao TEA, o que se percebe é um aumento ao longo dos anos no número de diagnósticos de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), como é possível verificar em Orrú (2016), a qual afirma que este possuiria uma prevalência no Brasil, estimada por pesquisadores, de cerca de 2 milhões de casos de autismo no país. Além disso, ao realizar uma conta rápida com dados do IBGE e do CDC, do ano de 2020, é possível afirmar que haveria aproximadamente 657 mil crianças com TEA no Brasil.

Diante desse quadro, é importante pontuar, que o aumento de diagnóstico se deve ao crescente interesse em pesquisa sobre o assunto, além do aprimoramento das técnicas de diagnóstico, o que permite uma identificação cada vez mais precisa e mais precoce desse transtorno. No entanto, são poucas as pesquisas que se propõem a estudar os preconceitos sofridos por essa parcela da população, o que justificaria a realização da presente pesquisa. Uma revisão sistemática sobre os estereótipos e o preconceito contra as pessoas dentro do espectro autista, que será apresentada mais adiante, demonstra a escassez de produções que estudem a temática do autismo. Noutra revisão sobre TEA, feita entre 2001 e 2009, Teixeira *et al.* (2010), constataram que mesmo com o aumento de dissertações e teses sobre o tema no Brasil, ainda são poucas as produções científicas sobre o assunto. Segundo eles, foram encontrados 93 artigos e 140 resumos de teses/dissertações. Essa realidade mostra a necessidade de novas investigações sobre essa temática.

A presente pesquisa foi do tipo exploratória e adotou uma abordagem qualitativa e quantitativa. Com o intuito de alcançar uma perspectiva mais integrada do problema da pesquisa, esta teve como base o campo teórico da Psicologia Social, sendo realizada a interlocução entre a Teoria do Conteúdo dos Estereótipos (Fiske, Cuddy, Glick, & Xu, 2002) e a Teoria do Preconceito (Allport, 1979). Esta perspectiva se mostra pertinente, pois busca o entendimento de fatores de nível intrapsíquico, interpessoal, intra e intergrupais nos processos de exclusão social.

No capítulo I foram discutidas questões sobre a pessoa com deficiência, conceituando o que é o autismo o histórico deste e como o transtorno tem sido visto e debatido em Sergipe e no Brasil. No capítulo II foram abordados conceitos fundamentais

sobre o preconceito e suas diferentes formas, os estereótipos e seus conteúdos, além do papel desses em relação ao preconceito direcionado as pessoas dentro do espectro autista. No capítulo III foi apresentada uma revisão sistemática sobre o preconceito contra as pessoas com autismo e como esse tem sido abordado no Brasil e em outros países, além das principais conclusões encontradas nas pesquisas. No capítulo IV foi apresentado o estudo que visou investigar a relação entre estereótipos e preconceito sobre o autismo. Buscou-se através desse estudo entender o impacto dos estereótipos e seus conteúdos sobre o preconceito, de futuros professores em relação as pessoas com TEA. Por fim, no capítulo V, foram apresentadas as considerações finais.

CAPÍTULO I: ENTENDENDO O AUTISMO

1.1 A pessoa com deficiência

Para o entendimento do autismo, se faz pertinente salientar que este é considerado uma deficiência, pois, de acordo com a ONU, deficiência geraria impedimentos de longo prazo e traria dificuldades para a participação efetiva na sociedade. “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, as quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.” (ONU, 2006, p. 16). Além disso, de acordo com a Lei 12.764/12, sancionada em dezembro de 2012, pela então presidente Dilma Rousseff, a pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

A deficiência é um conceito amplo e cheio de controvérsias. A própria terminologia a ser usada, quando referida a uma pessoa com deficiência, gera polêmicas e debates. O único consenso diante da deficiência, é que esta sinaliza o sujeito com deficiência como diferente na sociedade, ou seja, esse carrega consigo uma marca que o categoriza, muitas vezes, como alguém incompleto ou incapaz.

A sociedade buscaria criar categorias de pessoas, criar normas, ditando o que seria normal. Quando algo ou alguém é rotulado como "falha" ou como “desvantagem” em relação aos demais, isso geraria consequências negativas na vida social do sujeito, que carregaria um estigma, e, ao mesmo tempo, confirmaria a “normalidade” do outro. Sendo assim o dito “normal” seria o que não se distancia das expectativas ou das normas sociais (Goffman, 1988). De forma que: “o que compromete a vida da pessoa com deficiência não é sua condição/estado físico ou mental, real e concreto, mas o tratamento, o comportamento e os discursos que a audiência gera e afirma em torno dela.” (Bernardo, 2010, p. 63).

A Lei 13.146/2015, em seu artigo segundo, afirma: “considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir

sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.” A deficiência seria um conceito complexo que reconhece a falta no outro, mas que ao mesmo tempo denunciaria a estrutura social que causa a opressão sobre a pessoa com deficiência (Diniz, 2003).

A deficiência é vista com uma espécie de conceito amplo e relacional. Seria concebida como uma forma de desvantagem, que teria uma relação com algum tipo de lesão ou perda perante a sociedade (Diniz, 2003). É importante chamar a atenção sobre a relação entre a deficiência e a sociedade. Ou seja, para se ter uma visão de que há uma deficiência, isso passaria pelo conceito da sociedade de que determinada condição é uma deficiência. A ideia, nesse sentido, surge de uma visão social, concebendo a condição de determinada pessoa como destoante das demais. Nesse sentido, percebe-se que o conceito de deficiência se dá no âmbito das relações sociais e é criado por elas. Trazendo aqui a perspectiva de Pierre Bourdieu sobre a construção de um saber, e de como esse afetaria as relações sociais, pode-se dizer que há um saber que julga e dita o que é eficiente e o que seria “deficiente”, uma espécie de saber que circunscreve e que aparentemente sempre esteve ali, ditando as regras sociais e as suas relações (Bourdieu, 1989).

É importante ressaltar que a sociedade, seus valores, padrões, regras e normas, se dão em um determinado contexto histórico e é dentro dessa perspectiva, que surge a visão da pessoa com deficiência. Ou seja, o contexto histórico e os valores vigentes é que criam padrões e visões de normalidade/anormalidade, bonito/feio, certo/errado, justificável/injustificável etc. Tudo isso, influencia na forma como se lida com o outro. Nesse sentido, esse sistema social é que cria e endossa o preconceito contra a pessoa com deficiência, tornando esse preconceito naturalizado através de estereótipos.

De acordo com Tunes (2007), o preconceito em relação as pessoas com deficiência, estaria na própria definição do conceito de deficiência, pois nomear alguém como deficiente já seria um ato de preconceito. Na visão da autora, a noção de deficiência estaria atrelada a falta, sendo ela transitória, parcial ou absoluta, sendo vista como ausência de habilidade, capacidade ou inteligência para realizar algo. Sendo assim, a condição das pessoas com deficiência seria um terreno fértil para o preconceito, pela visão de que estas estariam fora dos padrões sociais. Ver-se-ia, então apenas a falta, e dessa falta surgiria uma perspectiva de incapacidade da pessoa com deficiência, concebendo-a apenas através de um rótulo, um estereótipo.

A deficiência é vista como uma diferença, como algo que muitas vezes separa a pessoa que a possui dos demais. Ela vem, na maioria das vezes, senão todas as vezes, carregada de preconceitos e estereótipos que são construídos sobre a pessoa com deficiência, impendendo que esta seja vista além do rótulo ou estigma que carrega. Mas o que seria o estigma que a pessoa com deficiência carrega?

Segundo Goffman (1998) estigma seria uma construção histórico social, e não algo estático, pois passaria por modificações ao longo do tempo. Sendo que em cada sociedade apresentaria maneiras de rotular determinados sujeitos. Goffman distingue três tipos de estigma: 1) as abominações do corpo, ou seja, as chamadas “deformidades físicas”; 2) “as culpas de caráter individual”, que seriam a desonestidade, as crenças falsas, entre outras e 3) “os estigmas de raça, nação e religião”, que seriam capazes de ser transmitidos através de linhagem e atingir por igual todos os membros de uma mesma família.

Em relação a como as pessoas com deficiência têm sido tratadas, é possível observar grandes avanços conquistados ao longo do tempo, pois já não se faz mais como os atenienses, na antiguidade, que quando encontravam indícios de deficiência ceifavam a vida dos próprios filhos, ou os abandonavam à própria sorte. Em Esparta crianças recém-nascidas, que tivessem algum tipo de deficiência, eram jogadas do alto do monte Taigeto, pois não se encaixavam no padrão físico adequado (Sullivan, 2001). Já em Roma, a deficiência era vista como abominação o que justificaria o infanticídio (Silva, 1987). No Brasil, também era verificada a prática de infanticídio, que se dava mediante a justificativa de preceitos supersticiosos e da necessidade de sobrevivência do grupo, em que prevaleciam os interesses coletivos (Colaço, 1998). Nas sociedades atuais tais atrocidades já não são mais toleradas, porém há uma métrica diferente, mas também cruel. Agora tais pessoas são arremessadas no abismo da exclusão social. Estão na sociedade, vivem nela, dormem e acordam nela, mas, na maioria das vezes, não fazem, de fato, parte dela.

Os estudos sobre deficiência percorreram um longo caminho para chegar aos avanços que se tem hoje. O primeiro modelo que surgiu para explicar a pessoa com deficiência foi o modelo médico. Esse modelo restringia a pessoa a falta ou ausência de alguma habilidade, fazendo a cisão entre o normal e o patológico (Diniz, 2007). A mudança acerca dessa visão veio em 1975 com a *Union of the Physical Impaired against Segregation* (UPIAS), uma organização formada e gerenciada por pessoas com

deficiência, que trouxe a concepção do modelo social da deficiência. Esse modelo se mostrou como alternativa ao modelo médico. Nessa visão, a deficiência é concebida como uma opressão exercida sobre as pessoas com deficiência, que impede o livre exercício de direitos na sociedade. Ou seja, a deficiência é entendida como um problema social, na forma como a sociedade encara e age diante dessas pessoas, excluindo-as (Diniz, 2007; Ortega, 2009).

Recentemente surgiu um termo para designar o preconceito contra pessoas com deficiência o “Capacitismo”. Este termo é uma tradução da palavra inglesa “*ableism*”, que significa a discriminação contra a pessoa com deficiência. O capacitismo seria o ato de enxergar as pessoas com deficiência sob a concepção de que estas seriam menos capazes de viver socialmente e gerir suas próprias vidas (Campbell, 2001). Ainda segundo este autor, o capacitismo estaria para a pessoa com deficiência, como o racismo estaria para os negros. Isso também é afirmado por Delgado (2000, p. 172), quando diz “a situação dos membros de minorias raciais é análoga ao que vivem as pessoas com deficiência”. Dessa forma, é possível afirmar que o capacitismo gera isolamento e exclusão social, além de inúmeros estigmas. Ele, assim como outros preconceitos, estaria enraizado de forma profunda e subliminarmente inserido na cultura social.

No capacitismo se difunde uma visão de incapacidade em relação as pessoas com deficiência. Segundo Hahn (1986) haveria uma relação entre uma atitude de paternalismo e de dominação das pessoas com deficiência. Nesse sentido, o paternalismo permitiria uma visão social de simpatia e sentimento de pena pelos membros de um grupo minoritário; ao passo que, a dominação promoveria atitudes sociais que os manteriam em uma posição social subordinada. Dessa forma, as pessoas com deficiência acabam sendo vistas como dependentes, economicamente improdutivas, fisicamente e/ou mentalmente limitadas, emocionalmente imaturas; sendo aceitas somente quando não se fazem perceber (Hahn, 1986).

O capacitismo está entranhado na sociedade, levando à percepção negativa da pessoa com deficiência. Segundo Campbell (2008), existe uma crença de que a deficiência é inerentemente negativa, sendo esperado uma oportunidade de que esta seja melhorada ou até mesmo eliminada. Tendo a crença de que qualquer tipo de deficiência torna a pessoa infrahumana e incapaz de ser vista como alguém independente, com autonomia. Ou seja, a pessoa com deficiência acaba sendo excluída da sociedade, e essa

discriminação seria vista como legítima, já que ela não se adequaria aos padrões sociais e às formas plenas de hominização.

Sendo assim, entender o Transtorno do Espectro Autista e suas características, além de enxergá-lo como deficiência, é de suma importância para se combater os preconceitos direcionados as pessoas dentro do espectro. Tal aprofundamento será feito nos tópicos seguintes,

1.2 Transtorno do Espectro Autista

O autismo segundo Orrú (2012) é uma palavra originada do grego (autós) que significaria “por si mesmo”. Para Klin (2006), o autismo pode ser também denominado como transtorno autístico ou autismo infantil, sendo um transtorno do neurodesenvolvimento. O *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM-V), trata-o como uma alteração que afeta a capacidade de comunicação social e do comportamento do indivíduo, ou seja, de responder apropriadamente ao ambiente segundo as normas que regulam essas respostas. Sendo assim, o autista apresentaria dificuldade na interação social, alterações na comunicação e padrões limitados ou estereotipados de comportamentos e interesses.

Mais recentemente, passou-se a utilizar o termo Transtorno do Espectro Autista (TEA) para englobar o Autismo, o Transtorno Global do Desenvolvimento e a Síndrome de Asperger, pois, de acordo com Silva *et al* (2012), o autismo não possui uma única forma, sendo, na verdade, um espectro, apresentando características diversas. Os autores alertam para o uso de generalismos em relação ao autismo, já que, muitas vezes, o que povoa o imaginário social são estereótipos que nem sempre têm relação com a realidade do que seria uma pessoa com autismo. Um bom exemplo, seria acreditar que todo autista nunca olha nos olhos, que não se comunica ou vive em seu próprio mundo. Os autores afirmam ainda que há uma infinidade de variações e características dentro do espectro, que vão de um nível mais simples ao mais complexo.

Segundo as normas da Associação Americana de Psiquiatria, na quinta edição do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM-V), para que uma pessoa seja diagnosticada como autista deve apresentar as seguintes características: déficits significativos e persistentes na comunicação social e nas interações sociais, apresentando dificuldade na comunicação não verbal e verbal; falta de reciprocidade

social; padrões restritos e repetitivos de comportamento; adesão excessiva a rotinas e interesses restritos, fixos e intensos. De acordo com o manual, tais características devem estar presentes no início da infância.

1.3 Breve histórico sobre o Autismo

O termo “autismo” foi usado pela primeira vez por Eugen Bleuler, em 1907, para se referir a um aspecto da esquizofrenia (Jones, 1989). Bleuler denominou o transtorno a partir das observações realizadas com os sujeitos que apresentavam características de “inabilidade social”, ou seja, dificuldade de interagir com o outro. No entanto, foi apenas em 1943 que houve de fato uma descrição mais aprofundada, feita pelo psiquiatra Leo Kanner. Ele começou a perceber e agrupar uma série de comportamentos característicos e observáveis em um grupo composto por onze crianças, características essas que poderiam assinalar o espectro autista. Nesse estudo, foi utilizado o termo autismo infantil precoce para denominar essa condição.

Apesar das contribuições dos estudos de Bleuler, foi Kanner que teve seu nome associado ao autismo. Em 1943, ele retomou os estudos das psicoses infantis de Bleuler e publicou a obra “*Autistic disturbances of affective contact*” (Distúrbios autísticos do contato afetivo), na revista *Nervous Children*. Outra referência importante sobre a descoberta do autismo foi a do pediatra austríaco Hans Asperger, que em 1944 descreveu o comportamento de quatro crianças que tinham dificuldade em se integrar socialmente. Sem conhecimento da descrição elaborada por Kanner, do autismo infantil precoce, publicado só um ano antes, Asperger nomeou a condição descrita por ele como “psicopatia autista”, indicando um transtorno estável de personalidade marcado pelo isolamento social.

Essas crianças, apesar de habilidades intelectuais preservadas, apresentavam uma comunicação não-verbal quase inexistente, envolvendo tanto os gestos e o tom afetivo de voz, empatia pobre e uma tendência para intelectualizar as emoções, além de apresentar uma a fala às vezes incoerente e bastante formal, demonstrando interesses relacionados a temas incomuns que dominavam sua conversação, e uma falta de coordenação motora. Ao contrário dos pacientes de Kanner, essas crianças não se mostravam tão inibidas ou distraídas. Eles também desenvolveram, às vezes precocemente habilidades linguísticas. Ele chamava essas crianças de “pequenos

mestres”, pois apresentavam habilidades sobre determinados assuntos, podendo discorrer sobre eles com grande propriedade (Klin, 2003).

O trabalho de Asperger, publicado originalmente em alemão, tornou-se amplamente conhecido apenas quando Lorna Wing (1981) publicou uma série de casos clínicos que apresentavam sintomas semelhantes. Wing foi a primeira pessoa a descrever a tríade sintomática no autismo, que é o impacto do transtorno em áreas específicas do desenvolvimento humano, como a socialização, o comportamento e a comunicação. A codificação da condição que ela chamou de síndrome de Asperger, e se tornou um tanto nebulosa as diferenças entre Kanner e as descrições de Asperger, pois incluiu um pequeno número de meninas e crianças com retardo mental leve, assim, como algumas crianças que tinham apresentado alguns atrasos de linguagem nos primeiros anos de vida.

No percurso de compreensão do autismo, Pieczarka (2017) nos conta que Rutter concluiu, em uma revisão feita em 1968, que as crianças autistas teriam um distúrbio central da linguagem, que afetaria a compreensão e a utilização da linguagem ou até mesmo conceitos no pensamento, como o pensamento abstrato, por exemplo. Este distúrbio da linguagem constituiria um déficit fundamental e os outros sintomas do autismo seriam secundários. Esse foi um ponto de partida para outros trabalhos que corroboraram essa ideia e que a aprofundaram, ampliando as conclusões alcançadas, demonstrando que o déficit cognitivo era um pouco mais amplo do que Rutter supunha.

Segundo Silva, Gaiato e Reveles (2012), até pouco antes da década de 1980 o autismo ainda integrava as psicoses infantis como um subgrupo. Somente a partir dos anos 80 é que passou a ser considerado como algo diferente da esquizofrenia, visto como um transtorno do desenvolvimento. Para Rodríguez-Barrionuevo e Rodríguez-Vives (2002), o autismo foi ganhando diferentes nomes ao longo dos primeiros anos após a descrição feita por Kanner. Entre eles, houve o autismo esquizofrênico, de Bender em 1959, a tríade de deterioração social de Rutter, as síndromes autistas de Wing, até chegarmos ao termo cunhado atualmente, que é o Transtorno do Espectro Autista.

Em relação às causas do autismo, o percurso para se entender o que ocasionava tal condição foi longo e acidentado. Leo Kanner, em suas pesquisas, chamava atenção para o papel dos pais no desenvolvimento infantil, afirmando que haveria a existência de uma distorção do modelo familiar que levariam as alterações no desenvolvimento dessas crianças (Facion, 2005). Nos anos de 1950 e 1960, Bruno Bettelheim defendeu que o autismo viria da possível indiferença da mãe, chamando esse fenômeno de "mãe-

geladeira" (Silva, 2017). Apesar de refutada, nos anos 1970, tal teoria trouxe consequências para as famílias que tinham filhos autistas. Devido a essa afirmação, acerca da etiologia do transtorno ser psicoafetiva, que culpabiliza a mãe, que não amaria seu filho, muitas mães de crianças consideradas como esquizofrênicas ou como autistas sofreram severamente, pois durante muito tempo, carregaram a culpa, acreditando serem responsáveis pelo transtorno dos seus filhos.

As primeiras teorias, acerca das causas do autismo, foram sendo deixadas de lado aos poucos na década de 1970, devido a correlação do autismo com outras síndromes neurológicas e as novas descobertas genéticas que se seguiram nas décadas seguintes. Hoje, através de estudos ficou evidente que o autismo está ligado a causas genéticas associadas a questões ambientais. De acordo com Andrade *et al* (2011), apesar de ainda não haver comprovação das eventuais causas do autismo, estudos apontam para características genéticas, como, por exemplo, infecções pré-natais e doenças congênitas, tais como rubéola ou doença de inclusão citomegálica, fenilcetonúria, deficiência herdada de enzima, síndrome do X frágil ou dosagem cromossômica, como possíveis fatores motivadores do transtorno. Apesar dos esclarecimentos que pesquisas na área vem trazendo nos últimos anos, ainda há muitas perguntas a serem respondidas sobre o autismo. A seguir, será abordada a realidade desse transtorno tanto em Sergipe, como no Brasil.

1.4 Autismo no Brasil e em Sergipe

No Brasil, surgiu em 1926 a Fundação Pestalozzi com o intuito de atender e melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência. Em 1954, no Rio de Janeiro, é aberta a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, sendo iniciativa de uma mãe que tinha uma filha com Síndrome de Down (Souza, 2017). Só em 1973 foi criado o Centro Nacional de Educação Especial CENESP, junto ao Ministério de Educação e Cultura. O que se percebe é um movimento relativamente recente de atenção a pessoas com deficiência. Isso deixa um ponto de interrogação, chamando a atenção para a seguinte questão: “não existiam pessoas com deficiência antes disso?”. A resposta é óbvia. Sim. É claro que existia, mas antes elas estavam desassistidas. No entanto, apesar de novos mecanismos legais, e tantos outros órgãos criados, ainda fica a dúvida de como está a realidade dessas pessoas no Brasil.

Segundo Oliveira *et al* (2016), na década de 1980, houve a criação de muitas instituições, na sua maioria sem fins lucrativos. Nessa época também ocorria no Brasil o Movimento de Reforma da Psiquiatria, que buscava repensar a maneira como a sociedade lidava com as pessoas com transtornos mentais, visando vencer o modelo de assistência centrado em práticas de institucionalização. Todo esse movimento culminou na proclamação da Lei Nº 10.216/01, que versa sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais.

Especificamente em relação ao autismo no Brasil, pode se dizer que o entendimento e os estudos sobre esse transtorno ainda são muito incipientes. Orrú (2016), em seu livro, aborda a falta de dados sobre o autismo no Brasil. A autora traz uma pesquisa realizada em 2007 do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da escola paulista de medicina (Unifesp), a única realizada no Brasil até o momento. Essa pesquisa, buscou fazer um levantamento sobre o autismo no Brasil e sua prevalência, nela os pesquisadores estimaram que existiria cerca de 2 milhões de casos de autismo no país.

Nesse sentido, em relação a prevalência do número de casos de autismo no Brasil não há como se ter um número exato de pessoas dentro do espectro no país. Essa é uma grande incógnita, já que não há pesquisas amplas sobre o assunto. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) o TEA afetaria, aproximadamente, 1% da população mundial. Segundo Camargo e Rispoli (2013), no Brasil, estima-se, com base nos estudos da OMS, que a população de pessoas com TEA seria de cerca de 2 milhões. Uma solução para sanar essa dúvida será o próximo Censo Demográfico, com a sanção da Lei 13.861 de 2019, que obrigou a inclusão dessas informações.

No Brasil, apesar de não haver um o número exato de pessoas dentro do espectro, se fosse feito um cálculo aproximado dessa população, sabendo que no Brasil existem cerca de 35,5 milhões de crianças, segundo o IBGE, e partindo da constatação do CDC dos Estados Unidos, no ano de 2020, sobre a prevalência de crianças com TEA, que seria de 1 a cada 54, pode-se dizer que, no Brasil, haveria aproximadamente 657 mil crianças com TEA. (CDC, 2020). Essa é uma realidade muito alarmante, pois ainda há poucas pesquisas sobre o tema autismo

No entanto, é importante pontuar que alguns avanços que já foram conquistados no Brasil em relação ao autismo. Um deles, é a referida Lei 12.764/12, sancionada em dezembro de 2012, pela então presidente Dilma Rousseff, que afirma que a pessoa com Transtorno do Espectro Autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais, ou seja, reconhece o autismo como deficiência e traz garantias de direitos importantes para as pessoas dentro do espectro e suas famílias, tais como acesso à educação, medicamentos, incentivo à capacitações profissionalizantes, inserção no mercado de trabalho, entre outros. Além disso, foi criada a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que possui o intuito de garantir prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, tanto nas áreas de saúde, como educação e assistência social. Houve ainda a criação da Lei Brasileira da Inclusão (LBI), sancionada em 2015, que busca a garantia dos direitos da Pessoa com Deficiência, vindo reforçar pontos da lei anterior. A LBI trouxe grandes contribuições, como o acesso universal e igualitário à saúde para as pessoas com deficiência, por meio do SUS; a oportunidade de acesso a tecnologias assistivas nas escolas; além do acesso à educação superior, à educação profissional e ao trabalho em ambientes acessíveis e inclusivos por exemplo.

Uma outra importante conquista, em relação ao autismo no Brasil, foi a criação da Associação de Amigos do Autista (AMA), a primeira organização brasileira com o foco em dar suporte a pessoas autistas e suas famílias. Ela surgiu em São Paulo, em 1983, fundada por pais de pessoas com autismo. Sendo assim, o que se percebe no Brasil é um caminhar lento em relação a estudos e iniciativas que busquem entender e auxiliar pessoas nessa condição (Mello, 2005). Nunes (2014) afirma que desde a formação da AMA, outros pais de pessoas com autismo se uniram e formaram grupos. Eles buscavam apoiar outras pessoas que estavam passando pela mesma situação e disseminar informações sobre o transtorno, mas também obter recursos públicos e criar projetos de lei.

Ao longo do tempo, houve uma construção de uma rede de atendimento e assistência no SUS para crianças e adolescentes que apresentavam transtornos mentais graves e persistentes. Essa iniciativa surgiu após a III Conferência Nacional de Saúde Mental, que ocorreu em 2001 (BRASIL, 2002). Surgindo dessa iniciativa os Centros de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (CAPSi), com a portaria ministerial nº 336/02 (BRASIL, 2002). São nesses centros que a população mais carente, e com autismo passa a receber atendimento.

Outra iniciativa governamental, para atender a população de pessoas com autismo no Brasil, ocorreu em 2013, quando o Ministério da Saúde, juntamente com o Sistema Único de Saúde (SUS), criou a cartilha “Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA)”. Essa cartilha buscava nortear e orientar as práticas de equipes multiprofissionais para o cuidado à saúde do indivíduo com TEA e a sua família. (Ministério da Saúde, 2013).

Em relação a realidade do Estado de Sergipe, percebeu-se a ausência de pesquisas que relatem especificamente o preconceito, a trajetória e a incidência de pessoas com autismo no Estado. Essa escassez demonstra uma necessidade imperativa de se pesquisar mais a fundo sobre um tema tão importante. No período entre as décadas de 1970 e 1980, de acordo com Souza (2017), o estado de Sergipe passou a realizar ações mais específicas para pessoas com deficiência. Tendo a iniciativa de realizar um levantamento quantitativo, para saber o número de pessoas com deficiência no estado. Tal iniciativa foi de extrema importância para se planejar ações voltadas para atender as demandas dessa população.

As iniciativas em torno de pessoas com autismo e outras deficiências no Estado de Sergipe são relativamente recentes. Segundo Souza (2017), em Sergipe houve o surgimento do Centro de Reabilitação Ninota Gracia na década de 1960; já em 1967 a abertura da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Já em 1987, segundo Andrade (2019), um grupo formado por quatro famílias de Sergipe criou, em Aracaju, a Associação de Amigos do Autista de Sergipe (AMAS), instituição essa que se dedica apenas ao atendimento de pessoas com autismo. Em 1993, a Associação de Amigos do Autista de Sergipe promoveu a Segunda Jornada de Saúde Mental, recebendo o reconhecimento de seu trabalho a nível nacional.

No entanto, apesar dessas ações, ainda há muito que ser feito no Estado de Sergipe em relação ao autismo. Faltam pesquisas sobre a temática, para entender melhor formas de incluir essas pessoas. O que se percebe é que no Estado há uma carência muito maior de pesquisas sobre o assunto. Feita uma busca similar à feita anteriormente, nas mesmas plataformas, porém agora com os descritores “autismo” e “Sergipe”, constatou-se a total ausência de produções. Além disso, foi realizada uma outra busca, agora no Banco de Teses e dissertações da UFS, sendo encontrada apenas uma dissertação que tratava da temática do autismo, como o título: “Histórias e Memórias de Práticas Educacionais Relacionadas às Pessoas com Autismo em Sergipe (1962-1993)”, de autoria

de Walna Patrícia de Oliveira Andrade, defendida em 2019, no Programa de Pós-Graduação em Educação.

Diante dos levantamentos feitos em relação a pesquisas sobre autismo, evidenciou-se a incipiência de pesquisas em relação ao autismo no Brasil e em Sergipe. Foram feitas buscas tanto na área de educação, quanto de saúde, não sendo encontradas pesquisas na psicologia que tivessem tal temática como foco. Percebe-se que como área de pesquisa, ainda não há uma preocupação aparente em estudar e se aprofundar nesse assunto, o que deixa uma lacuna de conhecimento em relação a realidade do autismo no Brasil e no Estado de Sergipe. Por isso, percebe-se a importância de pesquisas como essa, que buscam entender e refletir sobre tal temática. Neste sentido, com o intuito de buscar aprofundar a questão dos estereótipos e do preconceito, e suas diversas formas de expressão é que foi realizado o capítulo a seguir.

CAPÍTULO II: ESTEREÓTIPOS, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO

No capítulo anterior foi tratado o que seria deficiência e autismo, trazendo também um breve histórico sobre o transtorno. O presente capítulo tem como objetivo discorrer sobre o preconceito e o papel dos estereótipos, além da relação daquele com atitudes de discriminação.

2.1 Os processos de estereotipia e o preconceito

O preconceito, assim como a deficiência, é um fenômeno complexo, não sendo de fácil definição na Psicologia Social, tendo diferentes autores e formas distintas de olhar (Lima, 2020). Dentre tantas perspectivas e olhares sobre o preconceito, a que mais se destaca na Psicologia Social é a de Gordon Allport. Ele defende que, de certa forma, o ser humano teria uma tendência em apresentar atitudes preconceituosas. Isso aconteceria devido a questões oriundas da forma de pensar, que o levaria a construir visões e categorias que geram o preconceito e atitudes de hostilidade (Allport, 1954/1979). No entanto, Jackman (2005) traz uma concepção diferente. Ele afirma que as relações entre grupos apresentariam uma complexa dinâmica. Em tal dinâmica, haveria situações de dominação e subordinação, sendo marcadas por questões emocionais e de ambivalência, ora apresentando respostas positivas, como afeto e admiração, juntamente com respostas negativas, como desprezo e ressentimento. Sendo assim, um grupo poderia apresentar preconceitos paternalistas, juntamente com atribuições positivas de amabilidade e com atribuições negativas de incompetência intelectual.

Já na perspectiva de Allport (1979) o ato de categorizar os indivíduos socialmente auxiliaria no processo de diferenciação do outro, possibilitando, através de estereótipos, identificar as características positivas ou negativas de maneira automática. Sendo assim, os indivíduos passariam a diferenciar, mais facilmente, o endogrupo (seu grupo de pertencimento) do exogrupo (os demais grupos), o que poderia levar à discriminação, já que o outro é visto como diferente e muitas vezes percebido como possuidor de características negativas.

Tais características atribuídas aos outros são chamados de estereótipos. Segundo Lima (2020), os estereótipos são uma espécie de visão e conhecimento, compartilhado socialmente, em relação a determinados grupos e pessoas que fazem parte desses grupos.

Essa visão influenciaria a forma dos sujeitos lidarem e avaliarem os grupos. Os estereótipos também teriam a função de simplificar informações e até mesmo de justificar e legitimar ações. Nesse sentido, o uso dos estereótipos se torna, muitas vezes, uma forma de chancela para atitudes de preconceito, discriminação e exclusão de determinados grupos.

O estereótipo envolve uma classificação ou categorização de pessoas ou grupos a partir de critérios pré-estabelecidos ou de características superficiais. Neste sentido, as crenças que um sujeito tem em relação à determinados grupos acabam influenciando a maneira de perceber os membros do seu grupo e de outros grupos. Dessa forma, para interagir com o mundo é necessária uma orientação e certa percepção de estabilidade para saber como proceder em determinadas situações, isso, inclusive, se torna essencial para a sobrevivência, como, por exemplo, saber quando agir em situações de perigo iminente. É por isso, que são criados os modelos mentais, que orientam as ações e condutas dos indivíduos (Bargh & Williams, 2006).

Na perspectiva cognitiva, os estereótipos apresentam um papel importante. Segundo Techio (2011), os estereótipos seriam esquemas mentais, adquiridos por meio das nossas experiências. Eles são como referenciais que norteiam as ações dos indivíduos. Segundo Katz e Braly (1993), o processo de estereotipar geraria um sistema de orientação, sendo assim, os estereótipos apresentam papel fundamental em relação ao preconceito, pois são eles que influenciam a visão de mundo dos sujeitos.

Por sua vez, Fiske *et al* (2002) trazem a questão dos conteúdos dos estereótipos e de como esses podem ser associados a características boas e ruins, podendo apresentar valência de valores contraditórios, em que os estereótipos de um grupo específico teriam conteúdo de competência e/ou de amabilidade. Essas duas dimensões estariam intimamente ligadas com as questões do status e da relação entre os grupos sociais. Dessa forma, surgiria um preconceito ambivalente em relação a determinados grupos, podendo serem vistos como muito competentes, mas pouco amáveis, por exemplo. Segundo a autora, as pessoas com deficiência, seriam vistas, nos Estados Unidos, como amáveis, mas incompetentes.

O conteúdo dos estereótipos seriam uma espécie de conjunto de características que sinalizariam determinado grupo, ou seja, auxiliariam na identificação de pessoas como pertencentes a um grupo específico. Dessa forma, os conteúdos dos estereótipos do

endogrupo seriam mais positivos que do exogrupo. Nesse sentido, é possível refletir sobre o papel dos estereótipos no preconceito e a consequente justificção da discriminação sofrida por determinados grupos, pois se são vistos como pouco competentes, por exemplo, é de se esperar que não sejam contratados para uma vaga de emprego ou que não haja preocupação em ensiná-los. Tais visões negativas, ambivalentes ou pseudopositivas podem manter a desigualdade social e a posição de certos indivíduos na sociedade. Mas é preciso saber que o preconceito está, muitas vezes, tão enraizado socialmente, que nem sempre o indivíduo se dá conta que o está cometendo, já que esse pode ser tanto consciente, quanto inconsciente.

2.2 O preconceito automático e as medidas de atitudes implícitas

Em relação ao preconceito, é possível verificar três componentes importantes: o cognitivo, o afetivo e o comportamental. No primeiro, temos a perspectiva de Fiske (1998), que busca explicar o preconceito a partir de um viés cognitivo, ou seja, partindo da premissa que os indivíduos apresentariam erros no processamento das informações e em seus julgamentos. Ou seja, o preconceito estaria ligado à maneira de ver o outro. As pessoas seriam colocadas em espécies de “caixas mentais”, que são as chamadas categorias sociais e que carregariam consigo os estereótipos.

Os processos automáticos de estereotipia e preconceito têm sido foco de vários estudos na Psicologia Social (e.g., Bargh & Williams, 2006; Dantas & Pereira, 2018; Greenwald & Banaji, 1995; Lima, Machado, Ávila, & Vala, 2006). Em suma, os processos automáticos são as atitudes ou práticas que acontecem inconscientemente, sem que o indivíduo possa controlar racionalmente. Por exemplo, quando uma pessoa muda de calçada ao avistar um homem negro em uma rua escura, ela apresenta essa atitude, muitas vezes, sem que tenha se dado conta, ou seja, pode ser um processo automático. Ou quando vê uma criança autista tendo uma crise sensorial e se afasta, achando que ela pode ser perigosa. São comportamentos preconceituosos que estão impregnados no inconsciente ou pré-consciente e que levam a atitudes automáticas. “Trata-se do ‘monstro’ do preconceito implícito, aquele que se alimenta de processos cognitivos automáticos ou não controlados pela consciência.” (Lima, 2020, p. 8).

A fim de estudar tais atitudes implícitas a Psicologia Social buscou, através de testes, como o *Implicit Association Test* (IAT), aferir o período de latência de resposta dos sujeitos diante de determinadas situações e estímulos (Greenwald & Banaji, 1995). O IAT foi desenvolvido por Greenwald *et al.* (1998), tendo como intuito avaliar as atitudes

implícitas dos sujeitos, partindo da premissa que os processos de memória implícita envolvem a falta de consciência sobre o processo. O IAT busca revelar atitudes e outras associações, mesmo para sujeitos que preferem não expressar certas atitudes.

Uma outra forma de avaliar o preconceito é através dos procedimentos tipo *priming*. Segundo Lima (2020), apesar do termo não ter uma boa definição no português, esse seria concebido como uma espécie de preparação. O *priming* provocaria, na maioria das vezes, efeitos que facilitariam a ação dos sujeitos mediante uma situação específica. Ou seja, a partir do *priming*, ocorreria a ativação de representações mentais que levariam a determinados julgamentos e comportamentos sociais (Molden, 2014).

Os estudos sobre *priming* surgiram com Donald Hebb em 1949. Ele estudava a organização do comportamento, partindo das representações mentais internas. De acordo com Hebb (1949), as representações internas poderiam ser ativadas por estímulos externos, o que faria com que o indivíduo fosse influenciado ao ter acesso a uma informação posterior. Desde então, o *priming* tem sido bastante utilizado nas pesquisas em psicologia social. Pensando nas percepções, categorizações e estereótipos sociais, ele tem sido uma importante ferramenta para o estudo do preconceito. (e.g., Devine, 1989, Bargh et al., 1996, Lima & Vala, 2004, Henderson & Wakslak, 2010; Smith & Mackie, 2014). O *priming* tem relação com a interação de eventos em um ambiente que influenciariam determinadas repostas futuras. Ou seja, quando um estímulo é apresentado este geraria a ativação de redes neurais, que suscitaria informações guardadas na memória e que influenciariam as respostas do indivíduo.

Já na dimensão afetiva, Allport (1954), afirma que o preconceito seria uma atitude negativa que estaria baseada em uma crença de que o indivíduo apresentaria características negativas atribuídas ao grupo ao qual ela pertence. Nesse sentido, segundo Allport o preconceito estaria ligado a "sentimentos de desprezo ou antipatia, de medo ou aversão" (p. 7). Segundo Lima (2020), Allport analisa o preconceito como uma emoção negativa que o alimenta e até o legitima. Além disso, os encontros entre os atores sociais poderiam suscitar emoções de medo, raiva, ressentimento, agressão, entre outras. Algo que se pode constatar em ações de preconceito, discriminação e agressões a determinados grupos, como o grupo de pessoas autistas.

Outro elemento presente no preconceito, seria a dimensão comportamental. Essa estaria relacionada com o ato próprio de discriminar o outro. Esse seria um processo no qual aquele que apresenta algum tipo de particularidade seria desfavorecido, ou seja, não

poderia ter acesso ou gozar de certos direitos ou benefícios (Plassard, 1986). Nesse sentido, é possível dizer que a discriminação é a materialização do preconceito (afeto) e das suas dimensões de crença (estereótipos).

2.3 O papel dos estereótipos no preconceito contra as pessoas com Autismo

Os estereótipos parecem ser inerentes ao ato de categorizar. São produtos dos processos da percepção social, tendo relação com a aprendizagem e a memória. Essa visão cognitiva é difundida desde o início dos anos 1980 (Banaji & Bhaskar, 2000). Sendo assim, estereótipos são uma espécie de crença compartilhada em relação a características, traços e comportamentos de determinados grupos (Rodrigues *et al.* 1999). Ainda sobre os estereótipos, Pereira (2002) afirma que estes seriam como crenças sobre um grupo, uma perspectiva com informações sobre as visões socialmente compartilhadas. Segundo Hamilton e Trolier (1986), estereótipos são estruturas cognitivas, que carregam o conhecimento, as crenças e as expectativas em relação a algum grupo.

O estereótipo foi concebido por Allport (1954) pela lógica de uma espécie de lei do menor esforço. Sendo feita a categorização, atribuindo a determinadas pessoas, características, opiniões, valores e crenças, a fim de dar sentido ao mundo social. Dessa forma, os estereótipos gerariam influência no comportamento interpessoal. Ou seja, poderiam levar a atitudes negativas e ações discriminatórias. (Fiske, 1998). Sendo a percepção e a tomada de decisão enviesadas pelas crenças a respeito das características de determinados grupos.

A partir do que foi apontado até aqui, o que se percebe, no discurso das pessoas, é uma grande dificuldade em lidar com o diferente. É importante pontuar que as pessoas com autismo sofrem com estereótipos e categorizações. As atitudes de quem exclui por preconceito são baseadas em visões sociais distorcidas que enquadram e reduzem o entendimento sobre o autismo, fazendo com que as pessoas categorizem os autistas, muitas vezes, como isolados socialmente, alheios, agressivos, entre outros estereótipos. Verifica-se que os estereótipos em relação ao TEA estão ligados a visões negativas sobre os comportamentos apresentados por esses sujeitos. (Buscaglia, 1997)

O processo de categorizar, como visto anteriormente, tem o papel de distinguir o *endogrupo* do *exogrupo*. Ao encontrar o outro, há uma inferência, muitas vezes não consciente, sobre o sujeito, partindo de estereótipos que seriam automaticamente evocados da memória. É importante salientar que a cultura tem papel fundamental na

construção e acessibilidade (saliência mental) dos estereótipos, fazendo com que certas características se tornem inerentes a determinado grupo, mesmo que elas não sejam verossímeis ou representem o grupo como um todo (Fiske, 1998). Dessa forma, comportamentos apresentados por parte das pessoas com autismo, acabam sendo um dos aspectos que assumem maior relevância no âmbito social, representando um entrave significativo para o estabelecimento de relações sociais satisfatórias.

A visão estereotipada das crianças com autismo pode levar a atitudes hostis, além de comportamentos de exclusão social (Gray, 1993). A maneira como as crianças autistas se comportam, muitas vezes destoa das normas e expectativas sociais, o que leva à percepção de que elas são desobedientes e incorrigíveis, contribuindo para a antipatia e atitudes negativas e ações discriminatórias das outras pessoas (Ling, Mak, & Cheng, 2010).

O fato de o autismo não ter características marcantes, que o distinga como uma deficiência, levaria a uma “dissonância”, que faria com que as pessoas tivessem dificuldade de perceber que aquela criança é autista e não “mal-educada” ou “sem limites”, por exemplo. Sendo assim, devido a essa realidade, já que autismo não tem “cara”, muitos professores acabariam emitindo comportamentos mais hostis em relação a esses alunos. (Ling *et al.*, 2010).

Estereótipos sociais aliados à falta de informação sobre o transtorno alimentam o preconceito que gira em torno do autismo. O que aumenta cada vez mais a estigmatização das pessoas autistas. Tais estereótipos levariam a uma visão de senso comum, na qual, os autistas seriam gênios ou se balançariam o tempo todo, isolados em um canto. Como referido, os estereótipos apresentam a função de simplificar a percepção do mundo, no entanto, essa visão enviesada da realidade traz consigo alguns problemas. Um deles é a falta de individualidade de membros de um grupo, sendo vistos de maneira homogênea, uniforme. Outra é que tais estereótipos podem suscitar comportamentos negativos em relação ao grupo estereotipado (Fazio, 1986).

Partindo dessa premissa, o que se percebe é que pessoas com TEA são estigmatizadas e estereotipadas, como afirmam Campbell (2006) e Gray (1993). Muitas pessoas acabam retratando pessoas autistas com estereótipos negativos (Jones & Harwood, 2009), ou seja, acredita-se que estas apresentariam comportamentos que perturbem as demais pessoas em suas atividades sociais. Dessa forma, os estereótipos em relação as pessoas com autismo acabam levando-as a sofrerem preconceito e discriminação em diferentes ambientes sociais.

Em relação ao preconceito, é importante pontuar que este apresenta formas distintas, se manifestando de várias maneiras. Devido a essa realidade, serão abordadas, no próximo tópico, as novas formas de preconceito e como estas se manifestam na sociedade atual.

2.4 O preconceito e suas formas

As novas formas que o preconceito vem assumindo nos últimos tempos também precisam ser vistas. Os preconceitos flagrantes e declarados, cada vez mais não são aceitos na sociedade, pelo menos nas mais democráticas. No entanto, novos tipos têm surgido e se manifestado de forma indireta ou encoberta, o que reflete o peso das pressões da norma social. Assim, as expressões de preconceito acabam assumindo outra roupagem, a de um preconceito sutil, que é dito e exercido de forma não consciente de que ele está ali na sociedade.

O preconceito sutil seria composto por três dimensões. A primeira teria a ver com a defesa de valores tradicionais. Essa estaria ligada às percepções dos membros dos grupos externos como não esforçados o suficiente ou como possuindo valores inadequados; a segunda dimensão estaria ligada à diferença cultural, onde o grupo externo seria visto como muito destoante da cultura ou do modo de ser do endogrupo e a terceira dimensão tem relação com a perspectiva de negação das emoções positivas, a exemplo da simpatia e empatia (Lima & Vala, 2004).

Pettigrew e Meertens (1995), estudaram essas duas novas expressões de preconceito na sociedade atual. O preconceito sutil, segundo eles, seria uma nova expressão do preconceito contra os grupos externos (grupo dos outros/exogrupos). Esses autores fazem a diferenciação entre preconceito flagrante e o preconceito sutil. O flagrante seria aquele preconceito direto, já o sutil seria uma espécie de preconceito disfarçado e não direto. Haveria duas dimensões no preconceito flagrante, a da ameaça e rejeição do *exogrupo*, que estaria relacionada a uma visão de que seus membros seriam uma ameaça. E a outra dimensão, teria relação com a rejeição da intimidade, ou seja, a rejeição emocional ao contato íntimo com indivíduos do exogrupo (Pettigrew & Meertens, 1995).

Além desses dois tipos, existem outras teorias referentes ao preconceito que se mostram pertinentes para serem abordadas nesse trabalho, apesar de serem apresentadas à luz do racismo, se aplicariam também em contextos de outros preconceitos. A teoria do

racismo moderno partiu da necessidade de medir as atitudes raciais. Tal teoria foi elaborada juntamente com a Escala de Racismo Moderno. Esta teria relação com a percepção de que os negros, ou no caso de outros grupos, membros do *exogrupo*, recebem mais do que merecem e que violam valores e normas importantes para os brancos ou membros do *endogrupo* (Lima & Vala, 2004). Segundo McConahay (1986), o preconceito seria visto como algo que não existiria mais, pois as pessoas negras teriam alcançado o status de poder competir igualmente com os brancos, e isso possibilitaria a ascensão social, sendo assim, as instituições sociais estariam oportunizando aos negros mais do que eles merecem, o que seria visto como algo injusto.

Outra teoria, sobre o preconceito, seria a do Racismo Aversivo. Segundo Gaertner e Dovidio (1986), as atitudes de pessoas brancas em relação a pessoas negras seriam complexas e se mostrariam de forma ambivalente. Nesse sentido, quando os sujeitos se deparam com situações de preconceito, ficando claro a diferenciação entre o certo e o errado, ou seja, aquilo que não é socialmente aceito, que é visto como claramente preconceituoso, os preconceituosos aversivos não discriminam o *exogrupo*. No entanto, quando a norma igualitária não está explícita na situação ou existe um contexto que justifica a discriminação, os preconceituosos aversivos discriminariam o *exogurupo* (Dovidio & Gaertner, 1998).

Haveria também racismo ambivalente, sendo que a ambivalência se apresentaria como uma característica que estaria bastante presente nas relações raciais entre endo e exogrupos. Nesse sentido, haveria uma tendência de comportamentos de indivíduos dos grupos dominantes, simultaneamente favoráveis e desfavoráveis em relação aos indivíduos de minorias sociais, em certos tipos de interação. Sendo assim, se surgirem situações que ativem atitudes conflituosas, os indivíduos irão experimentar certa tensão psicológica. Diante dessa realidade, eles podem vir a radicalizar suas atitudes devido a ambivalência de sentimento em relação ao outro grupo (Katz & Hass, 1988). Para aprofundar e entender tais preconceitos direcionadas ao grupo de pessoas com TEA é que foi realizado capítulo a seguir.

CAPÍTULO III: REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE ESTEREÓTIPOS E PRECONCEITO CONTRA PESSOAS COM AUTISMO

No capítulo anterior foi abordado o preconceito e o papel dos estereótipos. O presente capítulo é referente a Revisão Sistemática realizada com o intuito de entender como está a produção de pesquisas sobre o preconceito direcionado a pessoas com autismo.

3.1 Introdução

As pessoas nascem, crescem e vivem em uma determinada sociedade, que molda e influencia a maneira como enxergamos o mundo. Tais impressões acabam sendo impactadas, no primeiro contato com as outras pessoas, pela aparência, pelas roupas, pelo modo de falar e pela forma como se comportam. Tudo isso, leva o sujeito a construir ou adotar imagens sobre os outros e, com base nelas, realizar inferências e julgamentos simplificadoros, amiúde sem correspondência com a realidade. Tais inferências e julgamentos influenciam a forma como o sujeito e a sociedade tratarão os outros.

Na psicologia social, Gordon Allport, um pioneiro no estudo sobre os julgamentos sociais, afirma que existe no ser humano certa facilidade em apresentar atitudes de preconceito. Os indivíduos teriam, segundo o autor, uma tendência a desenvolver essas atitudes, já que, ao longo da sua formação, receberiam certos valores e informações que levariam a visões preconceituosas, que proporcionariam as generalizações e atitudes de hostilidade (Allport, 1954/1979). É neste sentido, que Allport (1954/1979) define o preconceito como uma antipatia baseada em uma generalização falha e inflexível, que seria direcionada a um determinado grupo ou indivíduo que faz parte desse grupo.

O preconceito pode se apresentar de duas maneiras. A primeira seria de forma implícita, que teria relação com os processos cognitivos automáticos, ou seja, aqueles que não estariam sobre o controle consciente. Já a outra forma seria o preconceito explícito que, ao contrário do anterior, estaria sob o controle consciente dos indivíduos. Para que se estruturam as atitudes preconceituosas é necessário que circulem e sejam compartilhadas imagens sobre como são os grupos e categoriais sociais. Essas imagens são os estereótipos. As teorias mais clássicas da cognição social propõem que os estereótipos seriam uma forma dos sujeitos lidarem e avaliarem os grupos, economizando tempo e energia, pois o sujeito seria capaz de buscar, em sua memória, características de outros grupos, facilitando a percepção de outros indivíduos (Fiske & Taylor, 1984). Esses autores propõem o conceito da economia cognitiva, que permitiria uma simplificação da realidade, possibilitando o sujeito apresentar respostas automáticas a estímulos externos.

Von Hippel, Sekaquaptewa e Vargas (1995) afirmam que os estereótipos seriam uma espécie de teoria de como o sujeito deve agir, ou seja, os estereótipos teriam o papel de guiar o comportamento e os julgamentos dos indivíduos dentro de uma determinada sociedade e cultura. Os estereótipos sociais são visões que não necessariamente correspondem à realidade, mas que são compartilhadas pelos sujeitos, sendo representações cognitivas de esquemas bem organizados. Estereótipos, nesse sentido, são visões associadas a categorias sociais, que estão alinhadas a crenças, ideologias, políticas, entre outras perspectivas que influenciam as formas do indivíduo enxergar o mundo (Hamilton, Gibbons, Stroessne & Sherman, 1992; Siebra, 2005).

Gorham (2006) afirma que os estereótipos teriam o papel de produzir e reforçar o preconceito e discriminação. Sendo assim, estereótipos produziriam julgamentos apressados e imprecisos, o que levaria a atitudes de preconceito e exclusão social. Os sujeitos buscariam estratégias para evitar o contato com os grupos que seriam

discriminados, gerando o impedimento desses grupos, até mesmo, a determinados ambientes. Isso levaria à desigualdade e à discriminação, privando o acesso igualitário dos indivíduos do grupo alvo do preconceito. (Pereira, 2002)

Estereótipos e preconceitos são, geralmente, dirigidos contra grupos percebidos como minoritários nas relações de poder ou aqueles que, por alguma marca (estigma), “ferem” as formas de ser ou estar que a sociedade valoriza. As pessoas com deficiência são uma das vítimas preferenciais dos estereótipos e preconceitos, o que as faz vivenciar exclusão e estigma social. Em relação aos estereótipos relacionados às pessoas com deficiência, muitos são extremamente negativos, a tal ponto que essa categoria social, na grande maioria das vezes, acaba sendo infra-humanizada ou desumanizada. O que se percebe é uma visão dominante de que pessoas com alguma deficiência não seriam aptas a viver em sociedade, sendo enquadradas dentro de uma pré-noção de “incapacidade”, de forma depreciativa devido a determinados padrões, visões políticas e até culturais (Donaldson, 2002; Goodley & Runswick-Cole, 2011).

Os estereótipos desempenham papel destacado na desumanização e discriminação contra as pessoas com deficiência (Treweek, Wood, Martin & Freeth, 2019). A pouca literatura psicossocial sobre estereótipos das pessoas com deficiência aponta que elas são vistas como amáveis, mas incompetentes (Fiske, Cuddy, Glick & Xu, 2002). Amaral (1998), seguindo a definição de Allport (1954/1979), afirma que o preconceito contra as pessoas com deficiência é uma forma de generalização indevida, na qual a pessoa com deficiência acaba sendo percebida pela visão simplista, que focaria, apenas, sua condição, não sendo concebida, em sua totalidade, como sujeito.

Um grupo a ser destacado dentre as pessoas com deficiência, vítimas de estereótipos e preconceito, são aqueles com Transtorno do Espectro Autista. Os autistas são percebidos por lentes que distorcem e limitam a compreensão sobre o que realmente

é o autismo e sobre a individualidade desses sujeitos, suas características e potencialidades; na maioria das vezes, são vítimas de estigmas e exclusão (John, Knott & Harvey, 2018).

Esse cenário aponta para a necessidade de um entendimento mais profundo sobre o autismo, sendo importante entender os modos pelos quais as pessoas com autismo são socialmente percebidas e tratadas. Como Treweek *et al.* (2019) afirmam, as pessoas dentro do espectro devem ser ouvidas, sendo importante saber como elas se sentem, pois isso ajudaria a entendê-las melhor. Além disso, é imperativo entender os estereótipos e o preconceito contra esse grupo: quais questões influenciariam os sujeitos a expressar comportamentos de preconceito e o que reforçaria, ainda mais, as visões, atitudes negativas e a exclusão social das pessoas com TEA.

Essa revisão procura responder às seguintes questões: “O preconceito contra os autistas tem sido abordado no Brasil e em outros países?”; “Quais as principais conclusões da literatura especializada?”. Para tanto, o presente estudo realizou uma revisão sistemática sobre como os estereótipos e o preconceito contra as pessoas autistas têm sido pesquisados; quais métodos de pesquisa têm sido utilizados; as conclusões que chegaram e as lacunas que ainda persistem na psicologia social sobre essa temática.

3.2 Método

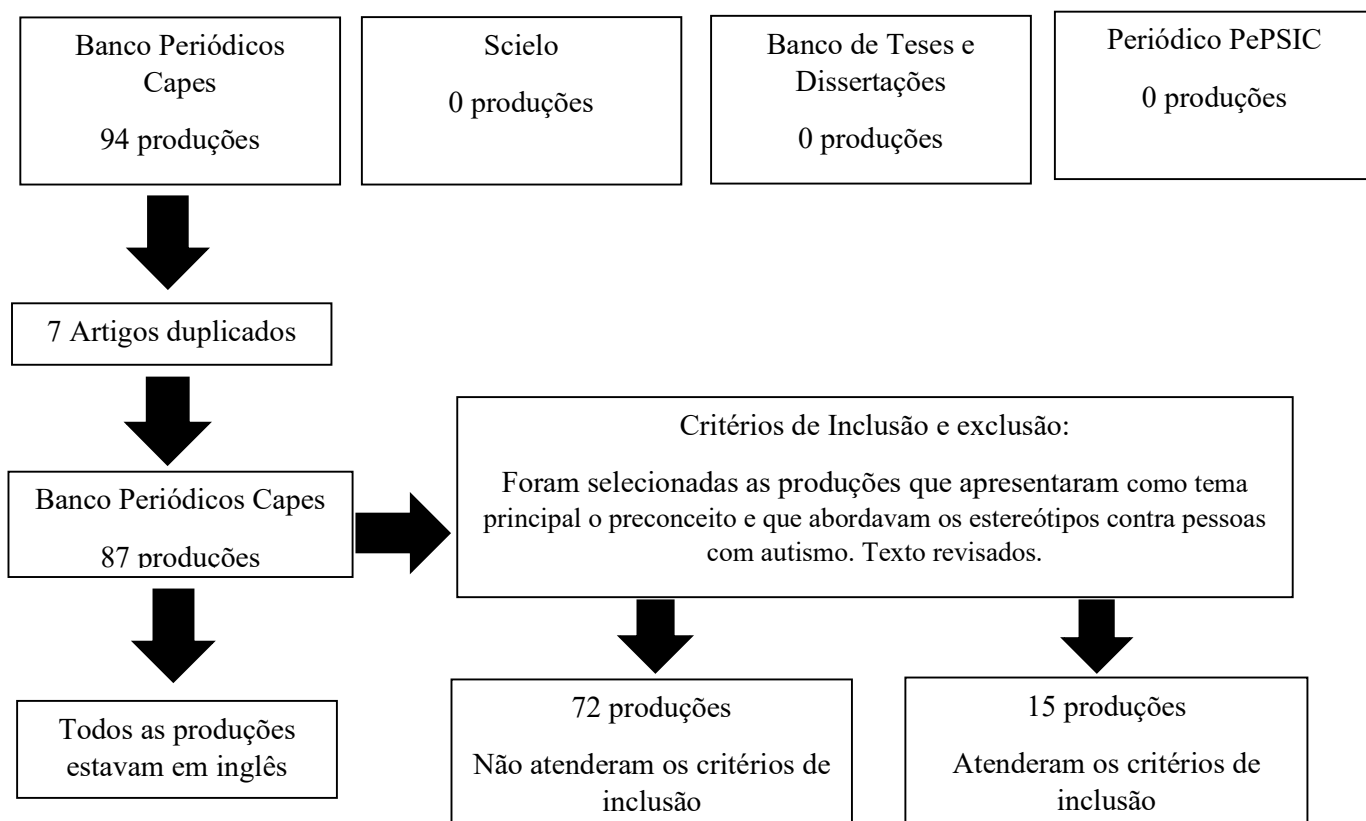
Para realização da presente revisão sistemática, sobre os estereótipos e preconceito contra as pessoas com Transtorno do Espectro Autista, foi feita uma busca por assunto, nas bases de dados de acesso público, sendo elas: SciELO, Periódicos CAPES, Banco de Teses e Dissertação e PePSIC, no mês de novembro de 2020, por meio dos descritores: “Transtorno do Espectro Autista”, “preconceito” e “estereótipos”; realizou-se também a busca pelos mesmos descritores em inglês: “*Autistic spectrum Disorder*”, “*prejudice*” e “*stereotypes*”. Dessa forma, ao selecionar os artigos levaram-

se, em conta, aqueles que tratavam sobre estereótipos e preconceito sofridos por esse grupo em específico. Foram encontradas 94 produções, no primeiro momento.

Em seguida, foram excluídos os artigos que estavam duplicados. Posteriormente, utilizaram-se os seguintes critérios de inclusão: apresentar como tema principal o preconceito e os estereótipos contra pessoas com autismo; utilizar apenas os textos revisados, sendo incluídos artigos, capítulos, livros, teses e dissertações. No entanto, é importante pontuar que só foram encontrados artigos. A fim de saber se atendiam aos critérios, foram analisados o título, resumo e as palavras-chave. A análise das produções desta revisão levou em consideração aspectos como a metodologia, área de conhecimento e o tema do estudo. Ao final, restaram quinze artigos para a realização das análises (ver Figura 1).

Figura 1.
Fluxograma de seleção dos artigos.

BUSCA



3.3 Resultados

Os dados dos quinze artigos que compõem o *corpus* deste estudo estão organizados por ordem cronológica. A análise dos artigos revelou que as publicações se concentram, em sua maioria, na área de Psicologia. Em relação à localidade, a maioria foi realizada nos Estados Unidos e no Reino Unido (ver Quadro1). Observou-se a escassez de trabalhos publicados sobre o preconceito e os estereótipos em relação as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), levando em conta a perspectiva do presente estudo. Os trabalhos se dividem em cinco áreas de conhecimento, sendo: oito artigos na área de psicologia; dois, de medicina; um, na área de administração; um, na área de educação; um, na área de economia e dois, na área de enfermagem. É importante ressaltar que não foram encontradas nem dissertações, nem teses que investigassem o autismo e o preconceito.

Quadro 1

Artigos encontrados na revisão sistemática sobre estereótipos e preconceito contra autistas.

Referência	Título	Local e Área de conhecimento dos pesquisadores	Metodologia	Participantes
Campbell (2006)	Changing Children's Attitudes Toward Autism: A Process of Persuasive Communication	Estados Unidos Psicologia	Revisão de Literatura	_____
Cowen (2009)	Autism as Academic Paradigm	Estados Unidos Economia	Revisão de Literatura	_____
Butler & Gillis (2010)	The Impact of Labels and Behaviors on the Stigmatization of Adults with Asperger's Disorder	Estados Unidos Psicologia	Aplicação de questionário e de Escala de Distância Social / Quantitativa	Adultos/Universitários
Huws & Jones (2010)	They just seem to live their lives in their own little world': lay perceptions of autism	Reino Unido Psicologia	Análise Fenomenológica Interpretativa e a análise do discurso	Adultos

			de Foucault / Qualitativa	
Anjay, Palanivel, Palanivel & (2011)	Beyond stereotypes: a historical analysis of How autism spectrum disorder is depicted in Movies, 1962–2010	Reino Unido Medicina	Revisão e análise	_____
Mavropoulou & Sideridis (2014)	Knowledge of Autism and Attitudes of Children Towards Their Partially Integrated Peers with Autism Spectrum Disorders	Grécia Medicina	Aplicação de Questionários e escala / Quantitativa	Crianças
Bottema- Beutel & Li (2015)	Adolescent Judgments and Reasoning About the Failure to Include Peers with Social Disabilities	Estados Unidos Psicologia	Entrevista / Quantitativa	Adolescentes
John, Knott & Harvey (2018)	Myths about autism: An exploratory study using focus groups	Reino Unido Psicologia	Grupo focal / Qualitativa	Jovens, Adultos e Idosos
Bottema-Beute l, Kim & Miele (2019)	College Students’ Evaluations and Reasoning About Exclusion of Students with Autism and Learning Disability: Context and Goals may Matter More than Contact	Estados Unidos Educação	Entrevista / Quantitativa	Adultos/Univers itários
Cage, Di Monaco & Newell (2019)	Understanding, attitudes and dehumanisation towards autistic people	Reino Unido Psicologia	Questionário e Escala / Quantitativa	Jovens (com idades entre 16 e 17 anos; idade mediana de 17 anos)
Treweek, Wood, Martin & Freeth (2019)	Autistic people’s perspectives on stereotypes: An interpretative phenomenological analysis	Inglaterra Psicologia	Análise Fenomenológica / Qualitativa	Jovens com Autismo
Stern & Barnes (2019)	Brief Report: Does Watching The Good Doctor Affect Knowledge of and Attitudes Toward Autism?	Estados Unidos Psicologia	Questionário / Quantitativa	Adultos/Univers itários
White, Hillier, Frye & Makrez (2019)	College Students’ Knowledge and Attitudes Towards Students	Estados Unidos		

	on the Autism Spectrum	Psicologia	Questionário e escala / Quantitativa	Adultos/Universitários
Patton (2019)	Autism, attributions and accommodations	Estados Unidos Administração	Revisão de Literatura	_____
Mac Cárthaigh & López (2020)	Factually based autism awareness campaigns may not always be effective in changing attitudes towards autism: Evidence from British and South Korean nursing students	Reino Unido Enfermagem	Questionário e Escala / Quantitativa	Adultos/Universitários

Das quinze produções encontradas, onze são empíricas e quatro são revisões de literatura. Constatou-se que mais da metade das pesquisas são quantitativas, ou seja, oito produções adotaram uma estratégia de geração de dados quantitativa e três, uma abordagem qualitativa. Dessa forma, pode-se inferir que há um interesse maior nas pesquisas realizadas, a partir de aspectos mensuráveis e menos na subjetividade das percepções dos sujeitos, o que denota uma visão menos enriquecedora do fenômeno, já que, se ambos fossem levados em conta, tanto o viés quantitativo, quanto o qualitativo ofereceriam uma visão mais geral e profunda do preconceito sofrido pelas pessoas dentro do espectro.

Outro ponto importante é que apenas uma das produções focou na perspectiva das pessoas com autismo, sobre o preconceito, pesquisando a visão delas sobre o preconceito que sofriam. Pesquisas que busquem ouvir as pessoas com autismo se mostram muito importantes, pois buscam entender as perspectivas das pessoas que sofrem preconceito, tentando visualizar a realidade delas, seus desafios, além de proporcionar a representação social para essas pessoas. O preconceito é uma experiência diária vivida por elas e, para entender melhor como se sentem e como isso as afeta, é necessário também as ouvir.

Outra questão que se destacou na análise foi que, de todas as quinze produções, oito foram realizadas nos Estados Unidos; seis, no Reino Unido e uma, na Grécia. Percebe-se que há um investimento em pesquisas um pouco melhor em locais como Estados Unidos e Reino Unido, do que no Brasil, buscando entender a realidade do preconceito sofrido por pessoas com autismo. No entanto, ainda é muito pouco. No Reino Unido, existem aproximadamente 700 mil pessoas com TEA. Já nos EUA, em 11 estados, existem 275 mil crianças de até oito anos com TEA.

Em relação ao volume de publicações, a escassez de produções no Brasil e em outros países, sobre o tema de estereótipos e preconceito contra pessoas com TEA, fica bem evidente. Os quinze artigos são uma verdadeira gota no oceano. Segundo *Science and Engineering Indicators, 2020*, da *National Science Foundation* (NSF, EUA), o Brasil publicou, em 2018, um total de 60.147,96. Já os Estados Unidos publicaram 422.808 e o Reino Unido 97.681. Esses números apontam o quanto esse tema ainda é pouco pesquisado. Além disso, os Estados Unidos é o país com mais estudos sobre a incidência do autismo na população. Pode-se dizer que, nos Estados Unidos e no Reino Unido, já se percebe a importância de se pesquisar tal assunto; na busca, a maioria das produções encontradas foram desses países. Contudo, ainda é muito pouco, se for levado em consideração o número de artigos publicados; ainda, é ínfima a quantidade de produções dentro da temática: há muito que se caminhar.

Em relação aos métodos de investigação dos artigos, oito utilizaram questionários ou escalas. Além disso, é possível perceber uma preocupação em investigar apenas as chamadas atitudes explícitas, ou seja, o preconceito consciente que os sujeitos apresentam, e sobre o qual eles têm controle para mostrar (ou não) aos outros. Nesse ponto, um alerta importante deve ser feito. É necessário pesquisar também as atitudes implícitas, ou seja, aquelas sobre as quais os sujeitos não têm controle. Isso se mostra

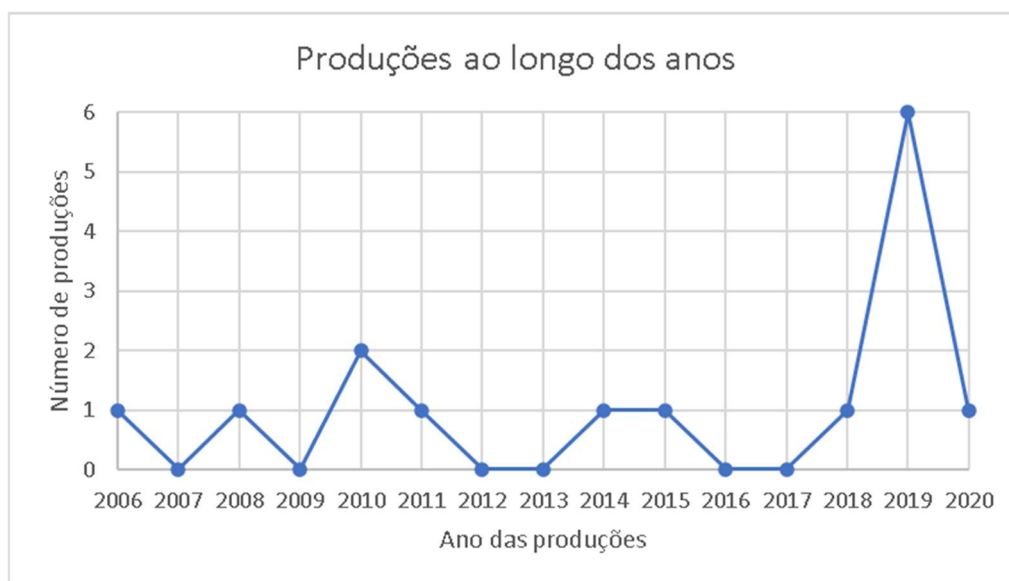
importante para um panorama real em relação ao preconceito sofrido pelas pessoas dentro do espectro do autismo, já que questionários, escalas ou entrevistas são muito influenciados pelas pressões da norma antipreconceito e da igualdade, configurando repostas que buscam atender à desejabilidade social. Ou seja, os participantes podem dar respostas baseadas no que seria socialmente correto e esperado, não permitindo uma visão totalmente ampla e mais plausível das reais atitudes e imagens das pessoas no TEA.

Ainda em relação aos instrumentos, os estudos teóricos utilizaram a revisão de literatura. Já os estudos qualitativos utilizaram análise fenomenológica interpretativa, análise do discurso de Foucault e grupo focal. Os estudos quantitativos utilizaram mais questionários e escalas. Além disso, os estudos empíricos apresentaram recortes transversais. Ainda em relação ao método, em sete dos onze estudos empíricos, os participantes eram adultos; cinco desses estudos foram realizados com estudantes universitários, apenas um estudo foi realizado com crianças e outros dois com adolescentes.

Em relação ao ano das publicações, foi observada a não linearidade das publicações, ao longo dos anos. Na busca realizada, foram encontrados poucos estudos, não tendo produções brasileiras sobre a temática. Verificou-se que as publicações não apresentaram uma constância entre os anos, percebendo-se lacunas entre as publicações, o que pode ser visto no gráfico, tendo chegado a um intervalo de até três anos sem publicações, o que ocorreu entre 2015 e 2018. Em 2019, houve um número maior de publicações sobre a temática, tendo, em um único ano, seis produções. No entanto, em 2020, apenas um trabalho foi publicado. A seguir, é feita uma apresentação breve do que foi encontrado em cada artigo.

Gráfico 1.

Gráfico de publicações de artigos por ano.



Jonathan M. Campbell publicou, em 2006, no *Journal of Developmental and Physical Disabilities*, o artigo de revisão de literatura com o tema “*Changing Children’s Attitudes Toward Autism: A Process of Persuasive Communication*”. No texto, o autor discorre sobre mudança de atitudes de crianças com desenvolvimento típico em relação a crianças autistas, nos Estados Unidos. Segundo ele, a inclusão de crianças autistas, nas salas de aula do ensino regular, trouxe benefícios, diminuindo a estigmatização. O autor discute ainda algumas atitudes de preconceito em relação a crianças autistas, sendo abordadas as dimensões afetivas e cognitivas de tais atitudes. As crianças com autismo são vistas de forma negativa por seus pares. Tais atitudes estão associadas aos estereótipos negativos da doença mental, por isso pessoas com autismo são vistas como incapazes e perigosas. Campbell alerta que, por não existir uma característica visível que permita que as outras pessoas percebam que a criança tem autismo, como na Síndrome de Down, por exemplo, pode haver maior discriminação e atitudes de exclusão social. Ou seja, a dificuldade de distinguir que o comportamento apresentado pela pessoa é devido ao

autismo faz com que haja a errada visão de que a pessoa é estranha, mal-educada ou problemática.

Tyler Cowen, em 2009, nos Estados Unidos, em sua produção “*Autism as Academic Paradigm*”, realizou uma revisão de literatura, que aborda as visões sociais em relação ao autismo e como elas apresentam um viés extremamente negativo. Segundo o autor, o preconceito contra as pessoas com autismo estaria enraizado socialmente, sendo o autismo frequentemente descrito como doença. No entanto, em relação a pessoas com autismo, na prática, o que se vê é a entrada delas na universidade, sendo consideradas inteligentes, capazes e se destacando no ensino superior. Tem-se, como exemplo, Temple Grandin, uma autista muito conhecida, já que foi feito um filme sobre sua história. Temple Grandin também é escritora de livros sobre autismo. Ela é citada pelo autor, já que é professora de ciência animal, na Colorado State University. Além disso, o texto chama atenção para a natureza do autismo, que é um espectro e, por isso, as pessoas com esse transtorno seriam diferentes umas das outras e deveriam ser vistas e tratadas em sua individualidade. Segundo o autor, os estereótipos e preconceitos, contra pessoas dentro do espectro, seriam baseados em erros, que conceberiam o autismo como uma falha.

O artigo intitulado “*The Impact of Labels and Behaviors on the Stigmatization of Adults with Asperger’s Disorder*”, publicado por Robert Butler e Jennifer Gillis, em 2010, aborda a escassez de literatura sobre a estigmatização de pessoas com autismo. Por isso, os autores buscaram investigar a visão de adultos jovens estadunidenses em relação a pessoas com autismo e a estigmatização que poderia levar a comportamentos de discriminação ou rotulações. Os participantes da pesquisa tinham que ler uma vinheta; em seguida, precisaram responder à Escala de Distanciamento Social que, segundo os autores, foi utilizada para medir, em cada participante, o estigma dirigido ao indivíduo descrito em cada vinheta. Na escala, havia perguntas, como: "como você se sentiria se

seu irmão se casasse com alguém como Frank?”. Além da escala, os participantes também responderam a um questionário demográfico. Os resultados encontrados indicaram que, devido às dificuldades comuns do autismo, esses indivíduos teriam maior probabilidade de serem estigmatizados. Além disso, o não entendimento do que seria de fato o autismo, e visões sociais equivocadas, gerariam associações negativas em relação às pessoas dentro do espectro. Foi percebido que as pessoas que apresentassem comportamentos que indicassem que estariam dentro do espectro, seriam estigmatizadas pelas pessoas ao seu redor.

No artigo *“They just seem to live their lives in their own little world’: lay perceptions of autism”*, de Jaci Huws e Robert Jones, publicado em 2010, abordam-se as visões acerca de pessoas com autismo. Na investigação, foram constatadas que: a pessoa com autismo é vista como alguém que não sabe se comportar em sociedade; não entende regras básicas de conduta social; é vista como alguém que não se encaixaria na "sociedade normal", como dito por um participante da pesquisa. Houve também visões que pessoas autistas seriam muito inteligentes, a ponto de apresentarem dons fantásticos, ou ainda que seriam incapazes de ter independência. Todas as visões apresentadas são baseadas em estereótipos em relação ao autismo e, em sua maioria, não descrevem toda a complexidade do como seria uma pessoa dentro do espectro. Entre essas visões, estão frases como: “Pessoas com autismo foram posicionadas como indivíduos que não fazem parte da ‘sociedade normal’”; “Se eles não têm habilidades sociais e intelectuais, eles podem não ser capazes de apresentar habilidades básicas, fazer compras, manter um emprego, uma carreira, encontrar alguém e ter uma família.” e “Pessoas que parecem estar presas em seus próprios corpos e não podem se comunicar com outras pessoas.” Todas essas afirmações estão carregadas de visões extremamente negativas, colocando as pessoas com autismo à parte da sociedade e incapazes.

Já no artigo “*Beyond stereotypes: a historical analysis of How autism spectrum disorder is depicted in Movies, 1962–2010*”, que foi publicado em 2011, no Reino Unido, por Anjay, Palanivel e Palanivel, faz-se uma análise de filmes que abordam a temática do autismo. Os autores afirmam que a grande maioria dos filmes reforçaria uma imagem carregada de estereótipos, muitos deles negativos: autistas são apresentados com comorbidades graves, ou com grandes habilidades intelectuais. Além disso, os filmes também apresentam imagens de autistas sendo ridicularizados e discriminados. Dessa forma, o que foi verificado nesses filmes são estereótipos que concebem pessoas com autismo como incapazes, aberrações ou pessoas desconectadas da vida social, mas que apresentariam grandes habilidades. Assim, o que se percebe são visões distorcidas e bastante negativas em relação às pessoas dentro do espectro.

No artigo, publicado em 2014, com o título “*Knowledge of Autism and Attitudes of Children Towards Their Partially Integrated Peers with Autism Spectrum Disorders*”, escrito por Sophia Mavropoulou e Georgios Sideridis, na Grécia, é apresentada uma pesquisa que tinha como objetivo medir os efeitos do contato com crianças que estudavam com pessoas dentro do espectro autista e investigar as atitudes e empatia dessas crianças. Eles verificaram que crianças que tiveram contato com outras, dentro do espectro, apresentaram atitudes cognitivas positivas do que as de pares sem contato. Dessa forma, os autores afirmam que os resultados reforçam a importância do contato e da convivência com alunos com autismo, para a superação de estereótipos e discriminações.

Kristen Bottema-Beutel e Zhushan Li publicaram, em 2015, nos Estados Unidos, o artigo “*Adolescent Judgments and Reasoning About the Failure to Include Peers with Social Disabilities*”. Nele, os autores constataram maior probabilidade de adolescentes apresentarem atitudes de exclusão social de um colega se este apresentasse alguma deficiência, sendo essa atitude, vista por eles, como justificável. Entre as justificativas

apresentadas estavam frases, como a de uma adolescente de quinze anos, que disse ser aceitável não convidar uma garota com deficiência social para participar de um grupo de laboratório; ela afirma o seguinte: “Ela não se sente confortável, incluindo ela. Ela não sabe exatamente como lidar com a situação, de uma forma isso faria o grupo trabalhar junto” ou a fala de um adolescente de quinze anos sobre não convidar uma pessoa com autismo para uma festa; ele afirma: “Eu sinto que está tudo bem, porque não é como se ele estivesse rejeitando. É uma escolha que ele faz e seu vizinho não está ciente disso.” Além disso, o ato de não incluir pessoas com deficiência se apresentou mais provável de ser considerada aceitável, em contextos como o da casa do adolescente ou grupo de laboratório, do que em contextos públicos, como a sala de aula ou jogo de futebol.

No artigo com o título “*Myths about autism: An exploratory study using focus groups*”, dos autores Rachael John, Fiona Knott e Kate Harvey, publicado em 2018, no Reino Unido, são abordados os estigmas, estereótipos e atitudes relacionadas às pessoas com autismo. Os autores realizaram grupos focais para ouvir participantes adultos, que não possuíam diagnóstico de autismo, mas apresentavam experiências diversas em relação às pessoas dentro do espectro. Percebeu-se que os participantes apresentaram visões negativas sobre pessoas com autismo, afirmando crenças como, por exemplo: pessoas autistas não gostam de contato, ou que elas podem apresentar algum talento especial e até mesmo podem ser perigosas. Segundo os autores, o que se constatou é que as pessoas apresentariam crenças preconceituosas sobre o autismo.

Os autores Kristen Bottema-Beutel, So Yoon Kim e David Miele, que escreveram o artigo “*College Students’ Evaluations and Reasoning About Exclusion of Students with Autism and Learning Disability: Context and Goals may Matter More than Contact*”, publicado em 2019, nos Estados Unidos, investigaram as percepções de alunos de graduação sobre a exclusão de pessoas com deficiência. Para isso, foi realizado um estudo

experimental, em cenários hipotéticos, e as respostas dos participantes eram fornecidas por meio de entrevistas. As respostas das entrevistas foram avaliadas quantitativamente, sendo realizadas análises estatísticas. Foi verificado que os graduandos eram mais propensos a considerar a exclusão aceitável se o aluno excluído tivesse um diagnóstico de TEA. Ainda segundo os autores, os comportamentos das pessoas com autismo, que violam as convenções sociais, gerariam preocupações sobre a dinâmica de grupo em vários cenários, sendo considerados relevantes como motivos para exclusão. Os autores concluem afirmando que as pessoas com autismo podem estar particularmente em risco de exclusão em contextos como o de trabalho e o da sala de aula.

Já no artigo “*Understanding, attitudes and dehumanisation towards autistic people*”, publicado em 2019, no Reino Unido, os autores Eilidh Cage, Jessica Di Monaco e Victoria Newell investigaram atitudes desumanizantes de pessoas não autistas em relação a pessoas autistas. Eles fizeram um levantamento com participantes jovens, entre dezesseis e dezessete anos, a fim de saber o conhecimento e a experiência deles em relação ao autismo, além de atitudes de desumanização. Percebeu-se, na pesquisa, que os participantes com experiência apresentaram melhor conhecimento sobre os aspectos do autismo. Sendo assim, apresentariam condições de superar equívocos sobre o transtorno. Além disso, foi verificado que as pessoas autistas são vistas como "semelhantes às crianças" e que tanto pessoas com experiência, quanto sem experiência desumanizariam pessoas autistas.

Caroline Treweek, Chantelle Wood, Jilly Martin e Megan Freeth, no artigo “*Autistic people’s perspectives on stereotypes: An interpretative phenomenological analysis*”, publicado em 2019, na Inglaterra, afirmam que os estereótipos relacionados ao autismo muitas vezes apresentam uma visão negativa. Eles perguntaram a pessoas autistas o que pensavam em relação aos estereótipos que a sociedade tem sobre elas. Para isso, os

autores realizaram, com 12 adultos, uma análise fenomenológica interpretativa. Foi verificado que o estereótipo principal é que pessoas autistas acreditam que os outros as vêem como estranhas e vivendo em seu próprio mundo. O que se percebeu é que os metaestereótipos em relação aos autistas têm consequências e efeitos negativos. A maioria dos participantes destacou que os estereótipos podem levar a resultados ruins, podendo até mesmo ser utilizados como justificativa para atitudes preconceituosas, a exemplo do *Bullying*.

Stephanie Stern e Jennifer Barnes, em seu artigo “*Brief Report: Does Watching The Good Doctor Affect Knowledge of and Attitudes Toward Autism?*”, publicado em 2019, nos Estados Unidos, buscaram investigar o impacto da mídia sobre o conhecimento e as atitudes em relação ao TEA. Para isso, entrevistaram estudantes universitários. No estudo, alguns estudantes foram convidados a assistir uma palestra sobre autismo e outros a assistir um episódio da série “The good doctor”, na qual o protagonista é um autista, que atua como residente em um hospital. Os autores constataram que aqueles que assistiram ao episódio, em uma tarefa posterior, escolheram características mais positivas e menos traços negativos para descrever autistas. Verificou-se que os que assistiram à palestra não tiveram tanta redução ao associar pessoas autistas a traços negativos. Já os que assistiram ao The Good Doctor relataram um desejo maior de aprender mais sobre o autismo. Além disso, participantes em ambas as condições apresentaram níveis iguais de compreensão sobre o que seria autismo. Nesse sentido, de acordo com o artigo, programas de televisão, como o apresentado, poderiam ser uma forma eficaz de influenciar as atitudes em relação às pessoas com autismo, gerando visões mais positivas.

No artigo “*College Students’ Knowledge and Attitudes Towards Students on the Autism Spectrum*”, publicado por Devon White, Ashleigh Hillier, Alice Frye e Emily

Makrez, em 2019, nos Estados Unidos, buscou-se investigar o conhecimento de estudantes universitários e as atitudes deles em relação aos alunos com autismo. Os autores identificaram que, mesmo com aumento do conhecimento e a compreensão do que seria o autismo, as atitudes permaneciam as mesmas. Dessa forma, o que se constatou é que estudantes que apresentavam certos equívocos sobre pessoas com autismo, mesmo depois de serem apresentados a informações precisas e realistas sobre o assunto, ainda assim mantinham crenças negativas sobre pessoas dentro do espectro. Nesse sentido, o que se percebeu é que apenas o acesso a informações corretas, sobre o autismo, não foi suficiente para modificar atitudes e visões negativas em relação a ele. Diante desse resultado, percebe-se a semelhança com o estudo anterior. Mesmo com a apresentação da palestra, ou seja, informações precisas sobre o transtorno, para os alunos, não houve grandes mudanças sobre as visões negativas em relação ao autismo.

No artigo intitulado “*Autism, attributions and accommodations*”, publicado por Eric Patton, em 2019, nos Estados Unidos, objetivou-se investigar os desafios que pessoas com autismo enfrentam no mercado de trabalho, já que sofreriam com estigmas e discriminação. Segundo o autor, cerca de oitenta e cinco por cento das pessoas com autismo estariam desempregadas, inclusive indivíduos com autismo leve. As pessoas com autismo estariam sujeitas, no local de trabalho, a uma série de estereótipos que dificultariam sua relação no ambiente de trabalho, sendo vistas como agressivas ou instáveis, por exemplo. Trabalhadores dentro do espectro enfrentariam ansiedade, situações desconfortáveis e, até mesmo, atitudes de exclusão por parte dos colegas de trabalho e isso ocorreria devido a preconceitos sobre pessoas com autismo.

Por último, o artigo “*Factually based autism awareness campaigns may not always be effective in changing attitudes towards autism: Evidence from British and South Korean nursing students*”, de Saoirse Mac Cárthaigh e Beatriz López, publicado

em 2020, no Reino Unido, traz um estudo que explorou a relação entre conhecimento e o contato com pessoas autistas e as atitudes de estudantes de enfermagem britânicos e sul-coreanos. Os autores constataram que ter conhecimento sobre o autismo não necessariamente influenciaria atitudes mais positivas em relação a pessoas dentro do espectro. O que se percebe, é mais um estudo que apresenta a realidade de que não é apenas o acesso à informação que irá auxiliar na superação de estereótipos e visões negativas em relação ao autismo.

Nesse sentido, o autor defende que, para alcançar melhorias nas atitudes em relação às pessoas autistas, são necessárias abordagens mais sofisticadas do que simplesmente combater visões erradas e negativas. No entanto, essas atitudes não são detalhadas no texto. O autor afirma que são necessários esforços futuros para abordar essa lacuna de pesquisa, realizando levantamentos de novas abordagens para melhorar as atitudes dos sujeitos em relação às pessoas com autismo. Foi constatado ainda que estudantes de enfermagem britânicos apresentariam atitudes mais favoráveis em relação a pessoas com autismo em comparação a estudantes sul-coreanos. Dessa forma, o estigma associado a esse transtorno seria bastante dependente da cultura na qual o indivíduo está inserido, sendo necessário levar em conta, também, uma proposta de melhoria das atitudes em relação a pessoas dentro do espectro, questões culturais.

3.4 Discussão

Em relação aos estudos encontrados na revisão sistemática, verificou-se a pouca produção de pesquisas dentro da temática, já que só foram encontrados quinze artigos. Isso se torna ainda mais preocupante em relação às produções brasileiras, pois não foram encontradas nem dissertações, nem teses ou artigos que buscassem investigar a temática do preconceito sofrido pelas pessoas dentro do espectro, no Brasil.

É importante pontuar que não é que não exista nenhum tipo de pesquisa sobre autismo no Brasil. Em uma busca rápida no site Scielo, por exemplo, com apenas o descritor “transtorno do espectro do autismo”, foram encontradas 32 produções, o que não é um número tão significativo como quando se busca o descritor “preconceito”, por exemplo, o que leva a um total de 862 produções. O que se percebe é que há algum interesse pela temática autismo, mesmo que tímido, mas esse interesse ainda não chegou na esfera do preconceito sofrido por essa parcela da população.

Nesse sentido, é possível suscitar perguntas como: “Onde estão as pesquisas de outros países, inclusive Brasil?”; “Não existe preconceito, nem estereótipos contra as pessoas dentro do espectro nesses países?”. A resposta é óbvia, é claro que há. No entanto, aparentemente, não existe um interesse de se pesquisar o assunto, o que denota, indiretamente, o preconceito sofrido por essa população, que acaba não sendo vista e é excluída também de possíveis pesquisas que busquem entender o que acontece com ela e como ajudá-la.

Outro ponto que precisa ser tocado, e que foi visto nos artigos de Stern e Branes (2019), White *et al* (2019) e Mac Cárthaigh e López (2020) é que o simples acesso a informações corretas sobre o autismo, não foi suficiente para modificar atitudes e visões negativas em relação as pessoas dentro do espectro. Dessa forma, pode-se levantar a importância de certa aproximação para combater o preconceito. É preciso conhecer em um nível mais profundo, não apenas ter meras informações sobre o transtorno. É preciso enxergar o outro de perto. Isso é trazido por Allport (1954) na Hipótese do Contato, na qual, o contato com o outro poderia reduzir o viés do preconceito.

Nesse sentido, a discriminação seria uma consequência da falta de proximidade dos outros grupos, portanto conhecer mais profundamente, ou seja, ver o outro, ouvi-lo, enxergá-lo, é o melhor caminho para entender quem é esse outro e afastar visões

distorcidas e estereotipadas. Isso pode ser visto em alguns artigos dessa revisão. Campbell (2006) afirmou que a inclusão de crianças autistas, nas salas de aula do ensino regular, trouxe benefícios, diminuindo a estigmatização. Outro artigo que também mostra a importância do contato, foi o de Mavropoulou e Sideridis (2014), que constataram que crianças que tiveram contato com outras, dentro do espectro, apresentaram mais atitudes cognitivas positivas do que as de pares sem contato.

Ainda em relação ao contato entre grupos, Tropp e Pettigrew (2005) afirmam que um maior contato entre grupos poderia levar a uma redução do preconceito. Segundo os autores, o contato pode reduzir o preconceito quando a situação de contato é estruturada de maneira a reforçar resultados positivos. Nesse sentido, tal contato proporcionaria a aprendizagem sobre o exogrupo, podendo levar a redução do preconceito, criação de laços afetivos, gerando, possivelmente, uma mudança de atitudes em relação ao outro grupo.

Além disso, diante das pesquisas analisadas, pôde-se perceber como a visão do autismo está carregada de estereótipos. Independente do país de origem da pesquisa, perceberam-se visões similares. O autismo é apresentado por um viés negativo e, na sua grande maioria, com estereótipos, com visões limitantes, de incapacidade e que nem sempre, de fato, representariam todas as pessoas dentro do espectro, apesar de serem usadas como tal. Como aponta Cowen (2009), muitos estereótipos em relação ao autismo são falsos ou enganosos. E ele ainda completa: “nesse ínterim, estamos aplicando muitos estereótipos e descrições negativas para autistas que nem sonharíamos em usar para descrever grupos raciais ou étnicos.” Esse é um alerta importante, pois já se entendem as violações de direitos de outros grupos; no entanto, o grupo de pessoas dentro do espectro ainda está sendo deixado de lado. Onde está a representatividade social para essas pessoas? Estão invisíveis, vivendo em uma sociedade que insiste em não as enxergar.

Na pesquisa realizada por Bottema-Beutel e Miele (2019), com estudantes universitários, foi verificado que, em relação à inclusão ou não de pessoas com autismo, os estudantes buscaram justificar a exclusão, a partir de estereótipos negativos em relação ao grupo de pessoas dentro do espectro autista. Já na pesquisa de Cage, Di Monaco e Newell (2019), foi percebido que as pessoas autistas são vistas como "semelhantes às crianças", sendo encontradas evidências de desumanização, nas quais as pessoas autistas eram classificadas como inferiores, especificamente no que diz respeito aos traços de singularidade humana. Isso, segundo os autores, seria o reflexo de visões estereotipadas sobre o autismo.

Outro artigo traz a falta de conhecimento sobre o autismo como a responsável em relação a essas visões estereotipadas e atitudes de preconceito. Huws e Jones (2010) afirmam que pessoas com autismo sofreram exclusões e bullying por pessoas que têm pouco ou nenhum conhecimento sobre o transtorno. Além disso, os autores verificaram que pessoas que não tinham conhecimento apresentavam percepções negativas de uma criança com autismo, em um vídeo usado no estudo. Nesse sentido, as pessoas, por desconhecerem a condição do transtorno, acabam acreditando que os comportamentos de pessoas dentro do espectro são devido à falta de limites, de educação ou que as pessoas com autismo seriam pessoas estranhas, como é apontado por Treweek et al. (2019). Huws e Jones (2010) verificaram que pessoas com autismo foram concebidas como indivíduos que não fazem parte da "sociedade normal". Ou seja, seriam excluídos, vistos como à parte da sociedade.

Pode-se dizer que os estereótipos dão poder aos outros, apoiando e, muitas vezes, fornecendo justificativas para atitudes de discriminação e preconceito. Na pesquisa feita por Treweek et al. (2019), alguns participantes com autismo definiram os estereótipos como restritivos ou enquadradores, pois os levariam a ter sensação de estarem presos aos

estereótipos e visões que a sociedade, em geral, tem do autismo. Nesse sentido, percebe-se o impacto dos estereótipos e do preconceito na vida desses indivíduos, pois essas visões sociais cerceiam e aprisionam, reduzindo o indivíduo, buscando impor o que deve ser, limitando o seu espaço de participação na sociedade.

3.5 Conclusão

A presente revisão buscou analisar os estudos que teriam como foco o preconceito sofrido por pessoas com Transtorno do Espectro Autista. Infelizmente, constatou-se um número baixo de publicações, o que pode denotar uma falta de preocupação com um assunto tão importante. Além disso, essa realidade pode se apresentar como reflexo do preconceito e exclusão, que esse grupo tem sofrido, na sociedade. A inexistência de dissertações e teses aqui, no Brasil, também chama a atenção, o que mostra uma grande lacuna a ser preenchida nas pesquisas em relação ao preconceito.

Diante desse cenário, é importante aprofundar os estudos já feitos, pois, em sua totalidade, tiveram como foco o preconceito explícito dos indivíduos. Fazem-se necessárias pesquisas que investiguem o preconceito implícito também, fazendo correlações com o preconceito que está sob o controle consciente dos indivíduos e o preconceito que não estaria sob esse controle, a fim de verificar vieses de preconceitos mais condizentes com a realidade.

A questão em relação aos estereótipos associados ao autismo, também se apresenta como algo extremamente importante para se aprofundar, já que, na grande maioria das vezes, os estereótipos relacionados ao autismo são extremamente negativos. Por isso, é necessária a realização de pesquisas que busquem formas de conscientizar a população em geral sobre as características do espectro, afastando visões negativas e fantasiosas. Além disso, ouvir as pessoas com autismo, entender o que elas sofrem e como

são tratadas também é um ponto que deve ser olhado com mais atenção. Entender como e por que atitudes de preconceito e de discriminação acontecem, é fundamental para se pensar em formas de combatê-las.

CAPÍTULO IV: OS CONTEÚDOS DOS ESTEREÓTIPOS NO AUTISMO – ESTUDO

O presente estudo teve como intuito realizar um levantamento dos conteúdos dos estereótipos e atitudes de preconceito direcionados a pessoas com autismo. Buscou-se pesquisar as visões de futuros professores, estudantes de licenciaturas e pedagogia na Universidade Federal de Sergipe, que poderão lidar com alunos autistas nos estágios obrigatórios ou em suas salas de aula futuramente. O estudo foi do tipo exploratório descritivo e teve delineamento tipo levantamento, o qual se caracteriza pela coleta de dados de um grupo específico de pessoas, baseando-se nas informações coletadas. É o ato de realizar perguntas aos participantes da pesquisa, a fim de conhecê-los melhor, suas ideias, opiniões e comportamentos.

A pesquisa teve como intuito investigar os estereótipos e o preconceito direcionado as pessoas com autismo, apresentando como campo de pesquisa o Estado de Sergipe, mais especificamente a Universidade Federal de Sergipe. O uso de uma abordagem qualitativa e quantitativa se mostra importante para se obter uma visão mais apurada dos fenômenos a serem estudados, podendo alcançar resultados mais concretos e mais completos.

4.1 Objetivos

a) **Objetivo Geral:** Investigar a relação entre estereótipos e preconceito sobre o autismo em estudantes de licenciatura de uma universidade pública. Bem como, traduzir e adaptar uma escala de atitudes em relação ao autismo.

b) **Objetivos Específicos:**

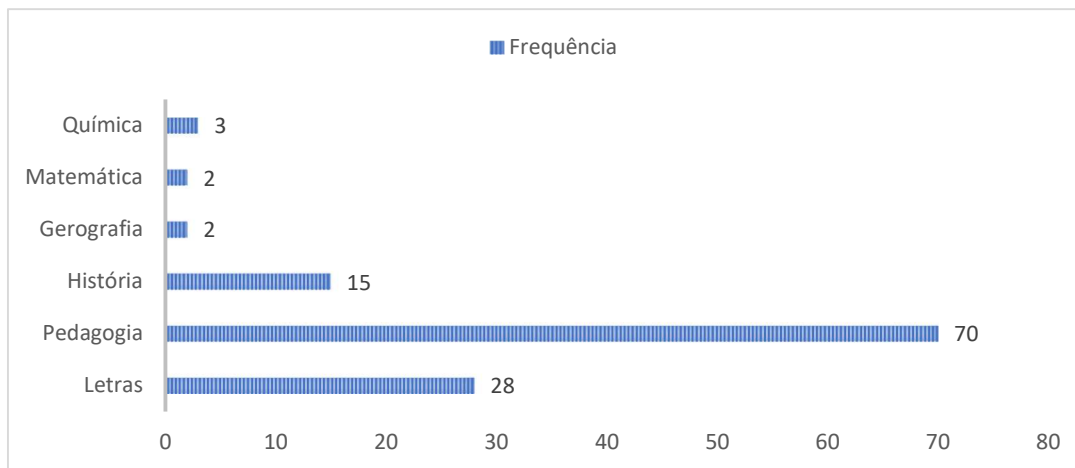
- Analisar manifestações de preconceito explícito em relação ao autismo;
- Traduzir e adaptar a Escala de Atitudes em Relação ao Autismo de Barnes-Holmes *et al* (2006) para aplicação.

4.2 Participantes

O estudo foi realizado com alunos dos cursos de pedagogia e de licenciaturas de letras, história, matemática, química e geografia da Universidade Federal de Sergipe. Participaram da pesquisa alunos que estavam cursando a partir do 5º período em diante.

Não houve restrição de gênero, renda, cor ou classe social. Atendendo apenas o pré-requisito de serem alunos dos referidos cursos da UFS.

Figura 2.
Alunos por curso



Compuseram o grupo de participantes 120 alunos de graduação da UFS, entre os quais 87 (72,5%) eram do sexo feminino e 33 (27,5%) eram do sexo masculino. Desses participantes, 70 eram alunos do curso de pedagogia, 15 do curso de história, 28 do curso de letras, 2 do curso de matemática, 2 do curso de geografia e 3 do curso de química. Em relação a faixa etária dos participantes, esta variou de 18 a 52 anos, com um média de idade de 23,9 anos.

Em relação ao município que residem os participantes, 49 (40,84%) eram residentes em Aracaju, 16 (13,4%) em São Cristóvão, 4 (3,4%) em Barra dos Coqueiros, 4 (3,4%) em Capela, 7 (5,84%) em Estância, 1 (0,84%) em Feira de Santana, 9 (7,5%) em Itabaiana, 5 (4,2%) em Itaporanga D'ajuda, 4 (3,4%) em Japaratuba, 6 (5%) em Lagarto, 1 (0,84%) em Maruim, 1 (0,84%) em Nossa Senhora Aparecida, 2 (1,7%) em Nossa Senhora da Glória, 2 (1,7%) em Nossa Senhora das Dores, 2 (1,7%) em Nossa Senhora do Socorro, 1 (0,84%) em Nossa Senhora de Lurdes, 1 (0,84%) em Poço Verde, 2 (1,7%) em Simão Dias, 1 (0,84%) em Poço Verde, 1 (0,84%) em São Domingos e 1 (0,84%) em Umbaúba.

Quando perguntados sobre possuírem diagnóstico de autismo nenhum participante afirmou ter. Em relação a conhecer alguém com diagnóstico, 36 (30%) responderam conhecer e 84 (70%) responderam não conhecer. Já em matéria de

experiência com pessoas autistas dentro da área de formação, 15 (12,5%) responderam ter algum tipo de experiência e 105 (87,5%) afirmaram não possuir experiência.

4.3 Instrumentos e Procedimentos

Para a realização da pesquisa foi elaborado um questionário para aplicação com os graduandos. Tal instrumento buscou investigar os conteúdos e a valência dos estereótipos em relação ao autismo. O questionário era composto por cinco etapas. Na primeira, foi realizado o levantamento dos dados sociodemográficos dos participantes, como gênero, idade, localidade onde reside e curso de graduação. Além disso, buscou-se verificar se o participante possuía experiência com pessoas com autismo e se ele, algum familiar ou amigo próximo possuía diagnóstico de TEA (ver o apêndice B). O intuito da primeira etapa era ter acesso ao perfil dos participantes para entender melhor o público, suas experiências e características. Já nas etapas seguintes, buscava-se suscitar preconceitos explícitos em relação a pessoas autistas, buscando categorizações e estereótipos em relação a pessoas dentro do espectro.

Na primeira questão, foi pedido que o participante respondesse “Como você avaliaria o seu conhecimento sobre autismo, de acordo com a escala abaixo?”. Buscou-se realizar um levantamento acerca da visão sobre o autismo e o conhecimento real sobre o tema que os participantes acreditam possuir. Além disso, isso possibilitou realizar comparações sobre atitudes mais preconceituosas e o conhecimento sobre o autismo.

Na segunda e terceira questão foi solicitado que eles listassem palavras positivas e negativas relacionadas a pessoas autistas. Dessa forma, buscou-se respostas livres dos participantes, a fim de se ter acesso aos conteúdos trazidos por eles. Foi solicitado aos participantes que listassem as primeiras palavras que viessem à mente sobre as pessoas com TEA (Devine, 1989). Tal questão tinha como intuito conhecer a visão dos participantes sobre o autismo e o conteúdo dos estereótipos em relação ao transtorno.

Em um quarto item do questionário, foi solicitado que respondessem à questão “Alunos autistas são um desafio maior para os professores, do que alunos sem autismo?”. Nesse tópico, há a intenção de observar as respostas dos participantes em relação ao autismo e possíveis justificações de visões preconceituosas.

Por fim, no item quinto “De uma forma geral, a maior parte do que você ouviu sobre o autismo são opiniões/impressões/avaliações”. O participante precisava classificar, em uma escala de cinco itens, que variava entre muito positivas até muito negativas. Buscou-se a perspectiva do participante sobre o olhar social direcionado ao autismo, a fim de saber quais seriam as visões em relação às pessoas com TEA.

Além disso, para medir o preconceito em relação às pessoas com TEA, foi aplicada a Escala de Atitudes em Relação ao Autismo de Barnes-Holmes *et al* (2006). (ver apêndice C). A escala contém dez afirmações em relação às crianças com autismo ou crianças com desenvolvimento normal, como por exemplo: “Crianças com desenvolvimento típico se comportam melhor do que crianças com autismo”. Os participantes precisaram se posicionar quanto ao seu nível de concordância com as afirmações, através de escala de 1 a 5, na qual seria: 1 = Concordo totalmente 2 = Concordo 3 = Sem opinião 4 = Discordo 5 = Discordo totalmente. O intuito dessa escala foi verificar o nível de preconceito que as pessoas apresentam em relação ao autismo.

A fim de que o instrumento tivesse maior alcance, utilizou-se a plataforma Google Formulários para o envio dos questionários de forma virtual. Esses foram enviados através do link do google formulários e foram preenchidos com os alunos durante encontros em salas virtuais do Google Meet. Os questionários possuíam o termo de consentimento de participação, no qual, o participante precisava ler e aceitar os termos, ele foi informado sobre sua contribuição para a pesquisa, sendo deixado claro o anonimato ao participar da pesquisa e responder o questionário.

Estudo de Validação da escala de Barnes-Holmes *et al* (2006).

Foi também realizado um estudo de validação e adaptação da Escala de atitudes em relação ao Autismo de Barnes-Holmes *et al* (2006). Para isso, foi levado em conta a opinião de especialistas, além de ser realizado um estudo piloto. Primeiramente foi realizada a tradução da escala. Logo após, com o intuito de validar o instrumento, foi realizada uma análise da escala em abril de 2021. Foram escolhidos sete especialistas, sendo quatro doutores em psicologia, um em educação e dois mestres em educação, que realizaram tal análise levando em conta aspectos importantes como a tradução, compreensão e clareza. De acordo com Scarparo *et al* (2017), os especialistas devem avaliar a qualidade, a clareza e se o instrumento é de fácil compreensão, além de sua

pertinência. Foram feitas pequenas correções quanto a tradução que seria mais adequada para o português, além de adequações quanto ao sentido específico das palavras para não gerar confusão. As correções foram feitas e a escala revisada novamente, agora com aprovação.

Sendo assim, nesse estudo, o instrumento foi submetido a esses especialistas convidados, da área de educação e de psicologia. Eles preencheram alguns critérios como, ter graduação em pedagogia ou psicologia, possuir mestrado ou doutorado em psicologia ou educação, possuir produção científica ou experiência acadêmica ou profissional em relação a temática do preconceito. Segundo Galdeano e Rossi (2006), é importante que o pesquisador defina critérios claros para possíveis replicações feitas por outros pesquisadores.

Por fim, foi realizado um estudo piloto, com o objetivo de verificar a formatação final da escala e aferir o tempo de aplicação do instrumento. Esse estudo também possibilitou, dentro de uma perspectiva prática, identificar possíveis dificuldades dos participantes no preenchimento ou no entendimento das questões apresentadas. Este foi realizado com alunos dos cursos de psicologia e de pedagogia da UFS.

Participaram desse estudo piloto quinze alunos de graduação para validação do instrumento. Sendo seis de psicologia e nove de pedagogia. Esses tinham a tarefa de responder as questões e sinalizar possíveis dificuldades de interpretação, linguagem ou até mesmo de responder as questões. Ao final do questionário eles precisavam descrever o que acharam da escala e suas questões e se tiveram alguma dificuldade para responder e/ou entender alguma questão. Todos os participantes sinalizaram não terem tido qualquer dificuldade.

4.4 Coleta e Análise de Dados

A coleta de dados foi realizada entre os meses de junho e agosto de 2021. Os questionários foram enviados aos estudantes com a colaboração dos professores de graduação da UFS, após autorização do reitor da graduação. Os questionários foram enviados através do link do google formulários e foram preenchidos com os alunos durante encontros em salas virtuais do Google Meet para poder esclarecer dúvidas acerca das questões. Os alunos não sentiram dificuldade para responder o questionário e muitos se mostraram interessados na temática.

A análise dos dados do presente estudo, que possui caráter quantitativo e qualitativo, foi realizada a partir de dois programas: o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), a fim de analisar os dados objetivos e software IRAMUTEQ para analisar os dados subjetivos.

O programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), segundo Meirelles (2014), pode ser utilizado para uma abordagem quantitativa, buscando o estabelecimento de padrões de comportamento amostral que tenham relação com uma população específica. No presente trabalho, o SPSS foi utilizado para realizar uma análise do perfil dos participantes, baseada nas informações obtidas, como, por exemplo, o curso de graduação, a idade, município, gênero e se eles possuíam experiência ou não com o autismo. Além disso, foram feitas análises bivariadas, de frequência, ANOVA e Teste t.

Na perspectiva de análise quantitativa lexical foi utilizado o Iramuteq. Ele é um software gratuito, que possui fonte aberta, e foi desenvolvido por Pierre Ratinaud. O software realiza análises estatísticas sobre corpus textuais, indo das mais simples, como lexicografia básica, as mais complexas, como análises multivariadas. Ele também possibilita a organização da distribuição do vocabulário com representação gráfica como por exemplo, a nuvem de palavras (Camargo & Justo, 2013). Nesse sentido, foram realizadas nesse estudo análises: prototípica, a nuvem de palavras e classificação hierárquica descendente (CHD).

Sendo assim, foram realizadas análises dos questionários respondidos da seguinte forma:

- Para as questões sociodemográficas foram realizadas análises de frequência para se ter acesso a quantidade de participantes em relação a gênero, idade, curso, município, possível diagnóstico e experiência com o autismo;
- Na questão “Como você avaliaria o seu conhecimento sobre autismo, de acordo com a escala abaixo?”, foi realizada análise de frequência e análises bivariadas, buscando estabelecer uma comparação entre os grupos com ou sem experiências com o autismo.
- Em relação às perguntas que solicitavam elencar características positivas e negativas relacionadas com o autismo, foi realizada uma análise prototípica.

- Na questão “Alunos autistas são um desafio maior para os professores, do que alunos sem autismo?”, na qual era necessário responder uma escala que varia de concordo a Discordo totalmente, foram realizadas análises de frequência e análise bivariadas, estabelecendo uma comparação entre os grupos com ou sem experiências, para verificar se há relações positivas ou negativas quanto a visão social dos grupos. Foi realizado também Teste-t para analisar, em relação a escala de Barnes-Holmes, o preconceito explícito.
- Na questão que foi solicitada a justificativa para a resposta a indagação: “Alunos autistas são um desafio maior para os professores, do que alunos sem autismo?”, foi realizada no IRAMUTEQ, uma Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Nela foi feita a classificação em relação aos vocabulários utilizados nas respostas. Sendo o conjunto de segmentos dividido em função da frequência, realizando o agrupamento de palavras significativas, ou seja, que apareceram mais nas respostas.
- Em relação à questão “De uma forma geral, a maior parte do que você ouviu sobre o autismo são opiniões/impressões/avaliações”. foram realizadas análises de frequência e análise bivariadas, estabelecendo uma comparação entre os grupos com ou sem experiências, para verificar se há relações positivas ou negativas quanto a visão social dos grupos. Foi realizado também Teste-t para analisar o preconceito explícito na escala de Barnes-Holmes e relação as respostas a essa questão.
- A Escala de Atitudes em relação ao autismo foi analisada conforme orientado por Barnes-Holmes *et al* (2006). Partindo da premissa que a pontuação possível, dentro da escala, poderá variar entre 10 a 50, diante das respostas de cada participante. Sendo que, segundo os autores, a pontuação de 10 a 25 significaria uma visão negativa em relação ao autismo, uma pontuação de 25 a 35 significaria uma visão neutra em relação ao autismo e em relação a crianças com desenvolvimento normal, e por fim, uma pontuação de 35 a 50 significaria uma visão positiva em relação ao autismo.

- A partir dos resultados da escala de atitudes, foram realizadas análises bivariadas para avaliar as associações entre proximidade/experiência dos participantes com pessoas autistas e uma visão negativa ou positiva em relação ao autismo.
- Foi realizada, no SPSS, uma análise da Escala de Barnes-Holmes a partir do coeficiente Alfa de Cronbach para verificar a consistência interna da escala.
- Foram realizadas análises de variância em relação a escala de Barnes-Holmes e os participantes que possuíam experiência profissional com pessoas autistas, a fim de entender a relação as respostas a escala e conhecer alguém próximo com autismo, a fim de analisar se haveria efeito significativo ou não entre essas variáveis. Além disso, outra análise de variância foi feita para verificar a relação da experiência profissional com pessoas com autismo e o nível de conhecimento sobre autismo apresentado por esses participantes.
- Foi também realizada uma Análise de correlação a fim de verificar a relação entre as opiniões e impressões que os participantes ouviam sobre o autismo e suas respostas a escala Barnes-Holmes.

A fim de realizar a análise textual com o Iramuteq os dados foram formatados para a construção do corpus de acordo com o que é orientado por Camargo e Justus (2013). Dessa forma, as respostas das questões dissertativas do questionário foram organizadas em um arquivo no *software* Libre Office. Para a digitação foram corrigidos erros de ortografia, digitação que poderiam interferir no processo de análise. Além disso, como orienta o manual do Iramuteq, foram removidos hífen, aspas, apóstrofos, feita a uniformização de possíveis siglas e de palavras compostas, por exemplo, o termo “Transtorno do Espectro Autista”, que, se for incluído sem a separação pelos caracteres *underline*, em substituição aos espaços, é processado pelo sistema como se fossem quatro palavras diferentes. Os textos foram digitados coma fonte Courier New, tamanho 10 e com espaçamento simples. Eles não foram justificados e não continham palavras em itálico ou negrito.

Cada resposta transcrita foi separada por uma linha de comando. A linha de comando consiste na apresentação das variáveis e códigos que correspondem a cada um

dos participantes, sendo importante para que as respostas possam ser reconhecidas pelo Iramuteq. Cada linha de comando deve ser iniciada por quatro asteriscos, seguidos de um espaço, um asterisco, o nome da variável, um traço *underline*, o código da variável sem espaço, depois um espaço para separar os dados do asterisco da variável e assim em diante como no exemplo a seguir: “***** *n_1 *sex_1 *conh_1 *exp1”, que seria na ordem, número do participante, sexo, se conhecia alguém próximo com autismo e se possuía experiência profissional com pessoas com autismo (variáveis suplementares ou ancoragens das respostas).

No sentido de analisar as respostas fornecidas pelos graduandos no questionário e na escala de Barnes- Holmes, organizou-se as respostas em uma base de dados Excel, sendo tais dados importados para o Programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). No programa foram calculados indicadores de estatística descritiva, cálculo de procedimentos estatísticos inferenciais, especificamente, análise de frequência, de correlação, ANOVA e teste t de Student.

4.5 Resultados e Discussão

Como visto, objetivo desse estudo foi investigar a relação entre estereótipos e preconceito sobre o autismo em estudantes de licenciatura de uma universidade pública. Sendo assim, buscou-se investigar como futuros professores veem pessoas com autismo. Ao lançar um olhar sobre os dados em relação aos participantes, o que chama atenção, à primeira vista, é que dentre 120 graduandos nenhum é autista. Isso pode ser visto como um sinal de alerta sobre a dificuldade de pessoas dentro do espectro terem acesso ao ensino superior. De acordo com a Declaração de Salamanca, que defende a inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior e o impacto desta para uma sociedade inclusiva:

Cabe as universidades desempenhar um importante papel consultivo na elaboração de serviços educativos especiais, principalmente com relação à pesquisa, a avaliação, a preparação de fornecedores de professores e a elaboração de programas e materiais pedagógicos. Deverá ser fomentada a criação de sistemas entre universidades e com outros sistemas de ensino superior nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Essa inter-relação entre pesquisa e capacitação é de grande importância e também muito importante à ativa participação de pessoas com deficiência na pesquisa e na formação para garantir que seus pontos de vista sejam levados em consideração. (Unesco, 1994, p. 38)

De acordo com Fernandes e Almeida (2007), a inclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior vai muito além de proporcionar a entrada por meio de políticas afirmativas. Essa instituição deve buscar criar condições para que estes sejam integrados a fim de alcançar desenvolvimento psicossocial e sucesso acadêmico. Tudo isso, acontecerá, desde que, haja mudanças na forma como esses estudantes são recebidos, na realização de adaptação de materiais, capacitação de docentes, acessibilidade física e o conhecimento tanto de funcionários como dos demais estudantes sobre as diversas deficiências.

1. Estereótipos do autista

Em relação a Escala de Barnes-Holmes foi realizado o coeficiente alfa de Cronbach. Esse, foi descrito por Lee J. Cronbach (Cronbach, 1951), e consiste em uma análise estatística que permite verificar se há uma medida razoável de confiabilidade em um teste, podendo esse coeficiente ser facilmente calculado por princípios estatísticos básicos. Segundo Freitas e Rodrigues (2005) a classificação da confiabilidade do coeficiente alfa de Cronbach seria: A. $\alpha \leq 0,30$ – Muito baixa B. $0,30 < \alpha \leq 0,60$ - Baixa C. $0,60 < \alpha \leq 0,75$ - Moderada D. $0,75 < \alpha \leq 0,90$ - Alta E. $\alpha > 0,90$ – Muito alta. Foram invertidas oito das dez questões a fim de que o sentido conceitual da escala não ficasse oposto aos itens restantes. Após a análise, a consistência interna da escala foi 0,896, ou seja, os itens da escala medem, de forma consistente, a questão do preconceito direcionado a pessoas com autismo. Sendo assim, pode-se afirmar, que a partir da análise feita a escala foi considerada confiável para medir o que se propõe.

Partindo disso, foi realizado um teste-t afim de verificar a média da Escala de Barnes-Holmes. O teste t foi criado por Willian Sealy Gosset em 1908, é também conhecido como “teste-t de Student” e possui diversas variações de aplicação, podendo ser usado na comparação de duas médias, sendo que suas variações dizem respeito às hipóteses que são testadas. Sendo assim, constatou-se o preconceito explícito abaixo da média. Sendo $t = -4,404$, $df = 119$, $média = 2,65$, $desvio\ padrão = 0,87053$ e $sig = 0,000$. Ou seja, percebeu-se uma atitude favorável em relação a pessoas autistas, apresentando valor abaixo de três, que seria um valor neutro. Nesse sentido, os participantes não expressam preconceito explícito, mas atitudes politicamente corretas.

Foi realizada também uma análise de variância em relação a escala de Barnes-Holmes. Nesse estudo, ao realizar a análise variância com a Escala de Barnes-Holmes,

levando em conta se o participante conhecia alguém próximo com diagnóstico de autismo e as respostas dadas a escala Barnes-Holmes, notou-se um efeito significativo, $F(1, 119) = 11,31, p = 0,001$. O grupo que afirmou conhecer apresentou uma média 2,25 e um desvio padrão 0,75, enquanto o grupo que afirmou não conhecer apresentou uma média 2,81 e um desvio padrão 0,86. Ou seja, quem afirmou conhecer alguém próximo com diagnóstico de autismo apresentou menos preconceito do que quem afirmou não conhecer.

Nesse ponto, é possível observar a Hipótese de Contato trazida por Allport (1954). Pessoas com proximidade diária com autistas, e em sua maioria no âmbito familiar, que afirmaram ter filhos, irmãos, primos com autismo, apresentaram menos preconceito. A hipótese de contato afirmaria com a ideia de que a categorização e a hostilidade seriam um processo socialmente aprendido, fazendo com que houvesse uma rejeição daquilo que se desconhece, levando então, a discriminação, devido da falta de contato com o outro. Sendo assim, o contato entre grupos, poderia gerar experiências positivas. Para Allport (1954), “o preconceito pode ser reduzido pelo contato de status igual entre grupos majoritários e minoritários na busca de objetivos comuns.” (p. 281).

Dessa forma, em relação a essa realidade, levando em consideração que os participantes da pesquisa são futuros professores que atuarão na sala de aula com alunos autistas, é importante se falar em conscientização e preparo desses professores para lidarem com esses alunos. A conscientização sem dúvida é o melhor caminho em termos de inclusão social e superação do preconceito. O que define a pessoa com deficiência não é ausência ou a falta de algo, nem as dificuldades. No entanto, muitas vezes, é isso que fica para a maioria das pessoas. O que caracteriza a pessoa com deficiência é a dificuldade de se relacionar, de se integrar na sociedade. O grau de dificuldade para a inclusão social é o que acaba definindo quem é ou não a pessoa com deficiência (Araujo, 2011). Ou seja, o que afeta as pessoas com deficiência é de fato como a sociedade pode ser ou não receptiva em seus espaços sociais para receber essas pessoas, aceitá-las e se adaptar para atender as necessidades delas.

Além disso, em relação ao grupo que não conhecia alguém próximo com diagnóstico de autismo, é possível pensar sob a perspectiva da cognição social trazida por Fiske e Taylor (1991). Nessa perspectiva o preconceito é concebido a partir de erros no processamento das informações que chegam aos indivíduos e dos julgamentos sociais (Ross, 1977; Schaller, 1991). Como já dito anteriormente nesse trabalho, os estereótipos

são características, rótulos atribuídos a pessoas e grupos e que possuem papel fundamental em matéria de preconceito.

De acordo com Tajfel (1982), a divisão de pessoas em grupos diferentes é o que levaria a visões enviesadas sobre esses grupos. A noção dos sujeitos de pertencimento a um grupo e a distinção do seu grupo dos demais grupos geraria um processo de comparação entre "nós" e "eles". Essa visão proporcionaria atitudes hostis e até de inferiorização em relação a outros grupos. Essa diferenciação intergrupual levaria ao surgimento de fenômenos sociais como a formação de estereótipos e preconceitos (Abrams & Hogg, 1990). Logo, o não conhecimento sobre o outro grupo levaria a possíveis visões distorcidas apresentadas por esses futuros professores, o que poderia levar a atitudes hostis e de exclusão.

Além disso, a Escala de Atitudes em relação ao autismo foi analisada conforme orientado por Barnes-Holmes *et al* (2006). Partindo da premissa que a pontuação possível, dentro da escala, poderá variar entre 10 a 50, diante das respostas de cada participante. Sendo que, segundo os autores, a pontuação de 10 a 25 significaria uma visão negativa em relação ao autismo, uma pontuação de 25 a 35 significaria uma visão neutra em relação ao autismo e em relação a crianças com desenvolvimento normal, e por fim, uma pontuação de 35 a 50 significaria uma visão positiva em relação ao autismo. A partir dos resultados da escala de atitudes, foram realizadas análises bivariadas para avaliar as associações entre proximidade/experiência dos participantes com pessoas autistas e uma visão negativa ou positiva em relação ao autismo.

Em relação a escala de Barnes-Holmes, ficou evidenciado que dos 36 participantes que alegaram ter conhecimento, 18 apresentaram uma visão positiva, ou seja 50% das pessoas que alegaram conhecer pessoas próximas com TEA, 15 apresentaram uma visão neutra, o que equivale a 41,7% e 3 pessoas apresentaram uma visão negativa, ou seja, 8,3% desse grupo. De forma que, metade dos futuros professores expressa, em uma medida de atitudes públicas ou explícitas, a não negação do preconceito contra os autistas. Adaptando o que referia Angela Davis para o racismo (Davis, 1983), também, no caso do capacitismo não basta não ser preconceituoso, é preciso ser antipreconceito,

Observou-se também que das 84 pessoas que disseram não conhecer alguém próximo com diagnóstico de autismo, 47 apresentaram uma visão neutra, sendo um total

de 55,9% desse grupo. Já em relação a uma visão positiva foram 27 participantes cerca 32,2% e em relação a uma visão negativa foram 10 participantes, cerca de 11,9%.

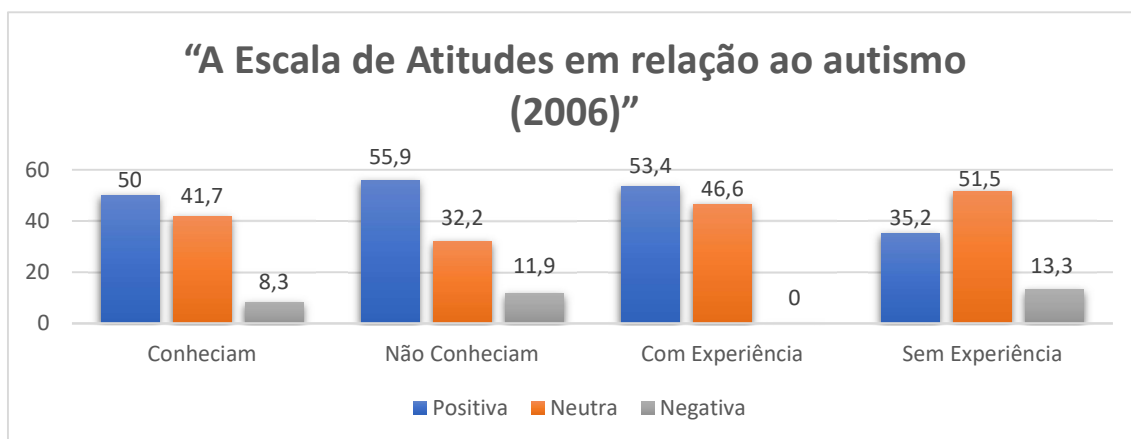
Nesse sentido, foi possível verificar que pessoas que conheciam alguém próximo com diagnóstico de autismo apresentaram uma tendência maior a ter uma visão positiva, ou seja, um total de 50% desse grupo. A partir disso, é possível inferir que a proximidade com a pessoas com diagnóstico de TEA pode ajudar a ter uma visão mais clara sobre o transtorno e a diminuir visões mais negativas e preconceituosas.

Diante desses dados, é possível dizer que os participantes que não tinham proximidade com pessoas com diagnostico de TEA acabaram tendo mais dificuldade de apresentarem uma visão mais positiva em relação ao transtorno. Além disso, é possível verificar, mesmo que de maneira residual, uma tendência maior desses participantes a terem uma visão mais negativa em relação ao autismo.

Já em relação a ter experiência dentro da área de formação com pessoas autista, cerca de 15 pessoas afirmaram ter algum tipo de experiência dentro da sua área de formação, ou seja, 12,5% do total dos participantes. oito das que alegaram ter experiência apresentaram visão positiva, sendo 53,4%, 7 pessoas apresentaram uma visão neutra, sendo 46,6% e nenhuma pessoa com experiência apresentou visão negativa.

Em relação as pessoas sem experiência, que contabilizaram um total de 105 participantes, 37 apresentaram uma visão positiva, cerca de 35,2% do grupo de pessoas sem experiência, 54 pessoas sem experiência apresentaram uma visão neutra, ou seja, 51,5% e 14 apresentaram uma visão negativa, cerca de 13,3%.

Gráfico 2.



Diante desse cenário, é possível inferir que pessoas com experiência teriam uma tendência maior a ter uma visão mais positiva em relação ao autismo e a não apresentarem uma visão negativa em relação ao transtorno. Pode-se dizer, diante desses dados, que mais experiência com esse grupo pode afastar ideias equivocadas e talvez levar o próprio indivíduo, que trabalha com esse grupo, a buscar mais informação sobre o autismo e assim entender melhor o transtorno, o que levaria a uma diminuição de uma visão carregada por estereótipos negativos.

Novamente é possível observar a questão da Hipótese de Contato trazida por Allport (1954), que afirma que o contato entre grupos e consequente aumento do conhecimento sobre o grupo externo levaria à redução do preconceito. Isso também é visto no estudo desenvolvido por Mavropoulou e Sideridis (2014), que constataram que crianças com desenvolvimento típico, que tiveram contato com crianças autistas, apresentaram atitudes cognitivas mais positivas do que as de pares que não tiveram contato.

Ainda em relação a questão da experiência, em uma pesquisa realizada por Kaye, Jans e Jones (2011) sobre empregadores não contratarem pessoas com deficiência, eles observaram que a falta de experiência de trabalhar com pessoas com deficiência levaria os empregadores a confiar nos estereótipos negativos, de que estes apresentariam baixo desempenho, faltariam com frequência e que trariam desconforto aos outros funcionários.

Em pesquisa realizada por John, Knott e Harvey (2018), evidenciou-se a necessidade de entendimento e formação sobre o autismo. Em depoimento um dos estudantes de graduação entrevistado enfatizou que apresentava atitudes de preconceito antes de ter conhecimento sobre o autismo. Como é possível ver na fala abaixo:

“Podemos ter sido maus antes, e admito que posso ter sido discriminatório. Não de uma forma desagradável, mas eu não sabia de nada antes, então eu teria julgado aqueles indivíduos como antes, porque eu não sabia muito sobre isso e suas personalidades. Então talvez seja preciso mais educação, mais experiência, bem, não mais experiência, mas mais conhecimento, menos maldade.”

Esse depoimento reforça a importância de se ter mais informações sobre o autismo para a redução de estereótipos e atitudes preconceituosas. Dessa forma, os autores concluíram que pessoas com experiência e conhecimento são capazes de

identificaram crenças sobre o autismo, suas incoerências e as características inerentes ao transtorno, o que auxiliaria no combate aos estereótipos e atitudes de preconceito (John, Knott, & Harvey, 2018).

Para avaliar os estereótipos, uma questão solicitava que os participantes elencassem características positivas e negativas relacionadas com o autismo. Nessa questão, observou-se que o total de palavras positivas, elencadas foi de 121. No entanto, muitos não responderam, colocando apenas traços ou pontos na área de resposta, já que a questão era obrigatória. Outros afirmaram o seguinte: “não me recordo”, “nenhuma”, entre outras variantes. Ao todo, dos cento e vinte participantes, vinte e quatro (20%) não conseguiram apresentar nenhuma palavra positiva relacionada ao autismo.

Já em relação as palavras negativas, foi observada uma maior facilidade dos participantes em elencá-las. Sendo que apenas dois não apresentaram qualquer palavra negativa. Outra questão que se mostra pertinente, é a quantidade de palavras negativas evocadas pelos participantes, foram mais que o dobro das palavras positivas, tendo um total de 310 palavras negativas. Além disso, os participantes, em sua maioria, apresentaram duas ou mais palavras negativas, demonstrando assim, uma visão mais negativa em relação ao autismo. A literatura afirma que falta de informação que a sociedade possui sobre o autismo faz com que sejam atribuídas nomenclaturas inverídicas para os autistas, como doentes mentais e incapazes

Diante desses dados, foi realizada uma análise prototípica das respostas dadas pelos participantes. Este tipo de análise busca identificar a representação a partir dos critérios de frequência e ordem de evocação das palavras no exercício de evocações livres proposto aos participantes. Tal análise gera a combinação dos critérios de frequência e ordem de evocação de cada palavra, possibilitando o levantamento daquelas que mais aparecem, ou seja, que apresenta seu caráter prototípico (Sá, 1996)

Quando é feita a análise prototípica é gerado um diagrama com quatro quadrantes que representam quatro dimensões. O primeiro quadrante, localizado no quadro superior esquerdo indica as palavras que tem maior frequência, ou seja, palavras mais prontamente evocadas. Já o segundo quadrante, que é o superior direito, apontam as palavras que também apresentam uma alta frequência, mas, que, no entanto, não foram tão prontamente evocadas. O terceiro quadrante inferior esquerdo seria uma zona de contraste, que contém elementos evocados prontamente, mas com a frequência abaixo da

média. Por último, o quarto quadrante inferior direito, apresentam os elementos com menor frequência e maior ordem de evocação (Camargo & Justo, 2016)

As palavras presentes no diagrama são acompanhadas por dois números, sendo que um indica a frequência e o outro a ordem média, que seria o número de ocorrências para todas as palavras, dividido pelo número das palavras mais faladas. A análise prototípica das representações sociais teria como intuito organizar das palavras evocadas a partir da frequência e da ordem média de evocações, levando em conta os valores de cada palavra, e a partir daí dividi-las em quatro quadrantes (Vergès, 1992).

A análise prototípica parte do princípio de que os elementos da representação social, que possuem importância em sua estrutura, seriam mais prototípicos, ou seja, mais acessíveis à consciência dos sujeitos (Vergès, Tyzka, & Vergès, 1994). É uma técnica que se aplica a respostas de associação livre, ou seja, frases ou expressões curtas que são apresentadas diante de um estímulo indutor, que geralmente é o termo que se refere a um objeto de representação social (Jodelet, 1965; Flament & Rouquette, 2003).

Em relação à análise prototípica das palavras positivas, foi possível verificar que a palavra “inteligente” apareceu 51 vezes e a sua ordem média de evocação foi 1,2, seguida das palavras “nenhuma” com frequência 24 e “especial” com frequência 10. Dessa forma, sendo a pesquisa feita com um total de 120 participantes, foi possível observar que 42,5% deles apontaram que a palavra positiva mais associada com autismo é “inteligente”, a segunda mais evocada foi “nenhuma”, ou seja, 20% dos participantes não conseguiram evocar nenhuma palavra positiva em relação ao autismo e a terceira mais evocada foi “especial”.

No segundo quadrante da análise, apareceu a palavra “gênio” com frequência 19, mas não foi uma palavra sinalizada com grande importância. Já no terceiro quadrante, a zona de contraste, traz alguns elementos sinalizados como importantes para um grupo de pessoas, mas que apresentam menor frequência, apareceram as palavras “organizado” e “cuidado”.

Por fim, o quarto quadrante indica os elementos com menor frequência e com menor importância de evocação. Apareceram no quarto quadrante as seguintes palavras com suas respectivas frequências: “criativo” (8), “altas habilidades” (8), “amoroso” (7), “carinhoso” (5), “esperto” (4), “superdotado” (3), “concentrado” (3), “inclusão” (3),

“hiperfoco” (2), “focado” (2), “aprendizado” (2), “respeito” (2), “sensíveis” (2), “capaz” (2).

Diante dos dados é possível observar, que no primeiro quadrante constam, as palavras “inteligente”, “nenhuma” e “especial”, sendo assim é possível dizer que estas estariam presentes na representação social em relação ao autismo, sendo as mais frequentes e prontamente evocadas pelos participantes.

Nesse sentido, quando se fala em questões positivas relacionadas com o transtorno do espectro autista o que vem à mente dos sujeitos é a visão de uma pessoa inteligente, especial, um gênio, como foi possível verificar na análise prototípica. Além disso, é importante observar a dificuldade também que os participantes tiveram de associar o autismo a características positivas, já que 20% não foram capazes evocar alguma palavra positiva.

Esse fenômeno também aparece no estudo feito por Huws e Jones (2010), no qual os participantes apresentam uma visão estereotipada de inteligência fora do comum de pessoas dentro de espectro. O que se percebe é que o estereótipo do autista “gênio” gera expectativas irreais acerca das pessoas dentro do espectro. É recorrente a representação de pessoas autistas em filmes, séries e no meio televisivo como pessoas que apresentam altas habilidades. Segundo Murray (2008), tais ideias passam a mensagem de que não haveria muito sobre o que dizer em relação as pessoas autistas sem essas habilidades e que essas não teriam nem mesmo a possibilidade de uma vida social.

Baker (2008), que tem um filho autista, afirmou que quando diz às pessoas que seu filho é autista, é muito recorrente que elas perguntem sobre a inteligência dele. Baker também afirma que devido a filmes como “*Rain Man*”, pessoas com autismo são apresentadas como "um modelo computacional não humano do cérebro autista" (p. 236). Tais representações só reforçariam estereótipos de que autistas seriam pessoas distantes, robotizadas, sem empatia e até sem sentimentos.

Como foi discutido anteriormente, há uma associação muito forte em relação ao autismo e genialidade, como se todo autista, necessariamente, apresentasse altas habilidades ou uma inteligência fora do comum. Tais estereótipos geram expectativas frustradas nas famílias de pessoas com TEA, pois a sociedade em geral acredita que esses possuem filhos gênios. Isso fica evidente no relato de Baker (2008), que afirma que quando diz às pessoas que seu filho tem autismo, elas, na maioria das vezes, perguntam

se ele também é muito inteligente. No entanto, quando ele responde que ele é "apenas" autista, ele percebe que as pessoas passam a ver seu filho, então como um duplo desafiado.

Diante dessa realidade, o que ocorre é uma redução da visão das pessoas com TEA a apenas a ideia de gênio e quando essas pessoas não atendem a essa expectativa, já que apenas 10% realmente apresentam habilidades acima da média como afirma Llobet (2019), isso pode gerar estranhamento e até comportamentos mais discriminatórios, já que aquela pessoa não se adequaria ao estereótipo que a tornaria "especial", ou seja, não atenderia as expectativas, restando assim, na visão das pessoas em geral, apenas os estereótipos negativos associados ao transtorno.

Foi solicitado também aos participantes que elencassem palavras negativas relacionadas ao autismo. Na análise prototípica realizada com as palavras negativas evocadas pelos participantes foi possível verificar que a palavra "antissocial" apareceu 23 vezes e a sua ordem média foi 1,4, seguida das palavras "incapaz" com frequência 15, "burro" com frequência 12, "doido" com frequência 9, "retardado" com frequência 9 e "doente" com frequência 8. Dessa forma, foi possível observar que 19,2% das respostas apontaram que a palavra negativa mais associada com autismo é "antissocial", a segunda mais evocada foi "incapaz", com 12,5% e a terceira seria "burro" com 10%.

No segundo quadrante, apareceram as palavras "agressivo" com frequência 14, "estranho" com frequência 13 e "dificuldade de falar" com frequência 8. Essas não foram sinalizadas com grande importância. Já no terceiro quadrante, a zona de contraste, trouxe alguns elementos sinalizados como importantes para um grupo de pessoas, mas que apresentam menor frequência, aparecendo as palavras "dificuldade de aprender", "lento" e "diferente".

Por fim, o quarto quadrante indicou os elementos com menor frequência e com maior ordem de vocação. Apareceram no quarto quadrante as seguintes palavras, com suas respectivas frequências: "agitado" (6), "não olha nos olhos" (5), "impaciente" (5), "alheio" (5), "isolado" (5), "não aprende" (4), "deficiente" (4), "escandaloso" (2), "chato" (2), "dificuldade de aprendizado" (2), "ausente" (2).

Dessa forma, os dados apresentaram as palavras "antissocial", "incapaz", "burro", "doido", "retardado" e "doente", como mais presentes na representação social em relação ao autismo entre os participantes, sendo as mais frequentes e prontamente

evocadas. (Sá, 1996). Já nas evocações negativas a frequência das palavras evidencia uma visão bastante preconceituosa contra pessoas com autismo, sendo estas vistas como incapazes, o que poderia servir como justificativa de discriminação e de atos de preconceito contra elas. As palavras tiveram a seguinte frequência: “agressivo” (19), “incapaz” (18), “estranho” (14), “doido” (12). Isso toca, exatamente, na questão anteriormente abordada por Bernardo (2010), que afirma que há impacto na vida das pessoas com deficiência, sendo a vida dessas pessoas comprometidas pela maneira que a sociedade as vê.

O outro lado da moeda está nos estereótipos que representam pessoas autistas como perigosas e incontroláveis, como afirmam (Jones & Harwood, 2009), além de possuir uma gama de traços negativos como sendo perturbadores e distraídos, antissociais, sem empatia, entre outros (Harnum, Duffy & Ferguson, 2007). Como dito anteriormente, tais estereótipos podem ser reforçados através das representações na mídia de pessoas autistas. Na qual, muitas vezes, estes são retratados de forma negativa (Anjay, Palanivel, & Palanivel, 2011; Maras, Mulcahy, & Crane, 2015). Os estereótipos se desenvolvem através da exposição repetida a estímulos que sempre acabam retratando pessoas com deficiência como incapazes (Sanders, 2006).

É importante salientar que em relação aos participantes que conheciam pessoas próximas com autismo três não foram capazes de elencar alguma palavra positiva. Dentre os participantes que afirmaram não conhecer pessoas próximas com autismo, vinte e um não foram capazes de elencar nenhuma palavra positiva. Em relação a ter experiência com pessoa com autismo, nenhum participante com experiência deixou de elencar alguma palavra positiva. Vinte e cinco participantes que alegaram não ter experiência não foram capazes de elencar nenhuma palavra positiva. Diante desses dados, é possível verificar a dificuldade maior de pessoas sem proximidade e sem experiência com o autismo de ver pontos positivos em relação ao transtorno. É importante lembrar, que há influência dos estereótipos e categorizações sociais, e que a não proximidade com pessoas com autismo, pode abrir caminho para o uso dessas visões como representação desse grupo. Isso materializa, também, o que traz autores como Tyler Cowen (2009) e Huws e Jones (2010), que afirmam que as visões sociais, em relação as pessoas com autismo, apresentariam um viés extremamente negativo, sendo estas vistas como incapazes de viver em sociedade, respeitar regras ou interagir com os outros.

Nesse sentido, quando se fala em estereótipos negativos relacionadas com o transtorno do espectro autista o que vem à mente dos sujeitos é a visão de uma pessoa isolada socialmente e que mostra aversão a uma convivência social. Além disso, essas pessoas são vistas como incapazes e até mesmo com problemas mentais ou de aprendizado como foi possível verificar na análise prototípica.

Em relação ao preconceito direcionado as pessoas com deficiência, alguns estudos abordam as visões negativas sobre as habilidades e competências desse grupo, apesar de haver algumas crenças positivas também, como visto anteriormente (Cohen *et al.*, 2019). Essa visão ambígua é abordada por Fiske, Cuddy e Glick (2007), sendo uma realidade que dificultaria a inclusão adequada de pessoas com deficiência que hora são vistas como incapazes, sem autonomia, improdutivas, não sociáveis, como no caso de pessoas com TEA, e a mesmo tempo são vistas como amáveis, bondosas, alegres, entre outros estereótipos, que acabam por reforçar barreiras e ações de discriminação ou até mesmo de compaixão (Fiske *et al.*, 2002).

Nesse sentido, as pessoas com deficiência que seriam vistas como dignas de “piedade”, sofreriam com essa percepção de baixa competência e alta amabilidade, gerando tendências de comportamento ambivalentes como facilitação ativa, que seria a ação de ajuda e proteção em relação a elas e passividade prejudicial, que seria uma segregação passiva e negligência (Cuddy *et al.*, 2007).

Segundo Katz, Wackenhut e Hass (1986), a ambivalência estaria bem presente nas relações sociais entre os norte-americanos brancos em relação aos negros. Haveria conflito entre a questão da valorização da democracia e a questão da individualidade do sujeito. Tais visões levariam a ambivalência de sentimentos e atitudes nos indivíduos. Sendo assim, a ambivalência resultaria em uma espécie de percepção ambígua, com diferentes sentimentos, o que poderia levar a atitudes de tensão e confusões emocionais e psicológicas. Tais relações também podem ser trazidas para questão da deficiência e de como as pessoas com deficiência acabam sendo vistas por essa ótica ambivalente.

Dessa forma, o preconceito ambivalente, traria à perspectiva social de que grupos diferentes, com ideias, visões de mundo e realidades distintas, podem experimentar uma “sensação desagradável” em relação ao outro. Tal sensação, é chamada na Psicologia Social de dissonância cognitiva. Sendo assim, é possível que outros grupos olhem para as pessoas com deficiência, como autismo por exemplo, e vejam estes como

gênios, com altas habilidades e ao mesmo tempo também acreditem que estes sejam incapazes. Tal visão ambivalente foi apresentada pelos participantes que ora afirmavam que pessoas autistas seriam pessoas muito inteligentes, criativas, mas também incapazes, agressivas e difíceis de lidar.

Segundo Whitley e Kite, o preconceito ambivalente seria quando um indivíduo teria ao mesmo tempo pensamentos bons e ruins em relação a um determinado grupo. Já Katz afirmou que o preconceito ambivalente ocorreria quando o indivíduo se dá conta das próprias opiniões conflitantes. De acordo com o autor, isso poderia causar conflito, gerando emoções negativas que, por sua vez, são expressas em um comportamento negativo em relação ao outro grupo.

Inegavelmente, a forma como as pessoas sem deficiência se relacionam com as pessoas com deficiência acaba sendo influenciada, na maioria das vezes, pelas experiências baseadas em conotações atribuídas ao que seria uma pessoa com deficiência. Tal relação, como pode ser constatada através dos dados acima, se dá por intermédio da recepção de uma enorme quantidade de estereótipos por parte da sociedade que enxerga uma suposta inferioridade das pessoas com deficiência em comparação com aquelas que não possuem deficiência (Piccolo, 2015). Não tem como negar o impacto desse tipo de visão nas relações desses futuros professores com alunos autistas em sala de aula.

2 Preconceito contra autistas

Na questão “Como você avaliaria o seu conhecimento sobre autismo, de acordo com a escala abaixo?” foi observado que em relação aos participantes que alegaram conhecer alguém com diagnóstico de autismo, 41,7% afirmaram ter “muito pouco” conhecimento sobre o transtorno, 36,2% afirmaram conhecer “pouco”, 19,4% afirmaram ter um conhecimento “alto” e 2,7% “muito alto”. Ou seja, desse grupo a maioria afirmou ter conhecimento de “muito pouco” a “muito alto”. A maioria das pessoas que afirmaram conhecer pessoas com TEA avaliaram seu próprio conhecimento sobre o autismo como “muito pouco” e em segundo lugar como “pouco”.

Em relação as pessoas que afirmaram não conhecer alguma pessoa com diagnóstico de autismo, 11,9% disseram não ter conhecimento algum sobre autismo, 61,9% afirmaram que tinham “muito pouco” conhecimento sobre autismo, 23,8% alegaram ter “pouco” conhecimento sobre autismo e 2,4% “alto” conhecimento sobre autismo. Ou seja, dos participantes que não conheciam alguém próximo com autismo, a

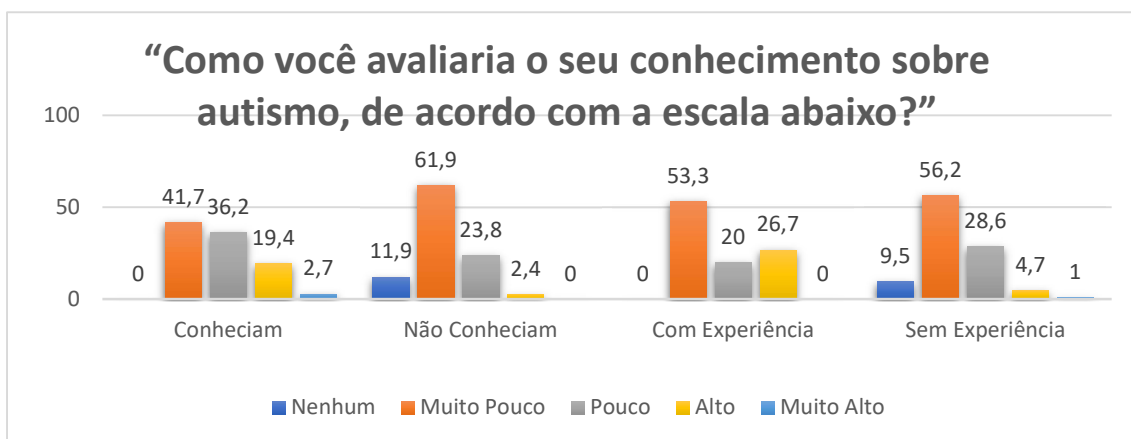
maioria afirmou ter conhecimento de “nenhum” a “alto” sobre autismo. A maioria das pessoas que afirmaram não conhecer pessoas com TEA avaliaram seu conhecimento como “muito pouco” em relação ao autismo e em segundo lugar como “pouco” em relação ao autismo.

Em matéria de conhecimento sobre o autismo, é necessário refletir sobre a ausência deste no grupo de futuros professores. Percebe-se nos dados acima que a grande maioria dos participantes afirmou ter “pouco” ou “muito pouco” conhecimento e isso, sem dúvida, impactará na relação desses com seus futuros alunos que estiverem presentes dentro do espectro. Esse processo de “alienação” dos professores, ou seja, de desconhecimento sobre o assunto, segundo Martins (2007), geraria uma interferência na qualidade do processo de ensino do professor. Processo esse, que de acordo com o autor, seria fundamentado numa relação interpessoal, sendo mediada pelas apropriações e objetivações dos sujeitos que estão envolvidos.

Já os participantes que afirmaram ter experiência de atuação profissional com pessoas com autismo, dentro da área de formação, 53,3% afirmaram ter “muito pouco” conhecimento sobre o autismo, 20% afirmaram ter “pouco” conhecimento, 26,7% um conhecimento “alto”. Ou seja, dos participantes que tinham experiência a maioria afirmou ter conhecimento de “muito pouco” a “alto”. A maioria das pessoas que afirmaram ter experiência com pessoas com TEA avaliaram seu conhecimento como “muito pouco” e em segundo lugar como “alto”.

Em relação as pessoas sem experiência, 9,5% afirmaram não ter conhecimento, 56,2% disseram ter “muito pouco” conhecimento, 28,6% “pouco”, 4,7% “alto” e 1% “muito alto”. Ou seja, dos participantes que não tinham experiência a maioria afirmou ter conhecimento de “nenhum” a “alto”. A maioria das pessoas que afirmaram não ter experiência com pessoas com TEA avaliaram seu conhecimento como “muito pouco” e em segundo lugar como “pouco”. Todos os dados, sobre a questão, apresentados até aqui podem ser vistos no gráfico abaixo:

Gráfico 3.



Diante desses dados, o que chama atenção é que os futuros professores não se mostram tão preparados para entender as características do transtorno e as formas de auxiliar pessoas dentro do espectro, tendo ainda pouco conhecimento sobre o assunto. O que poderia dificultar uma visão mais realista sobre o autismo e como é de fato uma pessoa dentro do espectro, abrindo, assim, as portas para visões distorcidas, estereótipos e atitudes capacitistas cheias de preconceito. Isso traz um alerta, já que na desinformação o preconceito encontra terreno fértil para prosperar. Como afirma Brah (2006), o preconceito, na maioria das vezes, é fruto da desinformação, e nesse contexto deve haver uma maior conscientização sobre os assuntos relacionadas às pessoas com deficiência, como por exemplo, a questão da diversidade dentro do espectro.

Foi realizada uma ANOVA a fim de verificar a relação da experiência profissional com pessoas com autismo e o nível de conhecimento sobre o transtorno, apresentado por esses participantes. A análise de variância também conhecida como ANOVA é uma técnica estatística utilizada para fazer comparações entre três ou mais grupos em amostras independentes. É também utilizada para descrever um modelo de regressão linear. Verificou-se uma relação significativa, $F(1, 119) = 3,91, p = 0,50$. Ou seja, as pessoas com experiência apresentaram um score maior de conhecimento sobre autismo. Embora, seja um conhecimento abaixo do ponto médio da escala ($M = 2,31$), pois eles ainda apresentam um conhecimento baixo, sendo só um pouco mais conhecedores sobre o assunto quando comparados com os participantes que afirmaram não possuir experiência.

É importante pontuar que na comparação entre os grupos com e sem experiência, houve diferenças, pois o grupo com experiência avaliou seu conhecimento como “muito pouco” e em segundo lugar como “alto” e o grupo sem experiência avaliou seu conhecimento como “muito pouco” e em segundo lugar como “pouco”. Sendo assim, pode-se dizer que ter experiência na área de formação teve influência, mesmo que pequena, sobre o nível de conhecimento dos participantes em relação ao TEA.

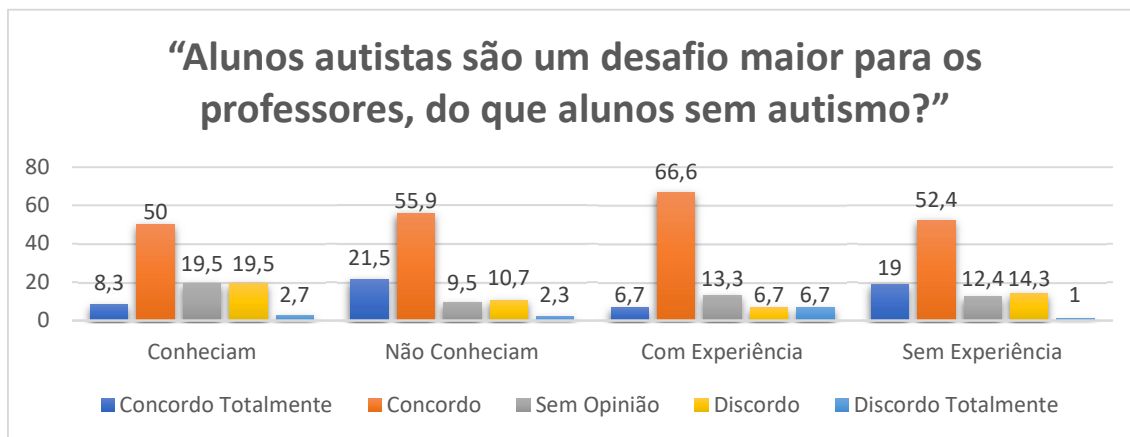
Quando perguntamos aos futuros professores se “Alunos autistas são um desafio maior para os professores, do que alunos sem autismo?”, usando uma escala que variava de Concordo Totalmente a Discordo Totalmente, e estabelecendo uma comparação entre os grupos com ou sem experiências, nota-se que as pessoas que conheciam alguém com autismo 8,3% afirmaram concordar totalmente, 50% concordaram, 19,5% afirmaram não ter opinião, 19,5% discordaram e 2,7% discordaram totalmente sobre alunos autistas serem um desafio maior para os professores. Das pessoas que afirmaram não conhecer pessoas com TEA 21,5% concordaram totalmente, 55,9% concordaram, 9,5% sem opinião, 10,7% discordaram e 2,3% discordaram totalmente. Sendo assim, tanto as pessoas que conheciam quanto pessoas que não conheciam afirmaram, em sua maioria, concordar que alunos autistas seriam um desafio maior. Sendo que pessoas que conheciam apresentaram um índice maior. 58,3% das pessoas que conheciam afirmaram concordar totalmente ou concordar, enquanto 77,4% das pessoas que não conheciam afirmaram concordar totalmente ou concordar.

Essa diferença pode apresentar a realidade de uma visão negativa, no geral, das pessoas em relação ao autismo e em pessoas que não conheciam alguém próximo com uma visão ainda mais negativa de que pessoas com autismo representariam um desafio maior. Como é possível ver em algumas justificativas de participantes que afirmaram que não conheciam pessoas com autismo: “Precisam de uma atenção maior”, “A paciência pode fugir ao professor devido as dificuldades da pessoa autista, findando em um maior desafio.” ou “É muito desafiador aos professores, pois tem que saber lidar, tem que ter paciência e muito amor.”

Já em relação as pessoas que afirmaram ter experiência, 6,7% concordaram totalmente, 66,6% concordaram, 13,3% não tiveram opinião, 6,7% discordaram e 6,7% discordaram totalmente. Dentre as pessoas sem experiência 19% concordaram totalmente, 52,4% concordaram, 12,4% não opinaram, 14,3% discordaram e 1,9% discordaram totalmente. Sendo assim, em relação as pessoas sem experiências, a maioria

alegou concordar totalmente ou concordar. Pessoas com experiência profissional apresentaram um índice de 73,3% e pessoas sem experiência 71,4%.

Gráfico 4.

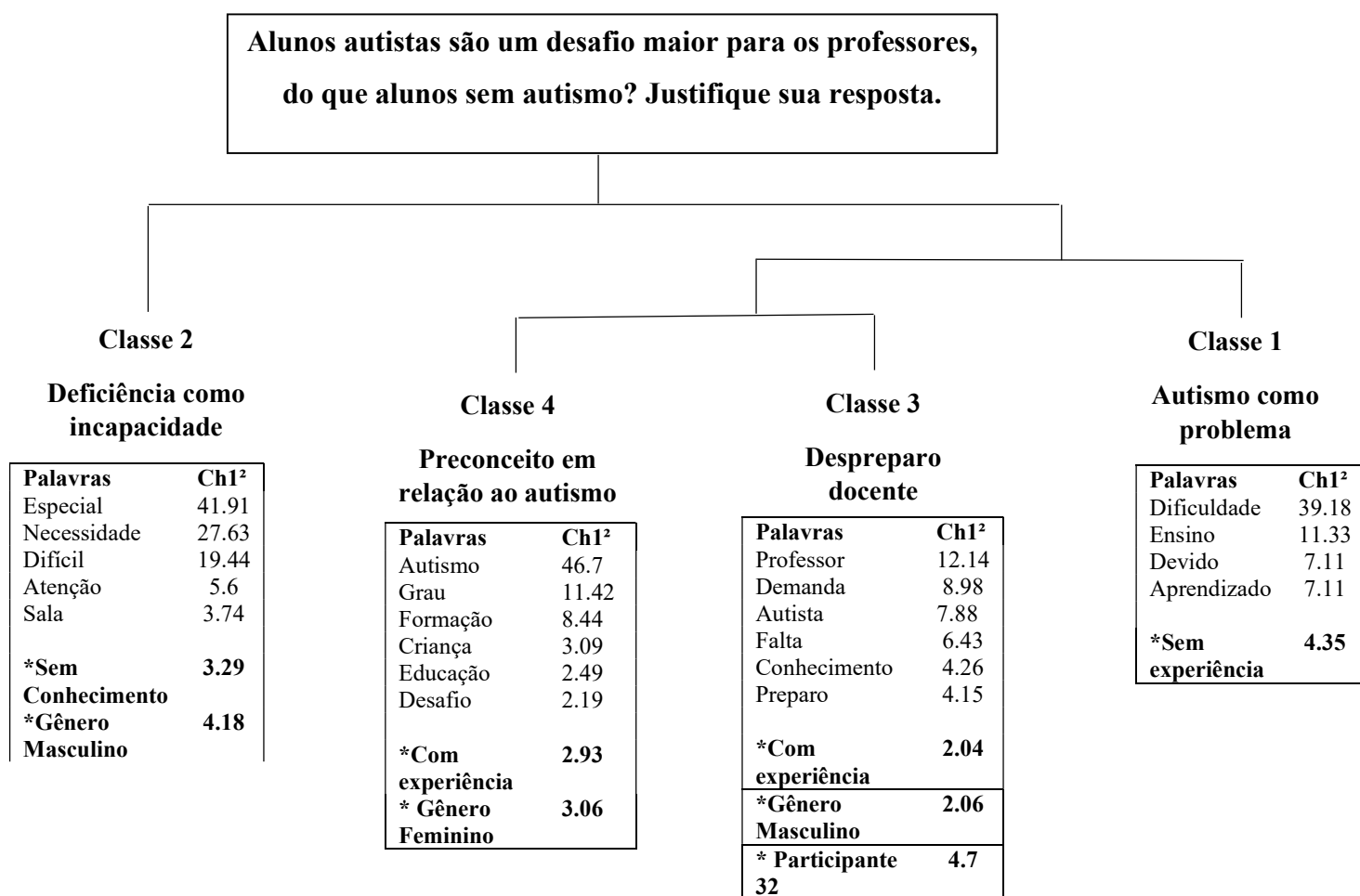


O que se percebe, então é que tanto pessoas com experiência e conhecimento quanto sem experiência e sem conhecimento concordam que alunos autistas se mostram um desafio maior para o professor em sala de aula. Tal perspectiva pode estar carregada de estereótipos e de uma visão capacitista, o que sem dúvida pode dificultar a vida das pessoas com autismo dentro da escola e da sala de aula. Como vimos, o capacitismo estaria para as pessoas com deficiência como o racismo está para os negros, apresentando uma associação de poder, trazendo uma ideia de padrão (Campbell, 2001). Nesse sentido, é possível afirmar que há uma visão da sociedade, observada nesse estudo, que concebe as pessoas com deficiência, mais especificamente com autismo, como incapazes e destoantes das pessoas com desenvolvimento típico, o que geraria empecilhos à vida dessas pessoas em sociedade e a inclusão em espaços como o ambiente escolar.

Com objetivo de conhecer como os participantes concebem a realidade de alunos autista em sala de aula e a relação destes com os professores, foi solicitada a justificativa para a indagação: “Alunos autistas são um desafio maior para os professores, do que alunos sem autismo?”, foi realizada, no IRAMUTEQ, uma Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Nela foi feita a classificação em relação aos vocabulários utilizados nas respostas. Sendo o conjunto de segmentos dividido em função da frequência, realizando o agrupamento de palavras significativas, ou seja, que apareceram mais nas respostas.

Na Classificação Hierárquica Descendente realizada com o *corpus* produzido pelas respostas dos participantes foram encontradas 120 unidades de textos, 121 segmentos de texto, 535 formas distintas, 2047 ocorrências. O corpus foi dividido em 4 classes, como pode ser observado na figura abaixo. É possível observar a porcentagem que cada classe representa em relação ao corpus.

Figura 3: Dendograma gerado na Classificação Hierárquica Descendente



O vocabulário característico da classe 1 (21,6%) foi composto pelas palavras: dificuldade, ensino, devido, aprendizado. Nessa classe, foi possível observar a visão de que pessoas com TEA seriam um desafio maior para os professores devido a dificuldades inerentes ao autismo. Essa classe foi significativa para os participantes que não tinham experiência profissional com pessoas autistas. Isso pode ser visto nos trechos abaixo:

Sujeito n17

“A paciência pode fugir ao professor devido as dificuldades da pessoa autista, findando em um maior desafio.”

Sujeito n75

“Acredito que eles têm algumas dificuldades e isso faz com que os professores tenham mais trabalho.”

Sujeito n96

“Acho que porque eles podem ter muita dificuldade em socializar e verbalizar o que sentem.”

Sujeito n107

“As dificuldades desses alunos de interagir e até mesmo aprender podem se tornar um desafio para os professores.”

Sujeito n114

“Alunos autistas têm mais dificuldade de aprendizado e são mais agitados.”

Como é possível ver, nas afirmações acima, há questões de estereótipo e preconceito que geram problemas e barreiras para as pessoas com deficiência. Estas acabam sendo vistas como incapazes e com desvantagens em relação as pessoas sem deficiência. Essas barreiras sociais acabam sendo erguidas devido a atitudes preconceituosas e falta de conhecimento sobre as pessoas com deficiência. Ou seja, o que se percebe é "Os problemas das pessoas com deficiência não estão tanto nelas tanto quanto estão na sociedade" (Sasaki, 1997). Além disso, essa classe se mostrou significativa para pessoas que não possuíam experiência com pessoas autistas, podendo ser possível conjecturar que o distanciamento desses participantes com o grupo de pessoas autistas pode ter aumentado o viés do preconceito em relação a esse grupo.

O vocabulário característico da classe 2 (21,6%) foi formado pelas palavras: especial, necessidade, difícil, atenção, sala e foi significativo para participantes que não conheciam pessoas com TEA e eram do gênero masculino. Essa classe traz à tona as questões de incapacidade que são relacionadas as pessoas com deficiência. Como apontado por Fisk *et al* (2007) fica evidente, nesta classe, a questão da competência. Onde a competência se refere aos traços relacionados à capacidade, inteligência, assertividade, entre outras. Como é possível ver nas afirmações abaixo as pessoas com TEA acabam sendo vistas com incapazes, sendo associadas a concepção de “especial” no sentido de precisar de auxílio, suporte e não conseguirem realizar ações, tarefas e nem aprender como os demais.

Sujeito n97

“Acho que é difícil devido as necessidades especiais.”

Sujeito n74

“Acredito que precisam de uma atenção especial.”

Sujeito n79

“Eles possuem necessidades especiais que as outras pessoas não têm e isso gera certa dificuldade para os professores.”

Sujeito 54

“Requer uma atenção especial.”

Já a classe 3 (29,7%) foi formada pelas palavras: professor, demanda, autista, falta, conhecimento, preparo e foi significativa participantes do gênero masculino e participantes com experiência. Além disso, os segmentos de texto foram significativos para o sujeito n_32 que era do gênero feminino e conhecia uma pessoa próxima com TEA. O sujeito apresentou a seguinte resposta a questão:

“os professores têm que encontrar meios de criar uma ponte onde essas crianças consigam acompanhar todo o estudo. Porém, os professores de matéria, muitas vezes não são preparados para receber, acham ruim fazer a adaptação, por dar mais trabalho, reclamam e não conseguem dar a atenção devida a essas crianças. Já ouvi bastante esse tipo de reclamação de amigos que possuem alunos autistas no ensino fundamental, pois nem todas as escolas têm um psicopedagogo e psicólogo para auxiliá-los.”

Nessa classe, houve uma ênfase no professor e no seu despreparo para lidar com pessoas dentro do espectro. Sendo significativa também para os participantes com experiência, pode-se dizer que esses professores que lidam com pessoas autistas percebem, em sua formação, a própria carência de conhecimento e conseqüentemente a dificuldade de lidar com esses alunos. A falta de preparo e conhecimento gera, sem dúvida, uma série de entraves a inclusão de pessoas com autismo no ambiente escolar, professores que não sabem o que é autismo, nem como lidar com esses alunos em sala de aula, seja com questões didáticas, de currículo e na adaptação dos recursos para a acessibilidade, tem gerado a figura estigmatizada da pessoa com deficiência incapaz. Como é possível ver abaixo, o foco dessa classe foi em relação ao professor:

Sujeito n110

Eu concordo. No entanto, acho que isso ocorre porque os professores não são formados para atuar com alunos que tenham demandas diferentes dos habituais. Falta preparo para os docentes.

Sujeito n5

Acredito que o desafio vai além da individualidade e divergência comportamental dos autistas, mas, está intimamente ligado à falta de conhecimento e capacitação dos professores sobre o assunto.

Sujeito n102

Sim. Os professores são despreparados para lidarem com esses alunos. Falta conhecimento, empatia.

Sujeito n49

Acredito que os professores não estão preparados para trabalhar com alunos autistas.

Segundo Gauthier (1998), é importante que o professor tenha domínio do conhecimento a ser trabalhado em sala de aula, dos conteúdos, questões curriculares e didáticas. O professor seguro, que possui uma formação que o prepare, conseguirá atender as diversas demandas dos seus alunos, inclusive dos alunos com deficiência principalmente. Nesse sentido, é possível afirmar que o conhecimento anda na contramão do estigma, do preconceito e da possível exclusão desses alunos.

Já a classe 4 (27%) apresentou as seguintes palavras: autismo, grau, formação, criança, educação, desafio. Os seguimentos de texto dessa classe se mostraram significativos para os participantes do gênero feminino e com experiência. Nessa classe é possível ver um mescla dos olhares anteriores apresentadas nas classes 3 e 2, tanto em relação as pessoas com autismo, quanto os professores.

Diante desses dados, é importante pontuar que para o combate do preconceito e da discriminação e uma possível inclusão efetiva de alunos com deficiência, sendo eles autistas ou não, é preciso entender a importância desses futuros profissionais da educação, pois possuem um papel fundamental. Como é possível perceber há uma carência de conhecimentos fundamentais desses professores em sua formação, voltados para competências e habilidades necessárias para se trabalhar com alunos com deficiência,

preparando-os para entender, saber como agir e ensinar a esse grupo. Por isso, se faz necessário uma reavaliação da formação destes, de maneira que os prepare para a diversidade da sala de aula. A demanda de profissionais com a formação adequada não tem acompanhado a demanda da inclusão de pessoas com deficiência (Destro, 2003). A formação e a qualificação profissional dos professores se mostram fundamental para uma educação ao alcance de todos, redução de preconceitos e de atitudes de discriminação (Silva, 2009).

O que se percebe na fala desses futuros professores, e que acende um sinal de alerta, é o total despreparo e entendimento sobre a temática autismo, muitos se sentem sem informações e conhecimentos suficientes para lidar com esses alunos futuramente em sala de aula. Então, como atuarão com esses alunos? Há também aqueles que em suas falas apresentaram posturas capacitistas ou que falam de uma realidade de exclusão para alunos dentro do espectro, como é possível ver abaixo:

Sujeito n63

Concordo, porque o autismo dificulta o aprendizado da criança

Sujeito n72

Acredito que eles não são pessoas fáceis de lidar.

Sujeito n52

Acredito que possa ser um desafio maior, sobretudo, se o professor não for especializado em educação especial. Ambientes de escola pública também interferem. É um pouco difícil conseguir suprir as necessidades dos autistas em uma sala com 40 alunos e sem os recursos necessários.

Sujeito n95

Acho que professores não sabem como lidar, agir, avaliar e ensinar crianças com autismo. Isso gera, muitas vezes, até certa resistência deles em lidar com esses alunos. Presenciei muito isso.

Sujeito n61

estamos mais preparados para lidar com pessoas normais. (não conheço os termos técnicos para responder melhor)

Tais respostas lançam uma luz sobre a realidade da visão capacitista em relação ao autismo, e possíveis tentativas de justificações de visões preconceituosas baseadas em estereótipos. Como retirar o aluno de sala de aula, pois ele está atrapalhando os demais, ou porque ele não acompanha o que é ensinado, por exemplo. Justificando tais ações de exclusões baseadas em preconceito e na visão de incapacidade das pessoas com autismo.

Segundo Bahns (2015), a justificação do preconceito seria uma forma de atenuar a tensão criada pela dualidade entre a visão do socialmente aceito e a atitude de preconceito. Assim, o preconceito acaba existindo de forma velada, ou seja, mais encoberta quando se manifesta no discurso ou ações dos sujeitos. Nesse sentido, o que se vê são discursos que buscam alegar que ações e visões que são concebidas como preconceituosas são legítimas diante de determinadas circunstâncias. Para isso, são utilizados argumentos situacionais para criticar um grupo ou um indivíduo de uma forma que o preconceito não seja percebido (O’Dea *et al.*, 2015).

Tais ações de justificação podem ser utilizadas para legitimar as desigualdades existentes na sociedade, e contribuir para a manutenção do status quo (Sidanius & Pratto, 1999). Uma forma de justificação do preconceito é usar crenças específicas sobre determinados grupos, como se as características que são colocadas como inerentes a um grupo pudessem justificar a opinião preconceituosa (Bahns, 2015). Foi possível verificar isso na fala dos participantes, que afirmam que é um desafio para o professor lidar com alunos com autismo, pois esses seriam difíceis de lidar, teriam dificuldade de aprender, não socializariam, entre outras afirmações que serviriam de justificativa para uma possível exclusão desse grupo no âmbito escolar. Tal discurso de justificação foi visto, recentemente, em uma fala lamentável do atual ministro da educação, Milton Ribeiro, que disse que alunos com deficiência não aprendiam, mas “atrapalhavam” os outros alunos. São discursos como esses que buscam justificar a segregação e discriminação de pessoas com deficiência.

Foram realizados também testes-t em relação as questões “Alunos autistas são um desafio maior para os professores, do que alunos sem autismo?” e “De uma forma geral, a maior parte do que você ouve sobre o autismo são opiniões/impressões/avaliações”, realizando-se o teste- t, verificou-se resultado abaixo do ponto neutro da escala. Ou seja, os participantes ouvem mais coisas negativas e veem os alunos autistas como desafio maior.

Nesse sentido, observa-se que apesar dos participantes apresentarem um baixo preconceito explícito, em contrapartida eles também afirmam ouvir coisas mais negativas em relação a pessoas com autismo. Diante disso, é possível traçar um paralelo com um estudo realizado com estudantes universitários feito por Luna (2010). Nele, percebeu-se uma associação entre “velhice” e termos positivos como “sabedoria” e “maturidade”. No entanto, quando perguntados sobre se haveria preconceito em relação aos idosos, a maioria afirmou positivamente, e quando perguntados, ainda, sobre se eles eram preconceituosos afirmaram em sua maioria que não. Nesse ponto, é possível dizer que há a questão da norma social e do politicamente correto, fazendo com que os participantes ajam de acordo com a desejabilidade social. Com os movimentos sociais e de conscientização há uma preocupação em atender a norma social e determinadas atitudes passam a ser vistas como antinormativas e preconceituosas. Talvez seja possível conjecturar, que o que se observa aqui, no presente estudo sobre autismo e o estudo de Luna, é uma ambivalência ou aversão preconceituosa entre as normas sociais e o que os participantes pensam em sua particularidade de pensamentos e que não expressariam abertamente por saber que tais pensamentos não seriam bem aceitos socialmente (Dovidio & Gaertner, 1998).

Além disso, o que se percebe é um discurso do preconceito alheio, ou seja, o preconceito sempre está no outro. Segundo Venturi e Paulino (1995) só 10% dos brasileiros afirmam serem preconceituosos. No entanto, cerca de 90% afirmam que a sociedade brasileira é preconceituosa. Ou seja, é possível ouvir desses participantes, da pesquisa, que autistas são agressivos, incapazes ou dão muito trabalho, mas isso nunca ou quase nunca é colocado como ponto de vista deles, mas da sociedade. Verifica-se, então uma dissociação cognitiva, em uma realidade que não há preconceito em mim, mas apenas no outro (Camino, Silva, Mchado & Pereira, 2001)

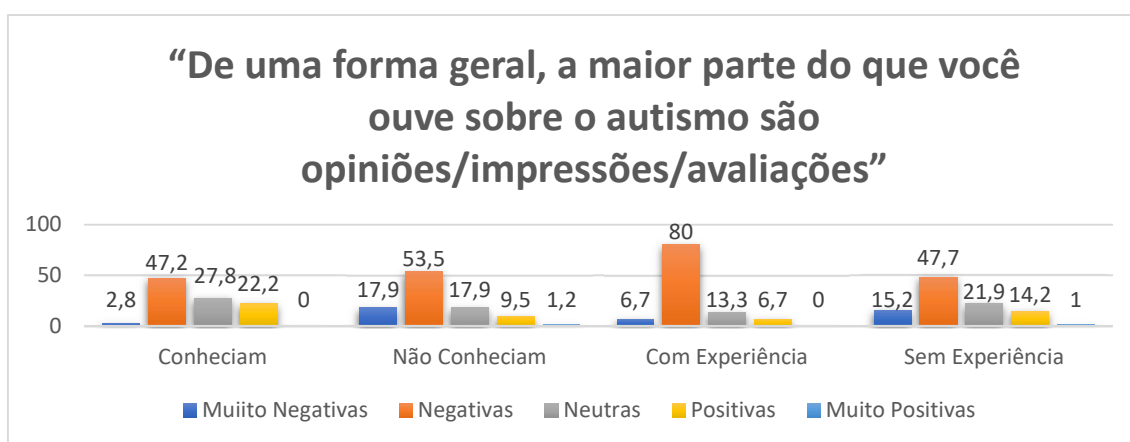
Ainda em relação à questão “De uma forma geral, a maior parte do que você ouve sobre o autismo são opiniões/impressões/avaliações”, foram realizadas análises de frequência e análise bivariadas, estabelecendo uma comparação entre os grupos com ou sem experiências, para verificar se há relações positivas ou negativas quanto a visão social dos grupos.

Verificou-se que dos participantes que conheciam pessoas próximas com autismo, 2,8% afirmaram ouvirem coisas muito negativas, 47,2% negativas, 27,8% neutras, 22,2% positivas. Já em relação as pessoas que não conheciam, 17,9% afirmaram

ouvir coisas muito negativas, 53,5% negativas, 17,9% neutras, 9,5% positivas e 1,2% muito positivas. Pessoas tanto com conhecimento, quanto sem conhecimento afirmaram que o que mais ouvem são coisas negativas em relação ao autismo. O que evidencia a visão social preconceituosa.

Já em relação as pessoas com experiência dentro da área de formação, 80% afirmaram ouvir coisas negativas, 13,3% neutras, 6,7% positivas. Das pessoas sem experiência, 15,2% afirmaram ouvir coisas muito negativas, 47,7% negativas, 21,9% neutras, 14,2% positivas e 1% muito positivas.

Gráfico 5.



Dessa forma o que se constatou, é que tanto as pessoas com e sem experiência na área de formação afirmaram ouvir coisas negativas em relação ao autismo. É importante salientar que as pessoas sem experiência optaram mais pela opção “sem opinião” sobre o assunto. A ausência de experiência sobre o assunto fez com que um número considerável de participantes se eximisse de dar opinião sobre a temática o que deixa evidente a necessidade de se falar mais e dar acesso à informação sobre o que é o autismo e conscientizar esses futuros professores para se evitar equívocos e possíveis atitudes de preconceito em relação as pessoas com autismo.

Pode-se afirmar, diante desses dados, que pessoas com experiência acabam tendo mais acesso a uma visão negativa em relação ao TEA, é possível inferir que o fato de trabalharem em escolas como estagiários, acompanhantes terapêuticos, entre outras ocupações, possibilita o acesso a discursos e ações de funcionários que lidam com esses alunos diariamente, e assim aumenta a possibilidade de estes presenciarem atitudes carregadas de preconceitos e visões negativas relacionadas ao transtorno. Além disso,

como a visão social dominante em relação ao autismo se mostra bastante negativa, isso também demonstra, possivelmente, uma noção social capacitista e carregada de estereótipos negativos em relação ao autismo. Além disso, pode-se afirmar que eles conhecem melhor os estereótipos sociais, pois lidam diretamente com o fenômeno. Nesse sentido, talvez sejam mais “habilidosos” em controlar os estereótipos e terem menos preconceito em relação a pessoas com TEA.

Dessa forma, o que se percebe é que pessoas com autismo acabam sendo vítimas de estereótipos negativos que as estigmatizam. Além disso, o conteúdo desses estereótipos os liga à competência intelectual e falta de traquejo socioemocional, incapacitando-os para o convívio. O uso dos estereótipos com o intuito de simplificar a percepção do que seria o autismo pode levar a consequências muito negativas, pois estes, muitas vezes, desumanizam essas pessoas podendo levar a atitudes de discriminação, o que as distanciam de espaços sociais (Deal, 2007; Rohmer e Louvet, 2016; Schimchowitsch & Rohmer, 2016).

Como dito anteriormente os estereótipos também podem agir para justificar o preconceito e discriminação (Allport, 1979; Rutland & Brown, 2001; Tajfel, 1982), e isso poderia aumentar o estigma desse grupo, levando a uma visão negativa de si próprio (Corrigan *et al.*, 2016). Essa realidade pode produzir baixa autoestima e também a problemas psicológicos (Corrigan *et al.*, 2016; Link *et al.*, 2001; Livingston & Boyd, 2010). Ou seja, esse grupo viveria uma realidade de uma ameaça do estereótipo no seu dia a dia.

A ameaça do estereótipo se refere a ameaças provenientes das crenças estereotipadas sobre determinados grupos. Em determinadas situações os membros desses grupos estereotipados acreditariam nos critérios sociais pelos quais são avaliados, critérios esses baseados em crenças e expectativas estereotipadas (Steele & Aronson, 1995). Sendo assim, os sujeitos teriam seu potencial inibido, havendo um reconhecimento de que os prováveis fracassos deles confirmariam tais estereótipos negativos (Schmader, 2002). Socialmente poder-se-ia observar um movimento cíclico, autoconfirmatório, no qual os estereótipos lançados sobre o grupo de pessoas autistas, a aceitação dos mesmos pelos indivíduos do grupo e, por conseguinte, a confirmação do que já era esperado. Toda essa dinâmica poderia levar a justificação das visões negativas, a manutenção delas e as atitudes de exclusão e preconceito.

3. Relação entre estereótipos e preconceito

Foi realizada também uma Análise de correlação, que seria uma análise descritiva que busca medir se há grau de dependência entre duas variáveis e qual grau seria esse. Tal análise buscou entender a relação entre as opiniões e impressões que os participantes ouviam sobre o autismo e suas respostas dadas a escala Barnes-Holmes. Observou-se uma correlação negativa com o valor de “- 0,436”, ou seja, isso significa que quanto mais o participante ouve coisas positivas menor o preconceito dele e vice e versa. Este resultado confirma a força da relação entre estereótipos e preconceito e atende ao objetivo geral de análise desta relação

Quadro 2.

	escala_barnes_holmes	De uma forma geral, a maior parte do que você ouve sobre autismo são opiniões/impressões/avaliações muito positivas.
escala_barnes_holmes	1	- 0,436
Person Correlation sig. (2- tailed) N	120	0,000
		120
De uma forma geral, a maior parte do que você ouve sobre autismo são opiniões/impressões/avaliações	- 0,436	1
	0,000	120
Person Correlation sig. (2- tailed) N	120	

Alguns estudos apontam a tendência das pessoas se tornarem menos preconceituosas quando são expostas e pensam sobre membros de determinado grupo e suas características particularmente positivas e não estereotipadas. Na pesquisa realizada por Blair, Ma e Lenton (2001), pediram aos participantes que imaginassem uma mulher “forte”, como resultado percebeu-se a diminuição dos estereótipos femininos. Em outro estudo realizado por Bodenhausen, Schwarz, Bless e Wanke (1995) foi observado que quando estudantes americanos brancos pensavam sobre modelos positivos de negros como, por exemplo, Oprah Winfrey e Michael Jordan, havia diminuição de preconceito em relação aos negros.

Nesse sentido, conhecer de fato o outro grupo é de suma importância para se combater o preconceito. Quanto mais proximidade e informações sobre determinado grupo, sendo essas informações não meros estereótipos sociais que alimentam o preconceito, é possível desmistificar visões equivocadas, como é possível observar no resultado acima. Segundo Amaral (1994), a falta de informação é a base na qual se estruturam os preconceitos. De certa forma, ouvir sobre o outro é um tipo de contato que se estabelece, pois ouvir sobre o outro grupo, coisas reais e positivas, o torna mais próximo. Segundo Abrams e Hogg (1990), contatos de alta qualidade promovem atitudes intergrupais mais positivas. Além disso, ao ouvir coisas positivas, de pessoas próximas sobre o outro grupo, poderia levar a identificação com outro.

Foi realizada também outra análise de correlação entre o número de traços positivos e negativos apresentados pelos participantes e as respostas apresentadas a Escala Barnes-Holmes, para entender a relação entre preconceito e os estereótipos apresentados. Sendo assim, foi verificado que, quanto mais o participante apresentava a percepção de que a sociedade possui uma visão positiva em relação as pessoas com autismo, mais, esse participante, apresentava preconceito contra autistas. Além disso, quanto mais o participante acreditava que a sociedade atribuí traços negativos a pessoas com o transtorno, mais ele acreditava que atribuí traços positivos, ou seja, uma correlação positiva. Tais participantes, possivelmente, seriam pessoas que pensam mais para responder, e por isso, responderam dentro do esperado da desejabilidade social, mas percebem que há a predominância da ambivalência na sociedade em relação ao autismo. Além disso, o que se percebe é que quanto mais o participante apresentava preconceito contra o grupo, mais ele acreditava que a sociedade não apresenta.

Quadro 3.

Correlações				
		Escala Barnes- Holmes	Número de palavras POSITIVAS	Número de palavras NEGATIVAS
Escala Barnes- Holmes	Pearson Correlation	1	,280**	-,070
	Sig. (2-tailed)		,002	,445
	N	120	120	120
Número de palavras POSITIVAS	Pearson Correlation	,280**	1	,207*
	Sig. (2-tailed)	,002		,023
	N	120	120	120
Número de palavras NEGATIVAS	Pearson Correlation	-,070	,207*	1
	Sig. (2-tailed)	,445	,023	
	N	120	120	120

** . A correlação é significativa no 0.01 level (2-tailed).

* . A correlação é significativa no 0.05 level (2-tailed).

Diante desse resultado, é possível fazer uma relação com o efeito de assimetria positivo-negativo que mostra que ocorre menos discriminação quando resultados negativos em vez de positivos são distribuídos. A hipótese normativa explica essa assimetria pela maior inadequação da discriminação nas distribuições de resultados

negativos do que nos de positivos. Nesse sentido, a categorização levaria a um comportamento menos discriminatório quando resultados negativos como, por exemplo, ruídos desagradáveis ou trabalho extra fossem aplicados ao exogrupo do que quando resultados positivos como, por exemplo, dinheiro, redução de horas extras ou de ruídos fossem aplicados (Buhl, 1999). Esse fenômeno foi identificado por Mummendey *et al.* (1992), como o efeito de assimetria positivo-negativo (PNAE) em discriminação.

Ou seja, a ideia do outro grupo receber resultados positivos, como por exemplo, ações afirmativas, direitos importantes de acesso, filas preferenciais, entre outros, poderia despertar no outro grupo, externo a esse, o preconceito de achar que esses direitos são algum tipo de privilégio e levar a atitudes de discriminação. Mummendey reforça esta ideia quando sugere que é normativo discriminar um grupo com recursos positivos e anti-normativo discriminá-lo com recursos negativos, e que as atitudes negativas e o preconceito expressam-se mais pela negação de traços positivos do que pela atribuição de traços negativos aos grupos. (Mummendey & Otten, 1998). Nesse sentido, se há uma visão de que a sociedade não tem preconceito em relação a esse grupo ou o trata “melhor”, de alguma forma, isso pode levar a atitudes de preconceito contra esse grupo, como foi possível verificar na análise realizada.

CAPÍTULO VI: CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa dissertação foi analisar a relação entre estereótipos e preconceito sobre o autismo. Para essa análise, buscou-se o embasamento teórico, que permitiu o levantamento de conceitos e de estudos importantes encontrados na literatura sobre a temática. Além de um estudo empírico que possibilitou a discussão sobre a relação dos futuros professores com o tema autismo e a sala de aula, possibilitando debates para aprofundamento do assunto.

A partir da revisão sistemática realizada, que buscou fazer o levantamento de estudos dentro da temática do preconceito direcionado a pessoas com TEA, constatou-se, como visto anteriormente, que não há muitas publicações que contemplem o assunto. Além disso, a partir das poucas produções encontradas, percebeu-se que os estereótipos relacionados ao autismo são extremamente negativos, gerando atitudes de preconceito contra esse grupo.

Partindo disso, na presente pesquisa, o que se evidenciou, sobre os estereótipos relacionados ao autismo, foi uma visão comum entre os participantes, sendo essas pessoas vistas de forma ambivalente. Ora concebidas como gênios, ora concebidas como incapazes, e quase sempre como antissociais. Tal realidade, como vista nesse trabalho, acaba sendo endossada pela mídia, seus filmes e séries que reforçam essa ideia, com visões sociais baseadas em categorizações e estereótipos. Isso, pode ser visto, por exemplo, no filme “Rayman” que mostra um autista com altas habilidades com números, mas com severos problemas de socialização, passando a ideia de que pessoas autistas são gênios e não sabem viver em sociedade. Outra produção do gênero, que poderia ser citada,

é a série “*The Good Doctor*”, que também traz um autista gênio, que resolve difíceis diagnósticos médicos, mas apresenta grandes dificuldades de socialização. É importante lembrar, que o autismo é um espectro, ou seja, há variações, podendo as pessoas com o transtorno apresentar condições extremamente distintas, variando entre quadros severos, moderados e leves.

Já em relação as manifestações de preconceito explícito, o que se notou foi certo mascaramento do preconceito, uma tentativa dos participantes em atenderem a desejabilidade social. Verificou-se várias incoerências, já que os mesmos que diziam não se importarem em ter filhos autistas ou que afirmavam que autistas eram criativos, capazes de aprender, também afirmavam que estes seriam desafios maiores para os professores. Além de, em sua maioria, em relação ao autismo, afirmarem ouvir coisas negativas. É possível inferir, que isso é na verdade um reflexo do próprio preconceito que os participantes buscavam encobrir ao responder as questões, mas que, vez o outra, tropeçam e revelam o que realmente passa em seus pensamentos. Em relação à questão do conteúdo dos estereótipos, foi possível verificar que o preconceito direcionado as pessoas com TEA apresentou uma visão ambivalente, na qual esses são concebidos como antissociais, estranhos, mas também como pessoas muito inteligentes.

No geral, então, é possível dizer que pessoas autistas ainda são vistas socialmente, pelo viés do preconceito, como aqueles estranhos, que dão trabalho, que são agressivos, como ocorria nos primórdios da classificação da doença no século passado. Tudo isso, aparentemente, se deve a um distanciamento social desse grupo, um desconhecimento sobre o que é o autismo e quem são essas pessoas dentro do espectro. Sendo assim, a falta de conhecimento sobre o transtorno e de contato com o grupo vão diretamente ao encontro dos futuros professores e esbarra na possibilidade de inclusão de pessoas autistas no ambiente escolar. Ou seja, se mostrou bastante evidente o pouco conhecimento dos professores em relação a esse transtorno.

Em sua maioria, os participantes não saberiam o que fazer em sala de aula com uma pessoa autista; se essa pessoa seria capaz de aprender ou não; não saberiam como lidar com determinados comportamentos ou como ensiná-la. Percebe-se que esses não estão preparados nem para entender o transtorno, nem para ensinar ou auxiliar esses alunos, já que eles sequer têm conhecimento, mesmo que mínimo, em sua maioria, sobre o autismo. Esse assunto deve ser tocado como ponto nevrálgico da questão, pois se não conheço sobre e se não há proximidade, com relações mais igualitárias e com apoio

institucional, a consequência, como referiu Allport (1979), é que esse grupo permanece sendo visto pelas lentes estereotipadas da sociedade, abrindo o caminho para atitudes preconceituosas, capacitistas, discriminatórias e excludentes no âmbito escolar, já que, geralmente o ser humano rejeita aquilo que não conhece e não compreende.

Outra questão que foi percebida no presente estudo, é o uso do preconceito e dos estereótipos como uma forma de justificar e legitimar a discriminação, na qual crenças e características sobre determinado grupo visam defender ações de exclusão. A visão de que o autista é antissocial, não aprende ou não é capaz, soa, muitas vezes, como uma forma de endossar a exclusão desse grupo. Pois, ao conceber que o aluno não vai aprender, logo não há mal em mantê-lo fora da sala de aula, ou não há problema em não realizar atividades específicas para ele, ou já que ele é autista, logo deve ser agressivo, e por isso não quero em minha sala de aula. Dessa forma, há uma normalização de atitudes de preconceito, passando a serem vistas como justificáveis e aceitáveis.

Diante desses dados, para que haja um combate do preconceito e da discriminação, e uma possível inclusão efetiva de alunos com deficiência, sendo eles autistas ou não, é necessário, entender a importância desses futuros profissionais da educação, pois eles possuem um papel fundamental. Todavia, eles também demonstraram uma carência de conhecimentos fundamentais durante a formação. Por isso, se faz necessária uma formação voltada para competências e habilidades que são importantes para se trabalhar com alunos com deficiência. É preciso uma reavaliação da formação destes, para que sejam de fato preparados para a diversidade da sala de aula. Além disso, é importante disciplinas que os formem para lidar com pessoas com deficiência e que os preparem para reconhecerem o preconceito, deles e dos outros, e combatê-los.

Em relação às formas de combate ao preconceito, existe algumas possibilidades na literatura. Uma dessas possibilidades de combate é a hipótese de contato, que já foi apresentada nessa dissertação, na qual se aborda a necessidade de proximidade entre os grupos para superação do preconceito. Outra forma de combate, seria pela Descategorização apontada por Brewer *et al.* (1984). Os autores afirmam que para a redução do preconceito seria necessário o distanciamento das representações dos grupos da categorização social. Ou seja, há a defesa de se conhecer o indivíduo, pois cada um é único e tem suas características, isso distanciaria a visão do rótulo das categorias e seus estereótipos.

Além disso, para o combate do preconceito tem-se também o modelo da Identidade Endogrupal Comum (Gaertner *et al.*, 1993), que visa a reestruturação dos limites grupais. Os membros do endo e do exogrupo são estimulados a se perceberem como integrantes de um mesmo grupo. Ou seja, todos temos algo em comum com os outros e isso pode tornar cada indivíduo pertencente ao grupo do outro, como uma espécie de interseção entre os grupos. (Gaertner & Dovidio, 2005). Isso levaria a uma visão de um grupo maior, no qual todos fizessem parte tanto endo, como exogrupo, levando uma avaliação mais positiva em relação ao exogrupo.

Dito isso, é importante abordar as limitações desse estudo. Pode-se afirmar, que esse conseguiu ter uma visão, mesmo que em parte, do preconceito explícito dos participantes. Além disso, em relação as respostas, ficou evidente a questão da desejabilidade social, pois muitas vezes os participantes da pesquisa optaram, muito provavelmente, em responder aquilo que seria socialmente aceito e não as questões de suas visões particulares, desse modo, não foi possível ter uma visão tão realista e profunda do preconceito direcionado a pessoas dentro do espectro. Outro ponto, foi a impossibilidade do estudo em pesquisar o preconceito implícito dos participantes, o que demandaria mais investigações e aprofundamentos, sendo, portanto, importante, para se ter uma visão ainda mais realista, a investigação dos preconceitos implícitos dos futuros professores.

Por fim, o que é possível concluir é que há uma relação estabelecida entre estereótipos e preconceito quando o assunto é autismo, e isso leva a visões e atitudes negativas direcionadas as pessoas dentro do espectro. Sendo assim, diante dessa realidade, há uma necessidade iminente de se pensar em maneiras de combate a esses estereótipos, e conseqüentemente ao preconceito gerado por eles. Ou seja, é imperativo a realização de estudos para um aprofundamento maior da temática e para pensar em ações que possam levar a conscientização e possível erradicação do preconceito.

REFERÊNCIAS:

- Allport, G. (1979/1954). *The nature of prejudice*. New York: Perseu Book Publishing
Anuário Brasileiro de segurança pública (2013, Vol.7).
- Abrams, D. and Hogg, M.A. (1990) Social identification, self categorization and social influence. *European Review of Social Psychology*, 1: 195-228.
- Amaral, L. A. (1998) Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: Aquino, J. G. (org.) *Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus.
- American Psychiatric Association. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Fifth Edition (DSM-V)*. Arlington, VA: American Psychiatric Association, 2013.
- Andrade, A. A. Junior, W. C. Ohnoa, P. M & Teodoroa. M. L. M. (2011). Teoria da Mente em Pais de Pessoas com Autismo: Uma Análise Comparativa. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica*.
- Andrade, W. P. O. (2019). *Histórias e memórias de práticas educacionais relacionadas às pessoas com o autismo em Sergipe*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.
- Anjay, M.A, Palanivel, V, Palanivel, J (2011) Beyond stereotypes: a historical analysis of how autism spectrum disorder is depicted in movies, 1962–2010. *Archives of Disease in Childhood* 96(Suppl. 1): A1–A100.
- Araujo, Luiz Alberto David. A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência. Brasília: *Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência*. 4 ed. Revista, ampliada e atualizada. Brasília, 2011.
- Bahns, A. J. (2015). Threat as justification of prejudice. *Group Processes & Intergroup Relations*, 20(1), 52-74. Recuperado em <https://doi.org/10.1177/1368430215591042>
- Banaji, M. R.; Bhaskar, R. Implicit stereotypes and memory: the bounded rationality of social beliefs. In: SCHACTER, D. L.; SCARRY, E. (Ed.). *Memory, Brain, and Belief*. Cambridge: Harvard University Press, 2000. p. 139-175.
- Bargh, J. A., Chen, M., & Burrows, L. (1996). Automaticity of social behavior: Direct effects of trait construct and stereotype activation on action. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71(2), 230–244.
- Bargh, J. A., & Williams, E. L. (2006). The Automaticity of Social Life. *Current Directions in Psychological Science*, 15(1), 1–4.
- Bernardo, C. M. C. (2010). *Do estranhamento do corpo um estudo sobre identidade, corpo e deficiência na escola*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.
- Blair, I. V., Ma, J. E., & Lenton, A. P. (2001). Imagining stereotypes away: The moderation of implicit stereotypes through mental imagery. *Journal of Personality and Social Psychology*, 81(5), 828–841.

- Brah, A. Diferença, diversidade, diferenciação. In: *Cartographies of Diaspora: Contesting Identities*. Longon/New York, Routledge, 1996. Publicado por Cadernos Pagu, 2006.
- Bodenhausen, G. V., Schwarz, N., Bless, H., & Wanke, M. (1995). Effects of atypical exemplars on racial beliefs: Enlightened racism or generalized appraisals? *Journal of Experimental Social Psychology*, 31, 48–63.
- Bottema-Beutel, K & LI, Z. (2015) Adolescent Judgments and Reasoning About the Failure to Include Peers with Social Disabilities. *J Autism Dev Disord*. 45, 1873–1886
- Bottema-Beutel, K., Kim, S. Y., & Miele, D. B. (2019). College students' evaluations and reasoning about exclusion of students with autism and learning disability: Context and goals may matter more than contact. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 49, 307-323.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; São Paulo: Difel, Buscaglia, L. Os Deficientes e seus Pais. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1997
- Butler, R. C. Gillis, J. M. (2011) The Impact of Labels and Behaviors on the Stigmatization of Adults with Asperger's Disorder. *J Autism Dev Disord* 41:741–749
- Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, Diário Oficial da União, 12 dez. 2012.
- Brasil. Lei Berenice Piana. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília: Casa Civil, 2012. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/
- Brasil. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm
- Brewer, M. B. & Miller, M.B. (1984). Beyond the contact hypothesis: Theoretical perspectives on desegregation. In N. Miller & M.B. Brewer (Eds.) *Groups in contact: The psychology of desegregation* (pp. 281- 302). Los Angeles, CA: Academic Press. 1984.
- Brown, R. J. (1995). *Prejudice: Its social psychology*. Oxford, UK: Blackwell.
- Cage, E., DI Monaco, J., Newell, V. (2019) Understanding, attitudes and dehumanisation towards autistic people. *Autism*, 23 (6), pp. 1373-1383.
- Camargo, B. V., Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518
- Camargo, S. P. H., & Rispoli, M. (2013). Análise do comportamento aplicada como intervenção para o autismo: definição, características e pressupostos filosóficos. *Revista Educação Especial*, 26(47), 639–650.
- Campbell, F. K. (2001) Inciting Legal Fictions: 'disability's date with ontology and the ableist body of the law'. *Griffith Law Review*, n.10, p. 42-62.

Campbell, J. M. (2006). Changing Children's Attitudes Toward Autism: A Process of Persuasive Communication. *Journal of Developmental and Physical Disabilities*, Vol. 18, No. 3, September.

Campbell, F. K. (2008). Refusing Able(ness): A Preliminary Conversation about Ableism. *M/C Journal*, 11(3).

Cárthaigh, S. M. López, B. (2020) Factually based autism awareness campaigns may not always be effective in changing attitudes towards autism: Evidence from British and South Korean nursing students. *Autism: The International Journal of Research and Practice*.

CDC. Prevalência de Transtorno do Espectro do Autismo 2020. Prevalence of Autism Spectrum Disorder Among Children Aged 8 Years - Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 Sites, United States, 2016. Recuperado em https://www.cdc.gov/mmwr/volumes/69/ss/ss6904a1.htm?s_cid=ss6904a1_w.

Camino, L., Silva, P., Machado, A. & Pereira, C. (2001). A face oculta do racismo no Brasil: Uma análise psicossociológica. *Revista de Psicologia Política*, 1, 13-36.

Colaço, T. L. (1998) *O direito indígena pré-colonial*. In: Wolkmer, Antônio Carlos (Org.). *Direito e justiça na América Indígena*. Porto Alegre: Livraria do Advogado. p. 111-142.

Corrigan, P., Buchholz, B., Michaels, P.J. and McKenzie, S. (2016), "Adults' perceptions about whether children should disclose their mental illness", *Journal of Public Mental Health*, Vol. 15 No. 4, pp. 200-208.

Cowen, T. (2009). *Autism as academic paradigm*. The Chronicle of Higher Education. <https://www.chronicle.com/article/autism-as-academic-paradigm/> Acesso em 20/11/2020

Cronbach, L. J. (1951). Coefficient alpha and the internal structure of tests. *Psychometrika*, 16, 297-334

Cuddy, A. J. C., Fiske, S. T., & Glick, P. (2007). The BIAS map: Behaviors from intergroup affect and stereotypes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 92(4), 631-648. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.92.4.631>

Dantas, G. S., & Pereira, M. E. (2018). Racismo e identificação de armas: contribuições da teoria dos processos automáticos e controlados. *Interdisciplinar*, 29, 11-24.

Davis, A. (1983) *Woman, race and class*. Londres: The Women's Press.

Deal M (2007) Aversive disablism: subtle prejudice toward disabled people. *Disability & Society* 22(1): 93-107.

Delgado, R. (2000) Storytelling for Oppositionists and Others: A Plea for Narrative, in: R. Delgado, & J. Stefancic (Eds). *Critical Race Theory The Cutting Edge*, 2nd Ed, Philadelphia: Temple University Press.

- Destro, M. R. P. Desafios do professor. In: A educação no século 21: desafios e perspectivas. São Paulo: UNASPRESS, 2003.
- Devine, P. (1989) Stereotypes and prejudice: their automatic and controlled components. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, pp. 5-18.
- Diniz, D. (2003) Modelo social da deficiência: a crítica feminista. Serie Anis 28. Brasília: Letras Livres, p. 1-8.
- Diniz, D. (2007). *O que é deficiência*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Donaldson, E. (2002). The corpus of the madwoman: toward a feminist disability studies theory of embodiment and mental illness. *NWSA Journal*, 14, 3, 95–119.
- Dovidio, J. F., & Gaertner, S. L. (1998). On the nature of contemporary prejudice: the causes, consequences, and challenges of aversive racism. In J. L. Eberhardt & S. T. Fiske (Eds.), *Confronting Racism: The problem and the response* (pp. 3-32). Califórnia: SAGE.
- Fazio, R. (1986). How do attitudes guide behavior? In: Eds Sorrentino, R.M. & Higgins, E. T. *Handbook of motivation and cognition: Foundations of social behavior*. New York, Guilford Press.
- Facion, J. R. (2005). Transtorno Autista e Psicose na Criança- Histórico. In: Facion, J. R. *Transtornos Invasivos do Desenvolvimento e Transtornos de Comportamento Disruptivo*. (pp. 19-64). Curitiba: Editora Index.
- Fernandes, E., & Almeida, L. (2007). Estudantes com deficiência na universidade: Questões em torno da sua adaptação e sucesso acadêmico. *Revista da Educação Especial e Reabilitação*, 14, 7-14.
- Fiske, S. T., Taylor, S. (1984). *Social Cognition*. New York: Random House.
- Fiske, S. T., & Taylor, S. E. (1991). *Social cognition* (2nd ed.). McGraw-Hill Book Company.
- Fiske, S. T. (1998). Stereotyping, prejudice, and discrimination. In D. T. Gilbert, S. T. Fiske, & G. Lindzey (Eds.), *The handbook of social psychology* (pp. 357–411). McGraw-Hill.
- Fiske S. T., Cuddy A. J. C., Glick P., XU, J. (2002). A model of (often mixed) stereotype content: Competence and warmth respectively follow from the perceived status and competition. *Journal of Personality and Social Psychology*.
- Flament, C., & Rouquette, M.-L. (2003). *Anatomie des idées ordinaires*. Paris: Armand Colin.
- França, D. X., & Monteiro, M. B. (2002). Identidade racial e preferência em crianças brasileiras de 5 a 10 anos. *Psicologia*, 16(2), 293-323.
- Freitas, A. L. P., Rodrigues, S. G. A. Avaliação da confiabilidade de questionário: uma análise utilizando o coeficiente alfa de Cronbach In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 12, 2005, 07-09 nov, Bauru-SP. Anais... Bauru-SP: UNESP, 2005.

- Gaertner, S. L., & Dovidio, J. F. (1986). The aversive form of racism. In J. F. Dovidio & S. L. Gaertner (Eds.), *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 61–89).
- Gaertner, S. L., Dovidio, J. F., Anastasio, P. A., Bachman, B. A., & Rust, M. C. The common ingroup identity model: Recategorization and the reduction of intergroup bias. *European review of social psychology*, 4(1), 1-26. 1993.
- Gaertner, S. L., & Dovidio, J. F. (2005). Categorization, Recategorization, and Intergroup Bias. In John F. Dovidio, Peter Glick, and Laurie A. Rudman (Eds.), *On the Nature of Prejudice – Fifty Years after Allport* (pp. 71-88). Oxford, UK: Blackwell Publishing Ltd.
- Galdeano, LE; Rossi, LA. Validação de conteúdo diagnóstico: critérios para seleção de expertos. *Ciência, Cuidado e Saúde Maringá*, v. 5, n. 1, p. 60-66, jan./abr. 2006.
- Gauthier, C. Por uma teoria da Pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente. Ijuí: Unijuí, 1998.
- Goffman, E. (1988) *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Goodley & Runswick-Cole (2011). The violence of disablism. *Sociology of Health & Illness*. Vol. 33 No. 4.
- Gorham, B. W. (2006). News media's relationship with stereotyping: The Linguistic Intergroup Bias in Response to Crime News. *Journal of Communication*, 56: 289-308.
- Gray, D. E. (1993). Perceptions of stigma: the parentes of autistic children. *Sociology of Health & Illness* v.15 (1).
- Greenwald, A. G., & Banaji, M. R. (1995). Implicit social cognition: Attitudes, self-esteem, and stereotypes. *Psychological Review*, 102, 4-27.
- Greenwald, A. G., McGhee, D. E. & Schwartz, J. L. K. (1998). Measuring individual differences in implicit cognition: The implicit association test. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, pp. 1464-1480.
- Hahn, H. (1986), “Public Support for Rehabilitation: The Analysis of U.S. Disability Policy”, *Disability, Handicap and Society*, 1(2), 121-137.
- Hamilton, D. L.; Gibbons, P. A.; Stroessner, S. J; Sherman, J. W. (1992) Language, intergroup relations and stereotypes. In: SEMIN, G. R.; FIEDLER, K. (Eds.). *Language, interaction and social cognition*. London: Sage,. p. 102-128.
- Hamilton, D. & Trolier, T.K. (1986). Stereotypes and stereotyping: an overview of cognitive approach. In: Dovidio, J. F. e gaertner, S.L. (Eds) *Prejudice, discrimination, and racism*. Orlando: Academic Press.
- Harnum, M., Duffy, J., & Ferguson, D. (2007). Percepções de adultos e crianças sobre uma criança com autismo ou transtorno de déficit de atenção. *Journal of Autism and Developmental Disorders* , 37, 1337-1343.
- Hebb, D. O. (1949). *The Organization of Behavior: A Neuropsychological Theory*. (McGill University, Ed.) *Journal of applied behavior analysis*. New York: John Wiley & Sons.

- Henderson, M. D., & Wakslak, C. J. (2010). Over the hills and far away: The link between physical distance and abstraction. *Current Directions in Psychological Science*, 19(6), 390–394.
- Huws, J & Jones, R. (2010) ‘They just seem to live their lives in their own little world’: lay perceptions of autism, *Disability & Society*, 25:3, 331-344
- IBGE. Censo Demográfico – 2010: Características da população e dos domicílios. Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. <https://ibge.gov.br/>. Acesso em 27/11/2020
- Jackman, M. R. (2005). Rejection or Inclusion of Outgroups? In J. F. Dovidio, P. Glick, & L. A. Rudman (Eds.), *On the nature of prejudice: Fifty years after Allport* (pp. 89–105).
- Jodelet, F. (1965). L’association verbale. In P. Fraisse & J. Piaget (Eds.), *Traité de psychologie expérimentale, VII : Langage, communication et décision* (pp. 93-137)
- John, R. P. S. Knott, F. J. Harvey, K. N. (2018). Myths about autism: An exploratory study using focus groups. *Myths about autism: An exploratory study using focus groups. Autism*, v. 22, n. 7, p. 845-854.
- Jones, E. (1989). *A vida e a obra de Sigmund Freud*, vol. II. Rio de Janeiro: Imago.
- Jones, S. C. & Harwood, V. (2009). Representations of autism in Australian print media. *Disability & Society*, 24 (1), 5-18.
- Katz, D., & Braly, K.W. (1933). Racial stereotypes of 100 college students. *Journal of Abnormal Social Psychology*, 28, 280-290.
- Katz, I., & Hass, R. G. (1988). Racial ambivalence and American value conflict: Correlational and priming studies of dual cognitive structures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 55(6), 893–905.
- Kaye, H. S., Jans, L. H., & Jones, E. C. (2011). Why don’t employers hire and retain workers with disabilities? *Journal of Occupational Rehabilitation*, 21(4), 526–536.
- Klin, A. (2003) Asperger syndrome: na update. *Revista Brasileira de Psiquiatria*.
- Klin, A. (2006) Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, São Paulo, v. 28, supl. 1, p. s3-s11.
- Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004). Serão os estereótipos e o preconceito inevitáveis? O Monstro da automaticidade. In: Marcus E. O. Lima e Marcos E. Pereira. (Org.). *Estereótipos, preconceito e discriminação: Perspectivas Teóricas e Metodológicas* (pp. 41-68). Salvador: EDUFBA.
- Lima, M. E. O., Machado, C., Ávila, J., Lima, C., & Vala, J. (2006). Normas sociais e preconceito: o impacto da igualdade e da competição no preconceito automático contra os negros. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, 19(2), 309-319.
- Lima, M. E. O. (2020) *Psicologia social do preconceito e do racismo* - São Paulo: Blucher Open Access.
- Ling, C. Y. M., Mak, W. W. S., & Cheng, J. N. S. (2010). Attribution model of stigma towards children with autism in Hong Kong. *Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities*, 23(3), 237–249.

- Link, B.G.; Struening, E.L.; Neese-Todd, S.; Asmussen, S.; and Phelan, J.C. Stigma as a barrier to recovery: The consequences of stigma for the self-esteem of people with mental illnesses. *Psychiatric Services*, 52(12): 1621-1626, 2001.
- Livingston, James D. & Boyd, Jennifer E., (2010). "Correlates and consequences of internalized stigma for people living with mental illness: A systematic review and meta-analysis," *Social Science & Medicine, Elsevier*, vol. 71(12), pages 2150-2161, December.
- Llobet, A. B. (2019) Síndrome de Savant: características, sintomas, causas e tratamento. *Psicologia-Online*.
- Maras, K., Mulcahy, S., & Crane, L. (2015). Is autism linked to criminality?[Editorial]. *Autism*, 19(5), 515–516.
- Marcondes, Danilo. (2000) *Textos Básicos de Filosofia: dos Présocráticos a Wittgenstein*. 2a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. A Alegoria da caverna: A Republica, 514a-517c tradução de Lucy Magalhães.
- Mavropoulou, S. Sideridis, G. D. (2014) Knowledge of Autism and Attitudes of Children Towards Their Partially Integrated Peers with Autism Spectrum Disorders. *J Autism Dev Disord* 44:1867–1885
- McConahay, J. B. (1986). Modern racism, ambivalence, and the modern racism scale. In: J. F. Dovidio & S. L. Gaertner (Eds.), *Prejudice, discrimination, and racism*. P 91-125, San Diego: Academic.
- Meirelles, M. O uso do SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) na Ciência Política: uma breve introdução. *Pensamento Plural*, v. 14, p. 65-92, 2014.
- Mello, A. M. S.R. A (2005). Ama-SP, Associação de amigos do autista de São Paulo hoje, In: CAMARGOS JR. W et al. (Coord.) *Transtornos invasivos do desenvolvimento: 3º Milênio*. Brasília: Corde. p.187-190.
- Molden, D. C. (2014). Understanding priming effects in social psychology: An overview and integration. *Social Cognition*, 32 (Supplement), 243-249.
- Nunes, F.C.F. (2014) *Atuação política de grupos de pais de autistas no Rio de Janeiro: perspectivas para o campo da saúde*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- O’Dea, C. J., Miller, S. S., Andres, E. B., Ray, M. H., Till, D. F., & Saucer, D. A. (2015). Out of bounds: Factors affecting the perceived offensiveness of racial slurs. *Language Sciences*, 52, 155-164.
- Oliveira, R. Q., Oliveira, S. M. B., Oliveira, N. A., Trezza, M. C. S. F., Ramos, I. B., & Freitas, D. A. (2016). A inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino superior. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 22(2), 299-314.
- ONU. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Resolução A/61/611, 13/12/06. Nova York: 2006.
- Orrú, S. E. (2012) *Autismo, linguagem e Educação- interação social no cotidiano escolar*, Ed Rio de Janeiro: Ed.: WAK
- Orrú, S. E (2016). *Aprendizes com autismos: aprendizagem por eixos de interesse em espaços não excludentes*. Petrópolis: Vozes.

- Ortega, F. (2009) *Deficiência, autismo e neurodiversidade. Ciência & Saúde Coletiva*, vol.14, no.1, Rio de Janeiro, Jan./Fev.
- Patton, E. (2019). Autismo, atribuições e acomodações: Superando barreiras e integrando uma força de trabalho neurodiversa. *Revisão de pessoal*, 48 (4), 915–934.
- Pereira, M. E. (2002) *Psicologia social dos estereótipos*. São Paulo: Pedagógica Universitária.
- Pettigrew, T. F. & Meertens, R. (1995). Subtle and blatant prejudice in western Europe. In: *European Journal of Social Psychology*, v. 25. pp. 57-75.
- Piccolo, G. M. *Por um pensar sociológico sobre a deficiência*. 1ª edição. Editora: Appris. Curitiba, 2015.
- Pieczarka, T. (2017) *O desenvolvimento do transtorno do espectro autista: considerações a partir de Piaget*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.
- Rodrigues, A.; Assmar, E. M. L.; Jablonski, B. *Psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- Rodríguez-Barrionuevo, A. C. & Rodríguez-Vives, M. A. (2002). Diagnóstico clínico del autismo. *Revista de Neurologia*, 34.
- Rohmer O and Louvet E (2016) Implicit stereotyping against people with disability. *Group Processes & Intergroup Relations* 19 (2): 1-14.
- Ross, L. (1977). The intuitive psychologist and his shortcomings. Distortions in the attribution process. Em L. Berkowitz (Org.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 10, pp. 174-221). New York: Academic Press.
- Rutland, A., & Brown, R. (2001). Stereotypes as justifications for prior intergroup discrimination: Studies of Scottish national stereotyping. *European Journal of Social Psychology*, 31, 127-141
- Sá, C. P. (1996). *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Sanders, K. Y. Overprotection and lowered expectations of persons with disabilities: the unforeseen consequences. *Work Reading Mass*, v. 27, n. 2, p. 181-188, 2006.
- Sasaki, Romeu Kazumi. *Construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- Scarparo, A. F. Auditoria de Enfermagem – identificando sua concepção e métodos. *Rev. Bras. Enferm.* Brasília 2008, vol. 61, nº 3, p.302-305. Recuperado em <http://www.scielo.br/pdf/reben/v61n3/a04v61n3.pdf>.
- Schaller, M. (1991). Social categorization and the formation of group stereotypes: Further evidence for biased information processing in the perception of group-behavior correlations. *European Journal of Social Psychology*, 21, 25-35.

Schimchowitsch S and Rohmer O (2016) Can We Reduce Our Implicit Prejudice Towards Persons with Disability? The Challenge of Meditation. *International Journal of Disability, Development and Education* 63(6): 641-650.

Schmader, T. (2002). Gender identification moderates stereotype threat effects on women's math performance. *Journal of Experimental Social Psychology*, 38(2), 194–201.

Science and Engineering Indicators (2020). *National Science Foundation*, EUA. Recuperado em <https://nces.nsf.gov/pubs/nsb20206/publication-output-by-region-country-or-economy>.

Sidanius, J., & Pratto, F. (1999). *Social dominance*. New York: Cambridge University Press.

Schwabenland, C., & Tomlinson, F. (2015). Shadows and light: Diversity management as phantasmagoria. *Human Relations*, 68(12), 1913–1936.

Siebra, G. B. A. (2005) *Estereótipos na programação televisiva infantil: A trapalhada d'Os Trapalhães*. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal da Bahia - UFBA. Salvador, BA.

Silva O. M. (1987) *A epopéia ignorada – A pessoa deficiente na História do mundo de ontem e hoje*. São Paulo: CEDAS.

Silva, A. B. B.; Gaiato, M. B.; Reveles, L. T. (2012) *Mundo singular: entenda o autismo*. Ed. Fontanar,

Smith, E. R., Mackie, D. M. (2014). Priming from others' observed or simulated responses. *Social Cognition*, 32(Suppl.), 184-195.

Souza, R. C. S. (2017). *Educação Especial em Sergipe (Séc. XX): Uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas*. Aracaju: Criação, 2017.180 p. 3ª edição.

Steele, C. M., & Aronson, J. (1995). Stereotype threat and the intellectual test performance of African Americans. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69(5), 797–811.

Stern, S. C & Barnes, J. L. (2019) Brief Report: Does Watching The Good Doctor Affect Knowledge of and Attitudes Toward Autism? *Journal of Autism and Developmental Disorders* volume 49, Páginas 2581 - 2588

Sullivan, R. (2001) Deformity: A modern Western with ancient origins. *Proceedings of the royal college of physicians of Edinburgh*. 31: 262-266.

Tajfel, H. (1982). Social psychology of intergroup relations. *Annual Review of Psychology*, 33, 1–39.

Techio, E. (2011). Estereótipos sociais como preditores das relações intergrupais. In E. M. Techio & M. E. O. Lima (Eds.), *Cultura e produção das diferenças: Estereótipos e preconceito no Brasil, Espanha e Portugal* (pp. 21-75). Brasília, DF: TechnoPolitik.

Teixeira, M. C. T. V, Mecca, T. P, velloso, R. L, Bravo, R. B, Ribeiro, S. H. B, Mercadante, M. T, Paula, C. S. *Literatura científica brasileira sobre transtornos do*

espectro autista. *Revista da Associação Médica Brasileira*, São Paulo, v. 56, n. 5, pág. 607-614, 2010.

Treweek, C. Wood, C. Martin, J. Freeth, M. (2019). Autistic people's perspectives on stereotypes: An interpretative phenomenological analysis. *the International Journal of Research and Practice*, 30 May 2018, 23(3):759-769

Tunes, E. (2007) Preconceito, inclusão e deficiência – o preconceito no limiar da deficiência. Em Tunes & Bartholo (orgs). *Nos limites da Ação, Preconceito, Inclusão e Deficiência*. São Carlos: EDUFSCAR.

UNESCO (1994). Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Conferência Mundial de Educação Especial. Salamanca. Espanha.

Venturi, G. & Paulino, M. F. (1995). *Pesquisando preconceito racial* em C. Turra e G. Venturi, (Orgs). *Racismo Cordial: A mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil*. Editora Ática. São Paulo, 83-95

Vergès, P. (1992). L'évocation de l'argent: une méthode pour la définition du noyau central de la représentation. *Bulletin de Psychologie*, 45, 203-209.

Vergès, P., Tyszka, T., & Vergès, P. (1994). Noyau central, saillance et propriétés structurales. *Papers on Social Representations*, 3, 3-12.

Von Hippel, W., Sekaquaptewa, S., & Vargas, P. (1995). On the role of encoding processes in stereotype maintenance. In M. P. Zanna (Ed.), *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 27, pp. 177-253). San Diego, CA: Academic Press.

Wing L. (1981) Asperger's syndrome: a clinical account. *Psychol Med.*11(1):115-29

White, D. Hillier, A. Frye, A. Makrez, E. (2019). College Students' Knowledge and Attitudes Towards Students on the Autism Spectrum. *Journal of Autism and Developmental*

ANEXO

ANEXO – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: EXPRESSÕES DE PRECONCEITO CONTRA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: A REALIDADE DOS ALUNOS COM AUTISMO NO CONTEXTO ESCOLAR

Pesquisador: Raquel Barcelos de Andrade

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 43126921.9.0000.5546

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Situação do Parecer:

Número do Parecer: 5.122.962

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARACAJU, 24 de Novembro de 2021

Assinado por:
FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA
(Coordenador(a))

APÊNDICES



APÊNDICE A – ESTUDO - TCLE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (PPGPSI)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a fazer parte de uma pesquisa que tem como objetivo geral investigar a relação entre estereótipos e preconceito sobre o autismo em estudantes de licenciatura de uma universidade pública. Os objetivos específicos são:

- Analisar manifestações de preconceito explícito em relação ao autismo;
- Traduzir e adaptar a Escala de atitudes em relação ao Autismo de Barnes-Holmes *et al* (2006) para aplicação.

A presente pesquisa é composta por um estudo, no qual, será aplicado um questionário a fim de investigar o preconceito sobre o autismo em estudantes universitários.

A pesquisa está sendo realizada pela mestranda em Psicologia Social da UFS Raquel Barcelos de Andrade sob a supervisão do Professor Marcus Eugênio Oliveira Lima (quaisquer questões podem ser colocadas através do e-mail: raquel.as12@gmail.com).

Confidencialidade e segurança dos dados

Todos os dados coletados neste questionário são anônimos e serão guardados de forma confidencial. Os dados serão codificados de forma a que as respostas não possam ser atribuídas a nenhum indivíduo.

Todos os dados que fornecer serão apenas utilizados para os objetivos de investigação do presente estudo.

Participação e abandono do estudo

A sua participação é totalmente voluntária. Pode decidir abandonar o estudo a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Se pretender abandonar o estudo, simplesmente deixe de responder às perguntas. Se abandonar o estudo, o material que tiver completado até esse ponto será apagado e não poderá ser incluído no estudo.

Se estiver interessado em conhecer os resultados do estudo em que está participando, contate-nos através do e-mail: raquel.as12@gmail.com e enviar-lhe-emos um resumo do estudo com os principais resultados.

Caso concorde em participar, clique no botão aceite e responda as próximas questões.

Agradecemos a sua colaboração.

APÊNDICE B – ESTUDO

Questionário dos graduandos

Gostaríamos que ajudassem, a partir das suas experiências como aluno ou estagiário, dizendo como a sociedade, de maneira geral, vê o autismo. Salientamos que as respostas a esse questionário não devem representar sua perspectiva sobre o autismo, mas como você acredita que as demais pessoas da sociedade enxergam as pessoas com autismo.

Qual sua idade: _____

Gênero: () feminino () masculino () outro

Curso de Graduação: _____

Município no qual reside: _____

Você possui diagnóstico de autismo?

Sim () Não ()

Conhece alguém próximo que possua diagnóstico de autismo? Quem?

Sim () Não () _____

Você possui experiência com pessoas com autismo dentro da área em que está se formando? Qual tipo de experiência?

Como você avalia o seu conhecimento sobre autismo, de acordo com a escala abaixo?

Nenhum	Muito Pouco	Pouco	Alto	Muito Alto
--------	-------------	-------	------	------------

Procure lembrar de palavras ou expressões que você considera POSITIVAS que a sociedade associa ao autismo (Escreva quantas lembrar):

Procure lembrar de palavras ou expressões que você considera NEGATIVAS que a sociedade associa ao autismo (Escreva quantas lembrar):

Alunos autistas são um desafio maior para os professores, do que alunos sem autismo?

1 = Concordo totalmente 2 = Concordo 3 = Sem opinião 4 = Discordo 5 = Discordo totalmente

Em relação a resposta anterior, justifique sua resposta.

De uma forma geral, a maior parte do que você ouve sobre o autismo são opiniões/impressões/avaliações:

1 - Muito negativas 2 - Negativas 3 - Neutras 4 - Positivas 5 - Muito positivas

APÊNDICE C – ESTUDO - ESCALA

Escala de atitudes em relação ao Autismo de Barnes-Holmes *et al* (2006).

Responda as afirmações a seguir de acordo com a seguinte numeração:

1 = Concordo totalmente 2 = Concordo 3 = Sem opinião 4 = Discordo 5 = Discordo totalmente

- ✓ Crianças com autismo são mais difíceis do que crianças com desenvolvimento típico;
- ✓ Crianças com desenvolvimento típico se comportam melhor do que crianças com autismo;
- ✓ Crianças com autismo são criativas;
- ✓ Crianças com desenvolvimento típico não têm déficits;
- ✓ Crianças com autismo não são sociáveis;
- ✓ Crianças com desenvolvimento típico costumam ser menos estressantes para pais/professores do que crianças com autismo;
- ✓ Crianças com autismo não podem aprender;
- ✓ Crianças em desenvolvimento típico são mais fáceis de interagir e entreter do que crianças com autismo;
- ✓ Eu aceitaria bem se meu filho fosse diagnosticado com autismo;
- ✓ Crianças com desenvolvimento típico são mais calmas e mais flexíveis do que crianças com autismo.